

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM DEZANOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS:** =====

===== *Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro - Oliveira de Azeméis**, reuniu, em Sessão Ordinária, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelo Senhor **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e pela Senhora **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 1.º semestre de 2015 – Apreciação;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31 de dezembro de 2015 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31 de dezembro de 2015 – Apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Prorrogação de prazo de autorização de abertura dos procedimentos concursais em curso – Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *Passeio dos Idosos 2015 – Atribuição de apoio financeiro;* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação Manuel Brandão, no âmbito da implementação/ desenvolvimento do projeto “Mais Perto de Si” – Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo celebrado com a RefCast- Associação Portuguesa da Castanha – Ratificação;* =====

===== **Ponto nove:** *Adesão ao protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Fundação Calouste Gulbenkian, para desenvolvimento do “Projeto Desafio Gulbenkian - Não à Diabetes” – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de parceria a celebrar com o Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE.Porto) – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com as Freguesias/ União de Freguesias para o desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar e gestão dos refeitórios escolares do 1.º ciclo – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito da candidatura, ao abrigo da ADRITEM, “Refuncionalização da Escola de Vilarinho de S. Luiz – Palmaz” – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Protocolo de parceria celebrado com a Junta de Freguesia de Palmaz e a Associação “Tradições de S. Luís” – Ratificação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Adenda ao acordo de execução celebrado com a freguesia de Carregosa – Aprovação e autorização de assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== **Ponto quinze:** *Contrato interadministrativo de cooperação financeira a celebrar com a com freguesia de Cesar, no âmbito das atividades desenvolvidas na Casa de Leitura – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Retificação do valor a transferir para a Junta de Freguesia de Ossela (Acordo de cooperação – Prolongamento) – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Minuta de transação para término do litígio que corre nos termos da 2.ª Secção Cível-J2 da Instância Central de Santa Maria da Feira do Tribunal da Comarca de Aveiro, sob o proc. N.º 2340/12.7 TBOAZ, em que são partes, como AA Manuel António Alegria Garcia Aguiar e Outros e R. o Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação;*

===== **Ponto dezoito:** *Ratificação dos consumos em excesso atribuídos através do Protocolo celebrado com os Bombeiros Voluntários e Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães e aprovação das respetivas adendas aos protocolos celebrados;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Aquisição de serviços, na modalidade de avença, para execução de peças em vidro – Autorização de assunção de compromissos plurianuais;*=====

===== **Ponto vinte:** *Prestação de serviços, na modalidade de avença, para desenvolvimento de atividades de treino funcional dirigido à população com mais de sessenta anos – Autorização de assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal das Explorações Pecuárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa JDD – Moldes para Indústria de Plásticos, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;*

===== **Ponto vinte e três:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Almeida & Dias, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Altino de Almeida Bastos, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Kirchhoff – Automotive Portugal, SA., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa EXATIN – Indústria Nacional de Embalagens, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa BTL - Indústrias Metalúrgicas, SA., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;*=====

===== **Ponto vinte e oito:** *Desafetação de caminho público municipal n.º 212, freguesia de Loureiro, para o domínio privado do município – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e nove:** *Desafetação de várias parcelas do domínio público (Quarteirão do Cemitério – Oliveira de Azeméis) – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta:** *Proposta de alteração da postura municipal de trânsito Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e um:** *Proposta de postura de trânsito para a Travessa do Outeirinho, freguesia de Carregosa – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e dois:** Proposta de criação de três de lugares de estacionamento, freguesia de Carregosa – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e três:** Proposta de criação de três lugares de estacionamento na Travessa Domingos Pinho, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e quatro:** Proposta de colocação de lombas na Rua do Calvário, freguesia de S. Roque – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e cinco:** Proposta de alteração de localização de lugar de táxi, freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e seis:** Proposta de alteração de postura de trânsito e criação de lugares de estacionamento na Rua Casal Novo, freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e sete:** PI/4557/2014 – Novarroz, Produtos Alimentares, SA. - Pedido de isenção de pagamento de taxas relativas à compensação pela criação de lugares de estacionamento público – Aprovação. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** António Manuel da Costa Alves Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Domingos Campos Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, José Filipe da Silva Carvalho, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernando Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues dos Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Pedro Luís Paiva Dias, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira. =====

===== **Ausência dos Membros:** José Francisco Brandão Oliveira (PSD) e Ana Raquel Simões Teixeira (PS), Nuno Miguel Soares de Jesus (PS), Cristina Maria Valente de Pinho (PS) e António Marques Silva – Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe da Silva Carvalho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey e Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Bruno Armando Aragão Henriques, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

===== Boa tarde a todos. Vamos dar início a esta sessão de Assembleia Municipal. Temos aqui quinze intervenções no período de “Antes da Ordem do Dia”, toda a gente está com vontade de falar, embora seja uma Assembleia que tenha trinta e sete pontos na ordem de trabalhos. Portanto eu apelava ao bom senso e que as intervenções, que são sempre importantes, fossem concisas e que tivessem em atenção a extensão da sessão de hoje. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor António Aguiar – Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. =====

===== Muito boa tarde. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros da assembleia, caros colegas presidentes de Junta, público em geral. Eu venho hoje aqui por dois motivos: Em primeiro lugar – A Junta de Freguesia de Carregosa apresenta para votação na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis um voto de louvor ao empresário Pedro Araújo pelo título honorífico de Grau de Comendador da Ordem de Mérito Empresarial. Tal distinção honorífica foi atribuída pelo digníssimo Presidente da República, Dr. Aníbal Cavaco Silva, no passado dia 17 de dezembro de 2015. O Comendador Pedro Araújo é proprietário do Grupo Polisport, S.A. com sede na Avenida Ferreira de Castro da vila de Carregosa. Consideramos que tal distinção, além de justa e meritória, enaltece todos os empresários carregosenses e oliveirenses fortalecendo a vocação empresarial desta nossa vila como uma indústria cada vez mais forte e crescente. Este é o primeiro motivo. Segundo motivo – Como todos constataram, o fim-de-semana passado foi dramático em alguns pontos: Carregosa sentiu isso de uma forma que eu com quarenta e muitos anos nunca tinha visto: Foi muita chuva; Foram muitas inundações; Foram cortes de estrada; Foi derrubes de árvores; Portanto, começou na sexta-feira por volta do meio-dia e só terminou

no domingo à noite. O que me trás aqui é que eu não ficava bem comigo mesmo se não fizesse um agradecimento público a toda a Proteção Civil do nosso Concelho. Eu vou destacar aqui, muito em especial, os Bombeiros Voluntários de Fajões e os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, bem como a GNR de Cesar, a própria equipa da Câmara Municipal, todos eles foram incansáveis na ajuda às populações que sofreram bem de perto as consequências do mau tempo do fim-de-semana passado. Carregosa foi bastante fustigada em inundações, cortes de estrada, queda de árvores e só quem trabalhou com esses homens consegue perceber o trabalho que eles tiveram e a prontidão com que eles intervieram. Eu penso que o agradecimento será geral, porque eu penso que não foi só Carregosa que sofreu as consequências do mau tempo. E essas equipas que estiveram no terreno sempre presentes deram toda a ajuda necessária. E assim, vale a pena ter uma Proteção Civil, vale a pena estarmos todos em conjunto. Acho que vale a pena acima de tudo ter um concelho como Oliveira de Azeméis e ser Oliveirense. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à senhora deputada Helena Santos, do PS. =====

===== Muito boa tarde a todos. Mesa, Vereadores, público em geral, comunicação social. Aproveito também para desejar um Bom Ano a quem ainda não encontrei e não desejei, uma vez que é a primeira assembleia este ano. Vou tentar ser breve na minha comunicação e tentar partilhar convosco aquilo que eu intitulei de um fenómeno cultural. Convido-vos então a refletir sobre este assunto ao qual não podemos ficar indiferentes e nem queremos ficar à espera sentados: Vamos rever muito brevemente a definição de cultura: A cultura (do latim) é um conceito de várias aceções, sendo a mais corrente, especialmente no senso comum, a definição de Tylor segundo a qual cultura é “todo aquele complexo que incluiu o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidade adquiridas pelo homem como membro da sociedade”. A cultura é criação, a cultura é um fator de harmonização, o homem só se torna homem porque vive no seio de um grupo cultural. A cultura é um sistema de símbolos compartilhados com que se interpreta a realidade e confere sentido à vida dos seres humanos. Uma das áreas da cultura é o teatro e esta palavra que deriva do grego e significa: “lugar fixo do espectador, lugar onde se vai ver e onde, simultaneamente, acontece o drama com o seu complemento visto, real e imaginário. Portanto, o teatro é um fenómeno que existe nos espaços do presente e do imaginário, nos tempos individuais e coletivos sendo mais do que um local público onde se vê, é sobretudo o lugar condensado das ambiguidades e paradoxos, onde as coisas são tomadas em mais de uma forma ou sentido. Se pretendermos, então, saber em local é que podemos assistir ao teatro ou outras formas de manifestação cultural em Oliveira de Azeméis, fazemos uma pesquisa na net e logo nos surge – Cineteatro Caracas. Entre as várias coisas que existem no site, e particularmente do histórico, aparece quando foi inaugurado o edifício equipamentos e instalações necessárias à apresentação de

peças de teatro, espetáculos musicais. E para garantir o conforto dos espetadores possuiu um sistema de aquecimento e arrefecimento da sala. Com estas características, nesse tempo, o Cineteatro Caracas é um ponto de referência nas salas de espetáculos da região, atraindo, não só, um público vasto, como os agentes culturais que aqui queriam ter os seus espetáculos e filmes em exibição e a sua inauguração foi um acontecimento marcante na vida do Concelho. Ora, como todos sabemos, o edifício foi adquirido pelo Município de Oliveira de Azeméis em 2003 e, apesar dos investimentos, hoje temos um edifício que apresenta claras limitações para o que se espera de equipamento cultural com o seu passado e sobretudo os níveis de exigência compatíveis com o nosso Concelho. Está desconfortável, desadaptável, sem climatização, com uma programação escassa que não desperta o interesse do público, que não cumpre as suas funções e não dignifica o Município. Apesar de tudo isto, existe um espaço no Cineteatro Caracas de intervenção cultural aberto a todos a título particular ou grupos, ou associações, é um espaço de promoção da capacidade artística, talento e divulgação de projetos. Mas, porém, este espaço é espécie de sala de reuniões mais ampla mas banal. Também se verifica lá que existe um foyer, de acordo com significado da palavra foyer: será uma área externa dos auditórios, ideal para pequenas exposições, excelente para realização de coquetéis, apresentações, coffee breaks, vernissages, além de outros eventos. Não sei muito bem onde é que fica o foyer: Não há lugar para tomar um café, para partilhar um momento com os amigos depois de um espetáculo. A não ser que se refiram aquele hall do teatro, onde ocorre exposições de artistas locais, pouco explícito e pouco atrativo. Mas, vamos ver o que acontece nos concelhos à volta: Não precisamos de ir para concelhos mais longe e vamos a S. João da Madeira -Cineteatro recuperado; Cineteatro de Estarreja também recuperado – lugar que é atraente e confortável e que se espera que atraia novos públicos e volte a recolocar o interesse do teatro; Santa Maria da Feira – recuperação do Cineteatro António Lamoso, um sítio que está espetacular com um auditório, café-concerto, sala de dança; Centro de Artes de Ovar; Albergaria A Velha – Cineteatro Alba este também com espaço moderno, confortável, convidativo, com várias salas, um espaço fantástico. Lembrava aqui que, o dia mundial do teatro celebra-se anualmente a 27 de março, para comemorar a data decorre neste dia vários espetáculos teatrais gratuitos ou com bilhetes mais baratos e são relembrados alguns dos artistas e obras mais importantes da história do teatro. O objetivo da data é promover a arte do teatro junto das pessoas. E saliento que a cultura é uma ponte entre as gerações e extratos sociais. Solução cultural é a melhor arma que dispomos para combater os graves problemas socioeconómicos, pois a cultura interfere na autoestima de maneira surpreendente atribuindo valor, identidade, disciplina e motivação para mudar. A Cultura proporciona prazer em ser, fazer e pertencer. A cultura é também uma terapia. A arte é uma forma de catar em todas as suas manifestações: literatura, teatro, musica, canto, dança, pintura, etc. e toda a catar tem um aspeto terapêutico. A cultura é uma expressão de cidadania. Um individuo comprometido com a cultura é feliz, pois a sua vida adquire um significado útil. Este é ou deveria ser o objetivo da sociedade humana: o bem-estar do grupo alicerçada na felicidade de cada um. Então, caros

colegas, termino com o slide do início e com uma afirmação que poderão achar vulgar mas cuja ideia é fundamente: Os oliveirenses precisam e merecem ter o Cineteatro Caracas uma casa de cultura digna e com identidade. Já sabemos que o dinheiro é escasso, mas esta é uma questão de prioridades e não podemos ficar sentados à espera. Tenho dito. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia fez a seguinte intervenção: ==

===== Quando algum deputado estiver a intervir, acho muito bem que possam trocar opiniões mas que o vosso ruído não possa interferir na boa audição, para preservar e termos respeito por quem está a fazer a sua intervenção. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== Boa tarde Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, Senhores secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas, comunicação social, público, as minhas saudações. O tema que me trás aqui hoje é a Comissão de Estudo à Segurança do IC2. A sinistralidade no IC2, em Oliveira de Azeméis, tem sido notícia ao longo dos últimos anos nas páginas da comunicação social e nas redes sociais, as quais relatam vidas que se perdem, famílias destruídas e custos sociais elevadíssimos provenientes destes acidentes. As forças políticas aqui representadas, nesta Assembleia, têm várias vezes lembrado, aqui, esta problemática, incluindo o CDS/PP que por várias vezes tem vindo a lembrar algumas lacunas deste IC2, nomeadamente a falta de iluminação dos nós de ligação. Esta Assembleia, sensibilizada com este drama, constituiu uma Comissão de Estudo para a Segurança do IC2 tendo ficado nomeado três elementos das forças partidárias com assento neste Plenário. Decorreu mais de um ano e esta Comissão encontra-se inoperante. Eu próprio sou elemento constituinte dela. Sinto-me de consciência tranquila pelas diversas tentativas que fiz para contrariar a letargia. Assim, em novembro último e numa tentativa de a tornar operante, solicitei uma reunião de trabalho para se elencar estratégias, para que a comissão tivesse alguma iniciativa e justificasse a sua constituição. No dia 1 de dezembro passado redigi alguns apontamentos de constatações e sugestões, para dentro daquilo que entendemos dessa reunião como importante, para alavancagem de passos a ter em conta para combater este flagelo. Afinal de contas, estamos a representar aqueles que já sofreram com este drama e também aqueles cidadãos que não querem viver este pesadelo. O CDS/PP não pode assim assumir responsabilidades políticas por qualquer acidente, ou por mais vítimas de acidentes, que venham a ocorrer daqui para a frente. Temos a obrigação de fazer mais e melhor. Fomos mandatados pelo povo oliveirense e só por isso merece que se olhe pela sua segurança de uma forma séria e responsável. Continuaremos disponíveis para coletivamente fazer tudo o que

estiver ao nosso alcance para melhorar os níveis de segurança das populações em todos os sentidos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor José Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====

===== Boa tarde a todos. Permitam-me saudar o executivo na pessoa do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, assim como toda a assembleia na pessoa do Senhor Dr. Jorge Oliveira e Silva, caros companheiros presidentes de Junta, comunicação social, público, a todos boa tarde. Foi no dia 12 de fevereiro, pelas 15:30, que decorreu na EBI do Outeiro a entrega de prémios referentes à iniciativa XIV Edição dos Artistas Digitais. Concurso a nível nacional, destinado a alunos da pré-escola, que consistiu na elaboração de desenhos usando o computador. O tema desta edição foi desporto, natureza, e vida saudável. As escolas do concelho de Oliveira de Azeméis participaram com 236 trabalhos, tendo alcançado um primeiro prémio e duas menções honrosas. Para além deste concurso nacional a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis decidiu também fazer o concurso a nível local para selecionar os melhores desenhos do concelho, premiando assim mais 4 alunos para além dos que ganharam o prémio a nível nacional. Não é por acaso que estou aqui, pois senti orgulho ao ver receber o primeiro prémio a nível nacional de uma osselense – Matilde Godinho e Castro, do jardim-de-infância de Vermoim, a quem quero dar os meus parabéns assim como a todos os outros premiados e participantes do concelho. Porém, não convém deixar de enaltecer o trabalho dos professores e da Câmara Municipal por se juntar à iniciativa e premiar o esforço desses alunos que trabalham. Está patente que todos em conjunto fazemos com que o nosso concelho seja uma referência a nível nacional na educação e na cultura. Parabéns a todos. Por falar em cultura, quero lembrar que, estão a decorrer as celebrações no âmbito do Centenário da obra literária de Ferreira de Castro, numa organização de parceria entre a Câmara Municipal a Junta de Freguesia de Ossela e o Centro de Estudos Ferreira de Castro. As celebrações contam com várias iniciativas para homenagear aquele que foi, é, considerado como um dos escritores portugueses mais traduzidos e universal dos nossos romancistas e também o cidadão exemplar que sempre lutou dignidade e unificação do povo português. Ferreira de Castro é, sem dúvida, uma das maiores figuras das letras portuguesas de todos os tempos, um lutador antifascista, um homem do povo que levou o nome de Ossela, Oliveira de Azeméis, Portugal, aos quatro cantos do mundo. Se há mortos que continuam a viver, eu tenho a certeza que é o caso deste nosso conterrâneo e ilustre escritor. Poderia acrescentar muito mais sobre o escritor Ferreira de Castro, porque o seu legado é grande e a sua notoriedade é imensa. O programa já se iniciou em janeiro e conta com diversas iniciativas no decorrer deste ano. Foi precisamente há 100 anos, ou seja, em 1916 que Ferreira de Castro lançou o seu primeiro livro “Criminoso por Ambição”, em Belém do Pará, no Brasil. Tenho a certeza que este programa vai dignificar a memória de tão ilustre escritor. Terminando dizendo: Azeméis é cultura. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Armindo Nunes – Presidente da Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca.* =====

===== *Cumprimento, o Senhor Presidente da Mesa e os seus Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, caros colegas membros da Assembleia, e público presente. Trazia aqui dois ou três pontos muito concretos: E queria começar por aludir à intempérie que fustigou praticamente todo o país e pegar nas palavras do meu colega e amigo Aguiar, para dizer também que no meio do infortúnio que foi esta intempérie merece reflexão e merece uma palavra de facto a facilidade com que na emergência se congregam os esforços. Foi bom de ver, a vontade, o esforço, a dedicação e até o espírito de interligação, uma vez pedindo eu o apoio dos bombeiros outras vezes pedindo os bombeiros o apoio da Junta, uma vez pedindo eu o apoio da proteção civil, outras vezes pedindo a proteção civil o apoio da Junta, tudo se congregou, tudo funcionou. O que me faz refletir que, quando nós temos um objetivo preciso, quando estamos movidos pelo mesmo fim, temos a vontade e a vontade realiza o trabalho. Tudo se resolveu. Tivemos sérios problemas em Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz: Felizmente não houve nenhuma tragédia pessoal apenas problemas materiais e tudo se resolveu e não há, neste momento, nada que esteja em verdadeiro perigo. Mas agora ficam as sequelas deste temporal. Eu queria falar em pelo menos uma delas: Que é o facto de, ter ficado a nu, ter ficado evidente aquilo que tem faltado ao longo do tempo na minha União de Freguesias - falo por mim, não tenho que falar pelos outros - mas que deixou de facto à vista os problemas que temos na rede viária. Senhor Presidente eu queria-lhe dizer, com a franqueza com que o faço sempre, que ficou a impressão de que o Senhor Presidente ainda não tomou consciência da gravidade da situação da rede viária da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Se der uma volta com espírito crítico de fazer e de resolver a situação verás, que nós temos um conjunto de ruas, em especial em Palmaz e no Pinheiro que obrigam a uma tomada de medidas excecionais: Nós não podemos continuar a gastar toneladas de massas frias; Nós gastamos cento e tal toneladas de massas frias, nós estivemos a gastar dinheiro, elas aguentam uns dias e depois ficamos na mesma com as vias de circulação completamente esburacadas. E mesmo ao fazermos a reparação do buraco, nós estamos a criar uma saliência. Não temos buracos, temos saliências. Temos um piso que não é regular, temos um piso que é perigoso para a circulação, um piso que é prejudicial para a circulação, para a segurança das pessoas, e para o material que circula nessas estradas. Queria-lhe pedir, que veja, ou que mande ver, o estado em que estão as ruas de Palmaz, o estado em questão as ruas do Pinheiro da Bemposta. Para que depois possamos, com consciência, com espírito de construir de fazer alguma coisa útil; Para que depois se possa chegar à conclusão de que de facto nós devíamos ter tomado atitudes. Eu já as reclamei aqui. Eu já aqui disse que é preciso um plano de recuperação das nossas vias de circulação. Nós não podemos continuar com isto. Nós estamos ao lado, de uma freguesia que tem 100% das suas ruas pavimentadas, de uma freguesia que tem*

100% de água, de uma freguesia que tem 100% de saneamento, de uma freguesia que tem infraestruturas que, captam, levam a juventude da minha terra, para uma freguesia vizinha de um concelho vizinho. Não é que isso tenha algum mal especial porque estamos todos no mesmo país. Mas eu fico triste por não poder oferecer à minha população condições, pelo menos, idênticas para lhes poder oferecer condições e qualidade de vida que os faça usar os equipamentos que têm no seu município e não nos outros lados. Tinha uma outra questão para lhe colocar e que tem a ver também com a intempérie. Falamos aqui, já há bastante tempo, na questão das margens do Caima. Toda a gente sabe que se gastou muito dinheiro nas margens do Caima. Hoje não sobra nada das margens do Caima. E aconteceu, até, que, alguns dos equipamentos (passadiços) foram pela corrente e foram parar num outro equipamento que existe no Caima e que felizmente reteve essas plataformas onde as fomos recolher. Aliás, o pessoal da Câmara foi recolher, a meu pedido. Mas que veio realmente levantar uma outra questão: É que nós devíamos aproveitar as paisagens paradisíacas que nós temos no Caima. Nós temos de ter o cuidado de conservar, pelo menos conservar, de limpar aquele património ambiental, aquele património natural que é de facto um património de uma importância que é considerável. Até hoje, estão decorridos dois anos de mandato, não foi feito qualquer protocolo com a Junta de Freguesia para a limpeza e conservação daquele património. Como também não vejo que a Câmara Municipal se preocupe em tratar, ela própria, dessa conservação. Um outro tema tem a ver com uma informação que já tinha também do concelho vizinho e que vi no site da Câmara publicado um dia destes: Tem a ver com a Associação de Caminhos de Fátima. Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se pode ou se é oportuno falar sobre isso, designadamente: Se conhece o projeto? Se conhece, em especial, na minha freguesia, qual é o percurso? Se está previsto algum albergue ou local de repouso? Em suma, que nos desse alguma informação que nos permita acompanhar. E repito, se isso for oportuno. Porque pode não ser e também concordo que pode não ser. Mas, se pode adiantar alguma informação, relativamente a isso? Outro tema que queria trazer a esta Assembleia, tem a ver com o património histórico da Bemposta. Nós temos ali um património impar no Município. Temos um património de rara beleza, felizmente, num estado de conservação, ainda, razoável. Mas precisamos da sua dinamização, precisamos de melhorar, desde logo, aqueles acessos. Precisamos, em suma, do apoio da Câmara Municipal. Eu queria perguntar ao Senhor Presidente – se tem nos seus planos alguma intenção de investir na zona histórica do Pinheiro da Bemposta? Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado Nuno Pires, do PSD, o qual prescindiu. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Augusto Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====

===== *Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, público, comunicação social, muito boa tarde a todos. A minha presença aqui é para fazer uma referência à XVII prova de Atletismo de Cesar, que este ano incorporou o campeonato regional de atletismo e que foi considerada pela crítica a melhor prova do distrito de Aveiro. Foram inscritos mais de 1100 atletas e acabaram a prova mais de 1000 atletas. Estiveram envolvidos cerca de 70 voluntários que tornaram possível a realização desta prova. Como é habitual, a Villa Cesari que é a entidade organizadora da prova em parceria com a Junta de freguesia e a Câmara Municipal todos os anos faz a homenagem a um atleta de prestígio internacional e este ano foi a vez de Carlos Sá, Ultra Runner, um grande atleta português que leva longe o nome de Portugal no atletismo. Fazer também uma referência aos escalões de formação da Villa Cesari, pelos resultados obtidos que nos garante o futuro para o atletismo da Villa Cesari e para o atletismo do concelho de Oliveira de Azeméis. Por último, a Junta de Freguesia agradece a todos quantos tornaram possível esta grande realização. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado José Lourenço, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, restante Mesa, Executivo, Vereadores, colegas, público, comunicação social. Senhor Presidente, tendo em conta que, e como hoje se irá verificar, e muito bem, a Câmara Municipal tem por costume protocolar todos os apoios concedidos às mais variadas entidades e instituições: Não deixa de ser estranho que pelo menos dois protocolos, que era previsto terem sido aprovados na Assembleia Municipal de 26 de fevereiro do ano passado e que o Senhor Presidente pediu a retirado dos pontos que aprovavam esses mesmos protocolos, não terem entretanto vindo aqui novamente para serem tratados. Como já devem ter percebido trata-se de uma matéria que nos é sobejamente conhecida, ou seja, Centro de Línguas e Academia de Musica. Senhor Presidente, outro pormenor que nos deixa muito confusos: Na análise à fundamentação de atribuição de tais subsídios, constatava-se que os mesmos serviriam para conceder o desejável equilíbrio financeiro às referidas instituições. Ora, desconhecendo-se que tanto uma como outra não obtiveram, outras fontes de receita, para além das mensalidades e subsídios da Câmara, se tais protocolos ainda não foram aqui aprovados, será legítimo pensar na eventualidade de estarem a ser feitas transferências ainda não aprovadas por este órgão. Senhor Presidente pode confirmar, ou não, se estão a ser pagos valores relativos a esses tais protocolos de 26 de fevereiro? Por fim, Senhor Presidente, ainda relativamente ao Centro de Línguas, gostaria de lhe fazer mais uma questão: Como se deve recordar, na última Assembleia Municipal, aprovamos uma proposta conjunta no sentido de recomendar à direção do Centro de Línguas para que esta promova, ou promovesse, uma auditoria externa às suas contas. O desaparecimento de centenas de milhares de euros das contas do Centro de Línguas foi motivo, como referi, para consenso de uma proposta conjunta entre todas as bancadas desta*

Assembleia: Senhor Presidente, sabendo que a Autarquia se disponibilizou junto do Centro de Línguas para financiar o respetivo custo, pode nos dar aqui um ponto de situação relativamente a essa auditoria externa? =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Aproveito para saudar, o Senhor Presidente, a Mesa da Assembleia, todos os senhores deputados, Senhores Vereadores, público presente, comunicação social. Sendo a primeira Assembleia realizada no ano de 2016 desejar a todos, sem exceção, um ano cheio de coisas boas e que os senhores deputados possam ter também pensamentos positivos e não, nas assembleias municipais, só pensamentos negativos porque nós temos de elevar a nossa autoestima. Nós encontramos de vez em quando, aqui nas assembleias municipais, e parece que há prazer em falar nas coisas menos positivas em detrimento das coisas positivas. Há tantas coisas boas para falar. Vamos então falar das coisas boas: Associarmo-nos à sugestão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, relativamente à distinção honorífica atribuída pelo Senhor Presidente da República ao administrador do Grupo Polisport, ao Senhor Comendador Pedro Araújo que é um grande empresário, é um grande empreendedor, não é de Oliveira de Azeméis, que já teve infraestruturas empresariais noutras concelhos e que escolheu Oliveira de Azeméis para a sua sede. Eu falo nisto porque começa a ser frequente as empresas chegarem a Oliveira de Azeméis vindas de outros concelhos. E quando acontecia uma pequena empresa sair de Oliveira de Azeméis para outro concelho caia o “Carmo e a Trindade”. Porque a Câmara Municipal não fazia isto; Porque a Câmara Municipal não estava atenta; Porque a Câmara Municipal não ligava nenhuma. Agora que as empresas estão a vir para Oliveira de Azeméis dos outros concelhos, eu ainda não ouvi ninguém congratular-se pelas empresas optarem por vir de outros concelhos para Oliveira de Azeméis. Pedro Araújo da Polisport é um bom exemplo, tem várias unidades empresariais em vários concelhos mas quer cada vez mais crescer na freguesia de Carregosa. E por isso associo-me a este voto de congratulação. E esteve bem o senhor Presidente da República ao distinguir o senhor Pedro Araújo com a Comenda de Mérito Industrial. Vem a propósito disto que, no ano de 2016, (ainda estamos em fevereiro), durante este ano já duas empresas no setor do calçado deixaram outros concelhos e estão em Oliveira de Azeméis: Refiro-me à empresa Paulo Brandão, (marca conhecidíssima de sapatos de senhora (moda), que estava em Santa Maria da Feira – Arrifana, e está em Travanca / Ul – Oliveira de Azeméis (ali no limite – um bocadinho abaixo do Luís Onofre) naquela zona entre Travanca – Ul – Oliveira de Azeméis, é uma empresa que se chama – “Versão Latina” e está a trabalhar, criou postos de trabalho, e é uma marca made in Oliveira de Azeméis. Hoje mesmo o Senhor Secretário de Estado da Industria visitou Oliveira de Azeméis e teve a oportunidade de inaugurar, em Cesar, uma fábrica de calçado ortopédico com 130

trabalhadores que vai crescer 10% em número de trabalhadores e 20% em volume de faturação, e escolheu Oliveira de Azeméis depois de ter estado em Santa Maria da Feira em S. João da Madeira, e que optou por Oliveira de Azeméis para sediar a sua empresa. Estamos a falar de, capital estrangeiro, investimento estrangeiro, capital holandês. E julgo que foi motivo de orgulho para todos aqueles que puderam participar nesta inauguração. E por isso, Senhor Presidente António Aguiar, dizer-lhe que a Câmara Municipal se associa naturalmente a esta distinção honorífica ao Senhor Comendador Pedro Araújo e que continuaremos a criar todas condições para atrair novos investimentos, novas empresas, criar emprego, criar riqueza no nosso concelho. O senhor presidente falou nas intempéries e o senhor presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz também falou nessa matéria. Seguramente que todos os presidentes de junta nesta sala têm todos que falar sobre as intempéries. Senhor Presidente eu peço-lhe imensa desculpa se me alongar no tempo, mas vale a pena nós perdermos algum tempo nesta matéria, porque infelizmente o nosso concelho não foi exceção e nós tivemos um conjunto significativo de ocorrências em todas as freguesias. Os senhores presidentes de Junta do Pinheiro da Bemposta Palmaz e Travanca e de Carregosa já tiveram oportunidade de falar e agradecer o trabalho dos Bombeiros, da GNR, das Equipas Operacionais da Câmara Municipal. Os senhores presidentes de Junta do Pinheiro da Bemposta Palmaz e Travanca e de Carregosa não fizeram por modéstia e, eu tenho que o fazer, eu tenho que agradecer aos presidentes de juntas de freguesia e às juntas de freguesia porque foram incansáveis, todos: Não há aqui nenhum que não tenha tido problemas; Na identificação dos problemas, porque era sempre o primeiro telefone a tocar o do presidente da Junta; O presidente da Junta a seguir ligava, ou para o Vereador, ou para o Presidente da Câmara, Ou para os Bombeiros, ou para a GNR, ou para as Equipas Operacionais; E havia uma interligação perfeita. Funcionou bem- já aqui foi dito – o senhor Armindo confirma. Porque efetivamente tivemos problemas graves. Tivemos problemas graves às 4 da manhã. As Brigadas Operacionais da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, às 4 da manhã, estavam entre Palmaz e Ossela; Porque, às 3 da manhã, tinham caído dois pedregulhos no meio da estrada e cortava a ligação entre Palmaz e Ossela; E foi a Câmara Municipal que lá foi; E às 7 da manhã estava uma máquina a arrastar as pedras. E isto foi assim em todas as freguesias. E nós ainda hoje estamos a fazer o levantamento. Nós temos mais de 20 ocorrências identificadas com intervenção direta. Estamos a fazer um levantamento e vamos procurar criar, dentro da legislação, uma linha de apoio e de financiamento rápido para resolver estes problemas. Senhor Armindo, já lá vamos à rede viária: E a rede viária não é um problema do Pinheiro da Bemposta – eu já lá vou aos pormenores. Mas o problema da rede viária, após o fim-de-semana das intempéries, piorou em todas as freguesias. Nós só temos 700 quilómetros de estradas. Só temos 700 quilómetros. E não vale a pena estarmos aqui a comparar com outros concelhos que são vizinhos ou que deixam de ser vizinhos. O problema é a nossa dimensão. O problema é nosso e temos que o resolver. Só que são 700 quilómetros. Senhor Armindo – Pinheiro da Bemposta eu vou-lhe já dizer pormenores os seus “buracos” eu conheço-os porque passei lá no

fim-de-semana. Eu dei a volta ao concelho todo no fim-de-semana e não quis incomodar nenhum presidente de junta. Porque também é verdade que a volta iria demorar mais tempo se estivesse convosco. E fiz sozinho pelos meus meios e, pude ver, pude constatar, pude perceber que efetivamente os estragos tinham sido muitos; E pude perceber que a dimensão dos estragos era elevada, e que a dimensão do problema é elevada, e que nós vamos ter que criar condições excecionais para resolver os problemas. Porque senão, se estivermos à espera de lançar as empreitadas de acordo com os códigos, de acordo com toda a legislação e essas coisas, nós nem daqui a meio ano estamos a resolver os problemas das estradas esburacadas. E eu não quero isso. E portanto vai ser preciso uma grande articulação com os senhores presidentes de Junta na identificação naquilo que são as prioridades. Eu tenho aqui uma lista. Está aqui freguesia a freguesia. Mas há mais coisas. Eu conheço e os senhores conhecem. Não vou estar aqui a dizer: caiu o muro ali, um buraco acolá, etc..., etc.... Deixem-me dizer-vos uma coisa, eu não quero ser agoirento: Mas se, nas próximas horas, ou nos próximos dias, voltar a haver chuva torrencial os problemas vão piorar. Porque nós temos uma saturação de água nas terras brutal. Os muros que estão a aguentar estão-se a espreguiçar por todo o lado. Mais um bocadinho de chuva e cai tudo. Ainda ninguém deu conta mas, na Quinta do Comandante, na Universidade de Aveiro, caiu o muro. Já não chovia e o muro caiu. Porque foi tanta água, tanta água, que ele não aguentou e caiu. E se houver um bocadinho mais de chuva voltam a cair muros. E portanto temos de ser capazes de dar uma resposta que não vai ser fácil porque ela é generalizada. Eu não posso aqui dizer que a freguesia A e a freguesia B. É evidente que, - na “rede viária” do Senhor Armindo -, se a rede viária é maior que a dos outros o problema dele é maior do que o dos outros. Certo? Mas é porque é maior. Não é porque choveu mais em Palmaz que tem mais buracos em Palmaz do que tem em Madail, ou em Carregosa. O problema é que efetivamente nós temos que resolver na generalidade. Eu queria chamar à atenção, e não queria estar aqui a pormenorizar mas, gostava e aproveitar este momento para agradecer publicamente aos senhores presidentes de junta. Eu já fiz questão de agradecer aos Bombeiros de Fajões e de Oliveira de Azeméis, à GNR, que foi impecável, de Cucujães de Cesar e de Oliveira de Azeméis e às Brigadas Operacionais da Câmara Municipal; Houve pessoas que não se deitaram que trabalharam de dia e de noite para que efetivamente conseguíssemos resolver os problemas. E não tivemos muitas vias cortadas; Tivemos uma via cortada em Carregosa mas era impossível transitar, porque a água era tanta e o trânsito estava proibido e não valia a pena arriscar; Em Ossela e Palmaz houve intermitência – foi-se limpando e foi-se resolvendo o problema. Mas, como disse, nós estivemos atentos. Tivemos uma intervenção, delicada, na Ponte da Minhoteira, no Pinheiro da Bemposta. O senhor Armindo conhece o assunto. Estamos a falar de uma zona com uma forte inclinação em que a chuvas levam a madeira cortada e não recolhida a cair no rio, a corrente é grande e os toros dos eucaliptos batem com uma força tremenda na Ponte da Minhoteira. E nós fomos lá tirar os toros. Contratamos um madeireiro para tirar os toros. Porquê? Porque a pressão dos toros de madeira nos pilares da ponte faz com que a ponte possa ter problemas. E nós não quisemos ter esses problemas. Fizemos isso debaixo de chuva

torrencial. O senhor Armindo é testemunha, esteve lá - eu confirmo a presença do senhor Armindo. Isto é abrangente a todos os presidentes de Junta: Nós temos que efetivamente encontrar soluções. Como eu disse - vamos procurar com legislação que temos - Estamos á espera que o senhor Ministro da Agricultura que foi visitar na zona do Douro e criou uma exceção para as questões agrícolas do Douro. Mas não há mais nenhuma exceção. As informações que eu tenho do governo, é que o governo está à espera de ter a dimensão clara do problema a nível nacional para perceber se abre aqui um excecionamento ou se cria aqui uma linha direta para se poder fazer ajustes diretos. Se nós vamos lançar uma empreitada para estas coisas - meus caros vocês sabem quanto é que demora uma empreitada? Portanto, os buracos vão lá ficar. E nós não queremos isso. Portanto dizer ao senhor Armindo, nós estamos atentos para resolver esse problema, e também ao presidente da junta de Carregosa que falou e não sei se outros vão falar, - isto é transversal. Depois há aqui um outro problema que é a questão legal associada a isto: É que há queda de muros em quase todas as freguesias, que são muros particulares. E há uma coincidência dos “diabos” que é, os muros que caem são sempre de gente que não têm dinheiro nem para comprar um pacote de leite, nem pacote de bolachas. Portanto, toda a gente diz: agora temos que reconstruir o muro. Mas é preciso perceber qual é a legalidade; como é que podemos financiar a reconstrução do muro. Não estou aqui a contar segredo nenhum. Já várias pessoas me escreveram: “... a senhora xpto não tem condições financeiras para fazer o muro. - Senhor Presidente temos que fazer o muro.” Pois, o problema é também do ponto de vista lega percebermos se podemos ou não podemos fazer o muro. O muro é privado. O que é certo é que ele caiu e obstruiu a via. Nós limpamos a via e procuramos criar condições de segurança. Mas é preciso também ter as condições legais. Porque a gente pode ter muita boa vontade de resolver o problema, mas depois não temos os instrumentos legais para os resolver. Por isso, como eu disse - vamos esperar por legislação de enquadramento, como já houve no passado. Já houve no passado quando não houve cheias tão grandes. Porque estas cheias superaram todas as outras e houve linhas de excecionamento. Vamos aguardar que elas possam acontecer para poder, também, mais rapidamente, com os presidentes de junta porque as soluções no terreno serão sempre articuladas convosco e não é a Câmara Municipal que vai fazer por livre e iniciativa vontade fazer isto ou fazer aquilo. Terá que articular convosco as prioridades e a forma de operacionalizar no terreno. A Dr.^a Helena Santos fez aqui uma profundíssima reflexão cultural. Eu não vou discutir a sua reflexão cultural, não tenho capacidade intelectual para estar a discutir consigo a reflexão que fez. Vou só dizer que a senhora doutora tem que a partilhar com as vinte e três mil pessoas que no último ano foram ao Caracas. A senhora diz: que não programação; que não vai lá ninguém; que aquilo está às moscas; que não tem nada, etc..., etc... Passaram lá: não é duas mil; Passaram no Caracas vinte e três mil pessoas. Eu não sei se a senhora lá foi ver algum espetáculo; Não sei. Mas eu, também não vou a todos, só vou aos que posso e aos que gosto. E a programação cultural é de uma oferta super diversificada. E tem que reconhecer. Agora, não diga que não se passa lá nada; A senhora já uma vez teve uma frase em Macieira de sarnes que era em “Oliveira de

Azeméis não acontece” – dizia a senhora doutora. E nós andamos não sei em quantas Assembleias Municipais a dizer – “Senhora doutora afinal acontece”. Doutora, dizer que não há programação no Caracas. Sabe que, o ano tem 52 semanas, o Caracas teve 56 espetáculos: Significa que teve mais do que um por semana; Significa que teve vinte e três mil pessoas que foram ver os espetáculos. A senhora doutora não gosta de nenhum espetáculo que lá se passou. Azar o seu. Mas houve vinte e três mil pessoas que foram lá, pagaram bilhete e foram ver. Houve outros espetáculos que foram gratuitos, mas foram lá. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: Pedro Abrunhosa – é conhecido até por criticar publicamente quando está contra os governos, quando veio a Oliveira de Azeméis a malta até pensava que ele estava a gozar: sabe porquê? Ele disse que não tinha encontrado uns camarins tão bonitos como os do Cineteatro Caracas e tão bem equipados. E a malta pensou que ele estava a gozar. Mas sabe uma coisa? Ele não estava a gozar, ele estava a falar a sério. E a senhora doutora está convidada para lá ir ver os camarins também e depois poder dizer que o Pedro Abrunhosa tinha razão e que ele não estava a gozar estava a falar a sério. Podia dizer muitos mais: David Fonseca – (não sei se gosta ou não gosta) vem agora ao Ciclo da Primavera. Está convidada. Custa 10€ o bilhete. Dizer-lhe o seguinte: O David Fonseca vem a segunda vez a Oliveira de Azeméis porque a última vez que cá veio disse: “Eu quando lançar o próximo álbum quero-o tocar no Caracas.” Mas a senhora diz que lá não se passa nada. Deixe-me só dizer-lhe outra coisa sobre o Caracas é que, é a nossa primeira prioridade de intervenção, a requalificação. Não. Mas é a nossa primeira prioridade. Logo que os fundo comunitários estejam disponíveis é a primeira prioridade do Município de Oliveira de Azeméis no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDUS), é a requalificação do Cineteatro Caracas. Mas, pese embora essa situação, só para a senhora doutora ter noção, passaram lá vinte e três mil pessoas e houve 56 espetáculos no Cineteatro Caracas. E já agora que mostrou tanta apetência pelo teatro e tanta curiosidade sobre o teatro, dizer-lhe que: entre outubro e novembro de 2016, os grupos que fazem teatro, – porque há muita gente que faz teatro em Oliveira de Azeméis -, Os grupos que fazem teatro vão fazer uma coisa chamada “EnTOA Encontro de Teatro de Oliveira de Azeméis”, entre outubro e novembro, são os grupos de teatro de Oliveira de Azeméis, o Gota e os outros (há em Carregosa grupos de teatro; há no Curval grupos de teatro), eles é que se juntaram e vão fazer um encontro de teatro. Portanto, a senhora doutora gosta tanto de teatro, está convidada. Não sei se vai gostar ou não vai gostar mas, pelo menos, vá lá ver porque pode ser uma oportunidade para corrigir essa sua visão relativamente ao Caracas. Eu não vou estar agora aqui a falara da programação, porque era cansativa para todos os senhores deputados, como é evidente. Mas, a senhor doutora conhece seguramente até porque é uma pessoa formada culturalmente, lembra-se do António Fagundes? É conhecidíssimo. Sabe onde é que ele esteve? Ele esteve em meia dúzia de cidades no país, por acaso esteve em Oliveira de Azeméis, e por acaso esteve no Caracas. Mas a senhora doutora diz que não há programação cultural, que não vai lá ninguém, aquilo não se mexe. E é teatro. O António Fagundes é teatro não é outra coisa. A senhora doutora pode não gostar do David Fonseca, do Paulo Gonzo, do Pedro Abrunhosa e dessas coisas todas. Mas o

António Fagundes é teatro, esteve cá duas vezes, fez dois espetáculos em Oliveira de Azeméis. Olhe: O David Fonseca que vem agora em março, os últimos dois concertos foram, no CCB – Centro Cultural de Belém e Casa da Musica e o terceiro vai ser em Oliveira de Azeméis. Onde? Cineteatro Caracas. Uma oportunidade excelente para perceber se aquilo tem ou não tem condições. Independentemente disso, deixe-me dizer-lhe, a nossa prioridade de requalificação é a requalificação do Cineteatro Caracas. E agradeço as preocupações naturalmente e entendo-as e registo-as com respeito como é evidente. O senhor deputado Jorge Pereira falou no IC2. Deixe-me dizer-lhe que ainda ontem numa conversa, informal, de transmissão de poderes porque o atual responsável do destacamento Tenente Marques vai sair, vai para o curso de Capitão, na segunda-feira, e vem o tenente José Portugal; E foi na rua a apresentação do tenente José Portugal, que vai ser o novo Tenente em Oliveira de Azeméis a parti de segunda-feira, foi feita com esta informalidade e obviamente falamos logo sobre o IC2. E sobre o IC2 dizer-lhe o seguinte, senhor deputado: Nós temos trocado imensa correspondência e conversas com a Senhora Diretora de estradas Regional; Já houve supressão de uma via de lentos; Já houve a renovação da sinalização vertical entre fachas; E está a terminar uma inspeção ao piso. Nós voltamos a insistir nos separadores centrais; A GNR, de Oliveira de Azeméis, já deu informação à Brigada de Transito da necessidade de colocar separadores centrais. As Infraestruturas de Portugal IP resiste, até ao limite, à questão dos separadores centrais. Mas há situações, e, não estou a cometer nenhuma inconfidência, o tenente GNR acabou de me dizer isso na quinta-feira, a dr^a Gracinda é minha testemunha viva, que na zona do campo do Oliveirense não há outra solução, podem inventar o que quiserem, devido à inclinação da via que é a colocação de separadores centrais; Porque, diz o tenente, mesmo que haja um despiste nunca se invade a via de sentido contrario e portanto evita os choques frontais que ali acontecem que é a intromissão da via com circulação de viaturas em sentido inverso. Ele confirmou aquilo que eu também já tinha constatado: As Infraestruturas de Portugal evitam ao máximo o separador central, mas ele disse-me que naquela zona ia ser quase impossível de resolver o problema se não fosse com separadores centrais. Nós temos agora agendado uma nova reunião com as Infraestruturas de Portugal, com a senhora diretora Ângela Sá, para resolver o problema. Portanto, nós temos vindo a fazer esse trabalho mas, infelizmente, as respostas que temos tido ainda não foram definitivas. Foi feita a supressão de uma via de lentos, foi metido aqueles pinos no meio das vias, os pinos que se vêm à noite foram repostos e foi feita a inspeção ao pavimento para ver qual é problema do pavimento. Relativamente ao senhor presidente da Junta de Ossela: Congratular-me também com o sucesso da aluna da Escola de Vermoim, na questão do trabalho em termos digitais. E, dar-lhe nota, na questão do Ferreira de Castro – 100 anos de obra literária de Ferreira de Castro, que: nós temos tido, felizmente, e ainda bem, o nosso objetivo estratégico é que Ferreira de Castro seja cada vez mais lembrado, seja cada vez mais trabalhado. E isso felizmente está a acontecer. Eu posso anunciar aqui à Assembleia Municipal que o Senhor Ministro da Cultura – Dr. João Soares, aceitou integrar as comemorações dos 100 anos de obra literária Ferreira de Castro, mostrou disponibilidade para

estar em Oliveira de Azeméis ou no encerramento ou no decurso das comemorações; Nós temos um programa ambicioso com muitas atividades e o Senhor Ministro mostrou essa disponibilidade e, ainda, esta semana, tivemos outra adesão que foi o senhor presidente da Câmara Municipal de Sintra, (onde Ferreira de Castro está sepultado), Dr. Basílio Horta que respondeu afirmativamente a um convite nosso mostrando disponibilidade para estar em Ossela ou em Oliveira de Azeméis nas comemorações dos 100 anos da obra literária de Ferreira de Castro. Portanto, é um das daquelas parcerias que valeu a pena, entre a comunidade educativa, a questão cultural, a Associação dos amigos de Ferreira de Castro, a Junta de Freguesia e, por isso, acho que tudo aquilo que fizemos só vem dignificar o nome do expoente máximo da nossa cultura. Quanto à intervenção do senhor Armindo Nunes, na questão das vias, eu já lhe fui dando alguma resposta naquela que é a questão das intempéries. Deixe-me dizer, senhor Armindo, posso estar a laborar num erro mas, a Estrada 16-3 que liga a Bemposta a Palmaz, passando por Tugilde, é uma das piores estradas da sua freguesia. A ligação Palmaz – Ossela também está bastante deteriorada e ficou pior com as últimas intempéries. A ligação Nespereira – Vilarinho. A estrada da Raposeira; A estrada da Minhoteira. Como vê: o Presidente da Câmara, não está só em Oliveira de Azeméis, também anda no terreno, também tem o seu carro, também passa pelos buracos e também conhece a realidade da rede viária do Município de Oliveira de Azeméis. E, às vezes, senhor Armindo, é verdade que nós procuramos minimizar os impactos e os senhores presidentes de Junta são autênticos heróis na minimização dos impactos. A utilização da massa fria resolve alguns problemas. Eu vou-lhe dizer: Amanhã é sábado: Eu passei lá agora, vinha para aqui para a Assembleia Municipal; O meu telefone não vai parar amanhã e domingo. Está a ver aquela coisa da massa fria: As Brigadas coordenados pelo Dr. Ricardo esqueceram-se de tapar o buraco ali na antiga Churrasqueira Africana. Esteve toda a semana tapado, mas está lá o buraco. Amanhã pessoas que vão para a zona desportiva, para a zona de lazer vão lá passar e vão lá bater. Vão telefonar: Não tratam disto. Ouça: Aquele buraco já foi tapado vinte vezes. E não sei se amanhã vai haver S.O.S. cidade. Mas, para dizer o seguinte: Uma intervenção a ser feita ali vai ter de cortar o trânsito. Aquele buraco já foi tapado trinta vezes. E há ali um problema qualquer de fundo que resulta de uma intervenção da Indaqua que vai obrigar a que se a Indaqua não fizer nós vamos ter que fazer. Isto para dizer o quê: Às vezes, nós procuramos tapar os buracos para minimizar os impactos, nem sempre resolvemos o problema. É verdade que, resolve durante quinze dias e se não chover resolve durante um mês, mas se chover resolvemos durante dois ou três dias. Portanto, temos de ter aqui alguma flexibilidade entre todos. Eu percebo o seu estado, senhor Armindo. O senhor é o que tem a área de rede viária maior, eu sei, mas não pense que alguma discriminação negativa relativamente à sua freguesia. E, depois, peço-lhe encarecidamente o seguinte: Proteste. Proteste com tudo, não proteste, reclame. E ainda por cima sabe da simpatia que tenho por si, faça isso tudo mas nunca compare a sua freguesia com a dos outros. Porque, senão, também me obriga a mim a fazer esse exercício. Porque, senão, também se pode dizer que na freguesia ao lado da sua ninguém tem um Centro de Dia como o senhor tem na sua freguesia. Senhor

Armando, o senhor está-se a rir mas é verdade. O senhor sabe que vai gente de Albergaria A Velha para o Polo Multigeracional de Palmaz. Porquê? Porque não há nas freguesias ao seu lado. Portanto, está a ver, para que é que o senhor me está a dizer que nas outras freguesias aquilo é um espetáculo e na sua não acontece nada? Quando não é verdade. Vamos ter de ter aqui algum cuidado nisso porque o senhor tem coisas, e bem, e nós nosso concelho que os outros não têm. O senhor sabe que há pessoas na Branca a quererem ir para o Polo Multigeracional de Palmaz – é na sua freguesia. Porquê? Porque não têm nada na Branca. E o senhor diz: - Está bem, mas têm lá em Soutelo um campo sintético. Mas não têm um lar de idosos e não têm um Centro de Dia como o senhor tem no Pinheiro da Bemposta. E não têm a Escola de Vilarinho requalificada, como o senhor tem. Está a ver: Eu podia estar aqui dizer mais coisas, mas eu não quero estar com isso. Ouça: Nós temos de ser capazes de resolver os nossos problemas; não vamos estar a comparara-nos com os outros porque senão vamos estar aqui noite inteira puxa este, puxa aquele, eu tenho isto, eu tenho aquilo. Acho que não é essa a nossa missão. Acho que devemos defender, e acho o que senhor faz isso bem, como é evidente, o senhor defende bem a sua região e a sua freguesia. E nós cá estamos para tentar colaborar consigo o mais possível. A mesma coisa na Associação de Caminhos de Fátima. Senhor Armando: Oliveira de Azeméis é município fundador; Águeda, Albergaria A Velha, (estou a dizer por ordem alfabética), Anadia, Coimbra, Condeixa, Leiria, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Ourém, Pombal, Santa Maria da Feira, Soure e Vila Nova de Gaia, são os treze municípios fundadores da Associação de Caminhos de Fátima. Estes treze municípios, vão ter acesso a perto de 4 milhões de euros de fundos comunitários, para requalificar caminhos e para desviar peregrinos das estradas nacionais e dos IC. Portanto logicamente que o Pinheiro da Bemposta, Santiago de Riba-Ul, Oliveira de Azeméis, todas as freguesias que ficam no percurso a caminho de Fátima vão ter a oportunidade de requalificar caminhos, caminhos alternativos, com sinalização de segurança, com outros motivos de atratividade. Está a ver aquela coisa dos Caminhos de Santiago que estão sinalizados para norte? A ideia é criar os Caminhos de Fátima também nestes municípios. E o município de Oliveira de Azeméis vai ter acesso a estes fundos comunitários para, logicamente, no Pinheiro da Bemposta, porque Albergaria também faz parte.... Vou-lhe já dizer, temos aqui um problema entre Cucujães e Arrifana, porque S. João da Madeira não aderiu. Arrifana-Santa Maria da Feira está, S. João da Madeira não aderiu. Eu espero e foi isso que foi decidido na primeira reunião dos treze municípios dar meio ano a quem ainda quiser aderir para aderir que é para haver alguma continuidade territorial. Não faz sentido que haja, caminhos referenciados, caminhos alternativos num município e depois em outros não exista. Portanto, a ideia é: retirar os peregrinos da Estrada Nacional N° 1 e do IC, e fazê-lo ir por caminhos antigos que era onde antigamente se ia para Fátima. Portanto, esse trabalho está a ser feito. Histórico. É um trabalho com história, mas acima de tudo para criar essas condições. Portanto o Pinheiro da Bemposta fará, seguramente, parte integrante, Travanca, Ul, Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba – Ul, Cucujães farão parte dos Caminhos de Fátima. Quanto ao senhor Augusto Silva: Associar-me, naturalmente, à qualidade

organizativa da Villa Cesari no grande Prémio de Atletismo. Eu sei que ambição é grande. Aliás, foi anunciada pela direção da Villa Cesari, este ano fizeram os campeonatos distritais de estrada, para o ano querem fazer os campeonatos nacionais. E portanto é sempre bom. E nós cá estaremos a procurar ajudar para que isso seja possível. Quanto á questão do senhor deputado José Lourenço dizer o seguinte: Senhor deputado José Lourenço, esteja completamente à vontade que todos os apoios que foram dados ao Centro de Línguas e à Academia de Musica estão em conformidade com a legislação em vigor. Não tem nenhum problema o senhor deputado municipal, esteja descansado, se não veio à Assembleia Municipal é porque não precisa de vir à Assembleia Municipal. E já agora dizer-lhe o seguinte: O deputado Pinto Moreira não falou nisso e tem sido um deputado que tem frequentemente falado sobre essa matéria. Dizer que a Câmara Municipal, neste momento, não tem rigorosamente nada a ver, nem com Centro de Línguas, nem com a Academia de Música, nos órgãos sociais, está completamente fora de uma instituição e da outra. São duas associações, uma que ensina línguas, outra que ensina música. As fontes de financiamento, já agora dizer-lhe também senhor deputado José Lourenço, não é só a Câmara Municipal, a Academia de Musica tem fontes de financiamento POPH – Fundos Estruturais e vai ter do Orçamento de Estado, segundo as indicações que temos. Mas isso vamos aguardar. O Orçamento foi apresentado e depois há aquelas erratas todas e a gente ainda não sabe muito bem como é que aquilo vai funcionar. Mas quando for aprovado na Assembleia da República, segundo aquilo que se diz, deixa de ser POPH e passa a ser Orçamento de Estado. E as mensalidades dos alunos que andam na Academia de Música e no Centro de Línguas e que todos os meses pagam as suas quotizações. E portanto para lhe dizer que, esteja tranquilo que todos os apoios à Academia de Línguas e à Academia de Música estão em conformidade com a legislação em vigor. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Só lembrar que, se eu cumprisse o Regimento, o Período de “Antes da Ordem do Dia estava esgotado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra à senhora deputada Helena Santos, do PS. =====

===== Primeiro, não percebo porque é que o senhor Presidente fica tão zangado com esta intervenção. Dizer que se calhar não percebeu bem a objetividade da minha intervenção. Porque, efetivamente, embora eu considere que a programação é escassa, são opiniões, e pobre. Fui a alguns espetáculos não coincidiu encontrar-me com o Senhor Presidente, provavelmente temos gostos diferentes. Mas também falei com atores e pessoas que lá foram e penso que é unanime que aquelas condições da Casa não são as melhores. Mas o que eu queria mesmo falar

- e foi essa a intenção da comunicação - era precisamente sobre as condições. O Senhor Presidente acha que as condições daquela Casa são dignas e à altura do Concelho? Era isto que eu gostava que me dissesse Senhor Presidente - acha ou não? Concorda ou não concorda? Em relação aos apoios que diz que vai ter, este assunto já cá veio várias vezes, então, eu agradecia que nos enviasse propostas e datas para que nós possamos saber quando é que contamos efetivamente com essa obra. Porque isto é um sentimento manifesto por muitos oliveirenses, não sou só eu, isto não é uma pertinência minha, e por pessoas que cá vêm e que vêm atuar no Cineteatro Caracas e que nós gostamos de acolher com satisfação, com orgulho e acolher numa Casa digna e em boas condições. Agradecia que nos enviasse então as datas, para saber quando é que as obras vão ser encetadas. Obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Senhor Presidente eu fiz duas questões, respondeu a uma e certamente que foi por esquecimento seu. Mas também há aqui uma questão e é uma nota para todos nós que estamos nesta sala: Não se trata de uma questão de preocupação pessoal. Ou, não achará o Senhor Presidente que nós, eu e os colegas que aqui estão, não fomos eleitos para fiscalizar e fazer perguntas? E também obter as respetivas respostas? Não achará que, pelo simples facto de o dinheiro do erário público, só porque não sai do nosso bolso, de cada um de nós, diretamente (eu abro a carteira e dou o dinheiro), não me deva preocupar, ou, nós não nos devemos preocupar? O dinheiro do erário público não sai diretamente da carteira mas, sai de outra maneira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o deputado José Lourenço para dizer: =====

===== Senhor deputado, todos nós sabemos disso, eu acho que devia ser mais concreto e pôr a questão que tem que pôr. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao senhor deputado José Lourenço, para concluir a sua intervenção. =====

===== Sim senhor. Senhor Presidente, aquilo que eu queria referir é o seguinte: Não duvido que esteja a ser cumprida a lei, nomeadamente no que concerne ao pagamento e às transferências para o Centro de Línguas e Academia de Música. Não duvido disso. Agora, aquilo que espanta e que deixa confuso e se percebeu da minha intervenção é porque é que nós trazemos a esta sala protocolos de quinhentos euros, de duzentos euros, mil e duzentos euros, de cem mil euros, de trezentos mil euros e não trazemos estes dois em particular. Isso é que nos

deixa confusos. Será que o deixa incomodado? Não sabemos. E era essa a questão que eu queria saber. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado António Cruz, do PSD. =====

===== Cumprimento todos os eleitos e as demais pessoas presentes nesta sala. Alguns temas que eu gostava de abordar: Primeiro – Hospital S. Miguel: Os oliveirenses, profissionais, os utentes, merecem um Hospital mais capacitado. Isto, todos sabemos. Aparentemente as obras estão a andar. O que gostávamos de saber era se o Executivo tem acompanhado as obras, qual o âmbito dessas obras e qual a impressão que têm disso? Outro tema - Património ao serviço da cultura e do associativismo: Neste final de ano de 2015 e início do ano de 2016, algumas coletividades estão a viver momentos muito animadores e gratificantes. Espaços antes ocupados pelo ensino, gestão de serviços autárquicos locais e que, recentemente não se tornam necessários, são excedentários para esses fins, foram colocados ao serviço do associativismo, das coletividades e da sedimentação da identidade local. Entre os merecidíssimos contemplados estão a Banda de Música de S. Tiago de Riba-Ul, as Padeirinhas de Ul e Vilarinho de S. Luís. Na calha parece estar também e bem encaminhado, um espaço para o Rotary Club de Oliveira de Azeméis, num edifício partilhado. Queremos enaltecer e agradecer esta visão, esta capacidade de acompanhar as necessidades e reivindicações do associativismo e agentes culturais. Bem-haja ao Município, e sobretudo, e particularmente bem-haja às freguesias envolvidas. E já que estamos a falar de património, património ao serviço, património disponível, queria colocar-lhe uma questão Senhor Presidente – Há novidades acerca do espaço do Ex-Centro de Saúde? Qual será o custo para que se torne um espaço útil? Bandas de Azeméis: Como é habitual, na transata época Natalícia e de Ano Novo as Bandas de Musica oliveirenses e as suas escolas realizaram os habituais concertos alusivos à época: Animação de qualidade; Cultura gratuita nas freguesias do nosso Município. Não foi só no Cineteatro Caracas, foi nas freguesias do nosso Município que também tem oliveirenses. A bancada do PSD enaltece, não só, este trabalho e dedicação sazonal, mas também o serviço de porta-estandarte do concelho e a marca “Azeméis” que as bandas transportam nas suas atuações e digressões. Estamos conscientes e reconhecidos por este serviço de divulgação do Concelho e mesmo do País. Estamos consciente e reconhecemos que, as Bandas oliveirenses, na sua grande maioria, fazem um importante trabalho de formação, são o alfobre dos seus futuros músicos e são não raras vezes de grandes profissionais nesta área. A todas as Bandas um bem-haja pelo serviço que têm prestado à coletividade. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, meus companheiros da Assembleia Municipal, comunicação social, público aqui presente. Nas empresas privadas o tema da responsabilidade social e nos setores públicos o tema da transparência da gestão, são movimentos ideológicos e pragmáticos que caracterizam as sociedades modernas e desenvolvidas e vieram para ficar. Senhor Presidente, bem fez o XIX Governo Constitucional, aquele em que os nossos dois partidos se coligaram para uma solução de futuro para o País, que lançou este tema na agenda política e criou o denominado portal da transparência municipal, que visa a melhoria da transparência na gestão da administração pública local aos cidadãos. Este portal está disponível online, a sua manutenção e gestão são assegurados pela DGAL em colaboração com a Agência para a Modernização Administrativa. Portanto tem toda a credibilidade e deve ser levado muito a sério. O princípio é que os dados referentes a receitas e despesas municipais, competitividade económica, serviços públicos, sustentabilidade financeira, devem estar disponíveis de forma franca aos cidadãos. Num segundo plano, em linha com o Governo, também as associações não-governamentais têm escolhido este tema da transparência como sua linha de ação. Tendo como ideia central esta crescente preocupação pela saúde do poder local democrático, a Transparência, Integridade e Associação Cívica (TIAC) decidiu desenvolver uma linha de investigação sobre esta matéria. O ITM – Índice de Transparência Municipal mede o grau de transparência das Câmaras Municipais, através de informação disponibilizada aos cidadãos, através dos seus websites, com base num conjunto basto de indicadores observáveis e quantificáveis. Dos trezentos e oito Municípios, no ranking ITM 2015, Oliveira de Azeméis não vem no top ten (dez primeiros lugares). Por aqui, não vem grande mal. Mas também não figura nos primeiros cem da transparência. Então, a situação já é grave. O primeiro do ranking é Alfandega da Fé, com um score de 94.23 pontos, em 100, e o centésimo da lista é Vinhais com um score sofrível de 50.24. Vinhais passa à tangente. E Oliveira de Azeméis tem portanto menos de cinquenta pontos em cem, para quem é professor ou estudo, portanto reprova no exame da transparência. Oliveira de Azeméis vem na centésima quadragésima oitava posição (148), atente-se com o score de 41.21 pontos em 100, uma negativa pesada, do qual nos devemos envergonhar. Mas, Senhor Presidente, eu vou seguir já o seu conselho de há pouco e vou elevar a autoestima. Isto é uma má notícia? Não, pelo contrário, é uma boa notícia, temos ainda cerca de 60 pontos para melhorar. Senhor Presidente comece já com ânimo e esse espírito de autoestima, tem uma boa notícia – Oliveira de Azeméis tem 60 pontos para recuperar, para construir em termos de futuro o plano de transparência municipal. Vamos embora. O nosso Concelho é pró-ativo, – continuo a elevar a estima, lidera em muitos campos de grandes potencialidades, quer naturais, quer humanas, rápido para umas coisas e muito pouco diligente noutras coisas. Como apresenta uma Administração Autárquica que na sua relação com os cidadãos se caracteriza por um real défice de transparência, num palavra só – opaco. Se se pensa que é aqui mais uma minudencia de um deputado da oposição? Vamos a alguns factos concretos: Vamos ao portal Azeméis é Vida – No portal da Câmara, profuso, com quilobits de*

informação, importante, menos importante, mais importante e, até irrelevante, deparamo-nos com páginas em branco relativamente às atas dos órgãos municipais. As atas da câmara, do Município: a página está lá, em branco; Página com as atas da assembleia municipal: está lá, em branco – opaco. Ao aceder a uma página em branco, o executivo põe-se a jeito de vários tipos de especulações: Uns poderão dizer: Se calhar, são problemas técnicos com o portal. Outros poderão dizer: O portal, provavelmente, não tem capacidade para alojar tanta informação. Outros dirão: Falta de pessoal nos serviços para o manter atualizado. E aí, eu poder-me-ia preocupar: quiçá, o executivo tem algo que não convenha ser divulgado por ser confrontado. O ITM é apenas um indicador geral mas, normalmente, os números falam por si. Muito obrigado.=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Rui Luzes Cabral – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Muito boa noite. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, membros desta Assembleia, presidentes de Junta, público, comunicação social. Queria aqui dar quatro ou cinco notas: A primeira, já aqui foi bastante abordada pelos meus colegas presidentes de Junta, e pelo senhor Presidente da Câmara também, tem a ver com as intempéries. Em Loureiro, na ponte da Minhoteira, na extrema com o Pinheiro da Bemposta, já aqui foi referida, e estive lá também e foi preocupante, devido à questão que também já foi aqui falada sobre a ponte e a madeira que faz de barragem e que, poderá ser complicado, se não houver uma intervenção como houve na altura. Mas eu sobre a Ponte da Minhoteira além destes períodos que de vez em quando acontecem, e que temos que atuar de emergência, queria aqui alertar para o facto que era interessante até porque, a Ponte da Minhoteira é de 1881 – julgo eu, é uma ponte que já teve algumas obras de conservação mas, más obras de conservação, para minimizar e para dar maior segurança. E falo nomeadamente de algumas intervenções tanto da parte de Loureiro como de S. Martinho que se fez já no passado de colocação de cimento não dignificando, no fundo, a traça antiga da Ponte. Acho que seria de pensar com tempo, para que aquela ponte pudesse ser intervencionada de uma forma correta dando-lhe resistência para prevenir, ou ajudar a prevenir, estas situações que acontecessem de vez em quando. Mas ao mesmo tempo pela parte estética também, julgo que era interessante uma dignificação do imóvel em si e, portanto, deixava aqui o repto talvez aos técnicos da câmara, que, com tempo, pudessem passar por lá e ver, - eu próprio posso também colaborar com eles de forma que pudéssemos reforçar a ponte e torná-la mais bonita esteticamente. E já agora que falamos daquela parte do concelho, tanto da parte do Pinheiro da Bemposta como da parte de Loureiro, há um conjunto de moinhos que são propriedade da Câmara. Obviamente que foram adquiridos quando o Parque Temático Molinológico foi criado, as obras são conhecidas de todos. Nós próprios, tanto na APTM como em outras reuniões, temos falado que seria muito interessante que se criasse um percurso entre o Parque Temático de Ul, a zona da Minhoteira, e no futuro pensar também na*

capela de Nossa Senhora da Ribeira, ou seja: fazer todo aquele circuito na margem do Antuã com trilhos em que se pudesse passar de um lado para o outro. E, obviamente, médio longo prazo pensar também nos moinhos e na sua recuperação, e se pudessem enquadrar, ou não, nas futuras candidaturas, tornando o espaço visitável e para ser usufruído por todos criando outros polos que não aqueles que esta em Ul e muito bem a dignificar o nosso concelho mas que pudéssemos estender. A própria associação que gere o Parque neste momento e nas reuniões que temos tido temos falado sobre essa questão. Portanto, era uma questão que também deveria ser tida em conta pelo Município, ver se há alguma hipótese, alguns fundos comunitários tanto para esses trilhos como para a recuperação de um ou outro moinho que já são propriedade da Câmara. Também queria aqui dar uma nota muito positiva e de parabéns pelo 36º aniversário da Associação e Recreativa e Cultural de Loureiro – mais conhecida por Quinta do Barão, que este mês está de parabéns. No passado sábado houve um almoço de aniversário onde o senhor vereador Isidro Figueiredo também esteve, o vereador Joaquim Jorge também, e outras individualidades. Portanto, dar nota dessa instituição que tem colaborado também com algumas atividades do concelho. Recentemente houve um muro de vedação que caiu por causa das intempéries. A Junta de Freguesia colaborou com a obra de recuperação e reconstrução do novo muro. De seguida, vamos fazer um passeio junto à entrada. A Câmara, julgo que também colaborou nesse muro e a própria Associação Recreativa e Cultural de Loureiro. Nesse almoço, nas intervenções que foram proferidas obviamente que veio à baila novamente a questão do sintético. Mas é uma questão como sabemos: Primeiro a Associação Recreativa e Cultural de Loureiro tem que resolver a questão dos terrenos da cedência para alargamento do campo e só assim será possível coloca-lo com as normas devidas para poder ser colocada a relva sintética. E também referi que a Junta de Freguesia, da nossa parte estava disponível para fazer o alargamento da parte de cima, portanto da entrada da Quinta do Barão e construir lá o passeio. A Câmara Municipal também se puder ajudar fariamos a parceria igual a que se fez agora para o muro que está da parte de baixo. Portanto seria interessante dar uma maior dignidade aquela entrada, até porque a Junta de Freguesia pretende a colocação de uma nova conduta de águas pluviais porque, é sempre uma zona muito complicada, junta sempre lá muita água quando chove bastante. Depois, queria aqui também dar nota e já que se falou das estradas bastante degradadas. A estrada, a antiga Nacional 224, entre Oliveira de Azeméis que segue para Estarreja e que passa por Ul e Loureiro, também está muito degradada. Não sei qual é que será a possibilidade de, se fazer lá, pelo menos em alguns troços, obras profundas de conservação? Porque é uma estrada que também é muito movimentada. Quando a Variante abriu houve um período que o trânsito acabou por serenar um pouco mais mas, cada vez mais, é uma estrada que está com muito movimento e é uma estrada que não tem grandes condições. Depois, também há outro problema que tem surgido recentemente: Foi pavimentada a cerca de um ano ou dois a Rua da Moura, que dá acesso à Área de Acolhimento Empresarial Ul/ Loureiro. Mas temos uma rua ali ao lado, que é a Rua Almas da Moura, que dá acesso à Moldit e à Novarroz, que também (ainda ontem estive lá com o Hugo Pereira - da União de Freguesias) de facto há ali uma

situação muito complicada, o engenheiro Abílio também esteve connosco), e era interessante ali na entrada há uma zona de águas que não se consegue resolver o problema e a Câmara Municipal decerto poder-nos-ia ajudar nessa questão. Os próprios industriais daquela zona têm falado tanto com a parte de Loureiro como com a parte de Ul, porque é uma questão que tem preocupado. Por último há também aqui um pedido, já antigo, à Câmara Municipal, da Junta de Freguesia de Loureiro, em que a Junta de Freguesia se comprometeu a colaborar com alguns materiais e até com alcatrão, para obras de pequenos alargamentos que foram feitos (muros) e que há anos que esperam por essa colaboração. Eu próprio tenho feito esse pedido, o Senhor Presidente sabe do que é que estou a falar; e, basicamente, era a equipa operacional ser disponibilizada para podermos fazer juntamente com a Junta de Freguesia essas ligações da estrada, portanto, da parte que foi alargada. Há ali zonas muito complicadas e nós vamos repondo com tout-venant e com outros materiais. Mas precisávamos mesmo Senhor Presidente dessa colaboração porque há ali dois ou três que vem do antigo presidente António Rodrigues. Nestes últimos seis anos foram feitos bastantes alargamentos. Daqui a uns tempos iremos também falar dos alargamentos que foram feitos no Penedo e temos de fazer uma visita aquele espaço porque ficou uma zona totalmente modificada mas que agora temos de estudar também a questão da pavimentação e é uma obra muito extensa e com custos elevados. Eram essas as questões que queria que anotasse, e que da parte da Junta de Freguesia de Loureiro pudéssemos andar para a frente com essas questões que estão pendentes, para melhorar, no fundo, a questão da rede viária como as outras questões que aqui referi. Era isso, Senhor Presidente. Obrigado.=

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado Filipe Carvalho, do PSD, o qual prescindiu. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas, público aqui presente e imprensa. Queria trazer aqui, a este púlpito, um assunto que nos preocupa a todos: Sendo Fajões uma terra com uma população de cerca de 3500 habitantes, não tem acompanhado o desenvolvimento que todos pretenderiam a cerca de 15 anos atrás. Se nessa época, por iniciativa da nossa Câmara Municipal, foi possível numa parceria que, ainda me relembro de construção de cerca de 5% da rede de saneamento e abastecimento de água, que ainda é a existente nos dias de hoje. Tirando as urbanizações que, por imposição legal, tiveram de construir as suas redes de abastecimento de água, pois resultando de uma parceria recente com a Indaqua tudo parceria correr sobre rodas com incremento da construção da rede saneamento e abastecimento de água a todo o concelho e como é evidente á minha Freguesia. Volvidos cerca de dois anos não se vê no horizonte o arrancar e mexer no terreno para que estas obras se

iniciem. Senhor Presidente da Câmara - pergunto: Será que, o que vi há dias, esta semana, a marcação e verificação e levantamento topográfico das ruas e ou locais por onde passará estas redes, está para breve? A ser assim, não poderei de registar, aqui e agora, a minha congratulação pelo contrato celebrado. Pois, parece que, finalmente tem pernas para andar. Nesse sentido, solicito que me informe se efetivamente a Câmara está a par dessas movimentações. O que, a ser verdade, colocará a curto prazo o nosso município e a minha freguesia na rota das urbanidades com qualidade de vida. Em caso afirmativo, o meu reconhecimento pelo trabalho da Câmara Municipal na pessoa de Hermínio Loureiro. Já foi aqui dito pelos meus antecessores, nomeadamente pelo presidente da junta e pelo senhor presidente de Câmara, o assunto sobre as intempéries que efetivamente assolaram o nosso município e a minha freguesia. Felizmente, eu posso regozijar-me, a nível de viação rural, de que não foi tão grave como eu esperava o estado em que as estradas se encontram. Porquê? - Fiz o trabalho de casa antes das chuvas. O certo é que, com ajuda do Dr., Ricardo Tavares, na altura pedi massa asfáltica e tentamos fazer mesmo limitados com um homem e a brigada da câmara, fizemos a conservação e minimizou efeitos. A limpeza das sarjetas em diversos, senão em todos, pontos da freguesia salvaguardou outro tipo de problemas. Os rios: É evidente que as margens galgaram porque a chuva foi demais. E eu recordava-me aqui, porque ainda é do meu tempo de infância e com certeza da maioria, a não ser da juventude que já grassa neste Assembleia, mas todos se lembram do Guarda-rios. Eu pergunto: - A Câmara não poderá junto do Ministério do Ambiente voltar à carga e implementar novamente a figura do Guarda-rios em que obrigavam, os distantes das margens, a fazer a limpeza e a salvaguardavam outro tipo de problemas? Fica aqui este alerta. Á cerca de 6 anos, 2010, eu levantei aqui – nem sei bem em que qualidade – um problema que se adivinhava ser grave para a minha freguesia. Eu queria, nesta mesma sala, transmitir aqui a todos os presentes e aqueles que já estão ausentes e já não fazem parte deste plenário de que, efetivamente, aquele processo conturbado de destituição da ex-presidente da assembleia que afinal é a que era presidente da assembleia teve um veredito final do Tribunal Administrativo e Central do Norte, ou seja: não se repara efetivamente lugar reparou-se moralmente o lugar; Com um problema: tenho mais uma despesa para pagar. É evidente que quem criou os problemas provavelmente vai ter reparar esse dinheiro à Junta. Se nós tínhamos dificuldades, Senhor Presidente, temos agora o ónus para pagar de quem irresponsavelmente lidou com o problema. Não foi só um, foram duas personagens. Tenho dito.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, deputados, funcionários da câmara, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Primeiro, começo por referir, Senhor Presidente, e desde já deixar aqui a s minhas palavras de desejo de um ano de 2016, enfim, razoáveis em benesses e aquelas

que forem possíveis dentro da nossa qualidade enquanto pessoa, enquanto seres sociais, mas também, enquanto na nossa atividade profissional. E, Senhor Presidente, por falar na atividade profissional, o Senhor desculpe-me já essa intervenção e esse reparo aqui, eu não vou-me alongar nisso, é para congratular-me com aquilo que hoje aconteceu em Cesar, nomeadamente com a inauguração de uma unidade industrial que, como disse e bem o Senhor Presidente, traz para o concelho mais dinamismo empresarial, traz para o concelho mais investimento, traz para o concelho apoio e crescimento local e desenvolvimento local e, depois, tudo aquilo que gira envolta das indústrias, os serviços que ocasionalmente também vão ganhar com essa unidade industrial. Senhor Presidente, portanto, Oliveira de Azeméis - e como disse e muito bem - cria novas situações e desenvolvimento industrial. E também devo aqui referir, porque estive presente nesse momento, as palavras de reconhecimento do Senhor Secretário de Estado em relação ao Senhor Presidente Câmara: “ ... que embora não conhecesse esta realidade, já ouvia longe daqui quanto era o empenhamento do Senhor Presidente da Câmara na relação com os empresários na capacitação para o investimento empresarial no nosso concelho.” Portanto é um membro do Governo que refere isso da sua pessoa, portanto devemos também aqui reconhecer esse trabalho que o Senhor Presidente nesta área também tem feito. E só pode haver uma boa prestação ao nível dos cuidados sociais se também tivermos empresarial e comercial forte. E por isso, da parte comercial e dessa responsabilidade que o Senhor Presidente também falava nasce, depois, aqui, em Oliveira de Azeméis reconhecido por todos também uma Ação social forte. Eu, até porque o tempo vai longo, não me quero exceder sobre esta matéria mas dizer que atrás de uma dinâmica empresarial está também uma dinâmica forte social. E disso este Município tem sido obreiro nesta matéria. Há atrás desta intervenção municipal, não menos importante, uma grande intervenção social suportada e sedimentada pela responsabilidade também social das empresas mas também acima de tudo pela responsabilidade social que a Câmara tem para estas matérias. E, portanto, Senhor Presidente vou-me limitar a esta achega a este reparo tendo em conta o horário desta Assembleia. Mas dizer, que, o trabalho social da Câmara Municipal em relação às populações, mais do que o social é solidário e quando muito também é caritativo: - tem esta prestação de cuidados. E, até alerta, digo isto com alguma preocupação até porque, os tempos quem vem aí serão tempos de mudança na relação com os nossos idosos ou, pelo menos, com os doentes, é lamentável quando os idosos chegam ao seu final de vida e têm de deslocar-se, - estou a citar um caso Suíço e trago-o aqui só por uma questão de reparo: “em que há idosos que deixam de viver na Suíça para viver na fronteira entre França e Suíça, porque já não confiam no seu sistema nacional de saúde”. Isto são notas até a propósito do debate que estamos a travar na sociedade portuguesa, nomeadamente da morte assistida. Como quem diz que a morte não deve ser sempre assistida. Claro que a morte deve ser sempre assistida. Mas não é tema que me traz aqui. E portanto, também reparar nesta situação aqui e o trabalho importante que a ação social desenvolve nesta matéria, quer através das instituições, quer através dos voluntários, quer através dos cuidadores e enfermeiros. Portanto, Senhor Presidente, devemos fazer essa referência uma vez que estamos quase na

avaliação de um ano de atividade ao nível do executivo e que estamos a iniciar outro. Gostaria também de salientar aqui, até sobre a intervenção do deputado Jorge Melo, sobre a IC2, tendo em conta que é uma proposta que foi avançada pela bancada do PSD, portanto dar nota também do trabalho que se tem vindo a fazer. Esta Comissão já reuniu pelo menos três vezes e uma onde o senhor Jorge Melo esteve presente: Reuniu duas vezes com o membro da assembleia e também presidente de junta Rui Cabral: E uma vez com o senhor Jorge Melo, onde de facto houve uma série de iniciativas, uma série de propostas e que essas propostas, como o senhor presidente também teve oportunidade de esclarecer, chegaram à Câmara Municipal. E o senhor Jorge Melo é conhecedor deste email que está aqui da resposta da Infraestruturas de Portugal, em 5 de outubro de 2013, a dizer qual era o trabalho que tinha feito essa entidade estatal. E portanto, eles falavam aqui aquilo que o Senhor Presidente anunciou: remarcação do piso; ajustamento da sinalização vertical; substituição de balizas cilíndricas; realização de estado e ensaios e características superficiais... E dizer-lhe também que nós ficamos preocupados com este assunto. E depois das sugestões que nós próprios, enquanto Comissão para esta questão, enviamos à Câmara Municipal ficou marcada - não sei se se recorda – uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Que, depois, por indisponibilidade de alguns membros ela não foi realizada. Não pela indisponibilidade do Senhor Presidente, mas precisamente pela indisponibilidade da Comissão. E portanto é bom que se diga, não estou a dizer que o senhor não disse, mas é bom que esta versão seja cuidada porque tem havido um trabalho cuidado. A resposta que o Senhor Presidente deu a esta matéria: é aquilo que se está a passar neste momento. Há um trabalho: ainda não está executado mas a Comissão tem feito aquilo que é da sua responsabilidade. Apenas alertar também politicamente para estes casos e manter a nossa preocupação, como é lógico, sobre esta matéria porque não esgota aqui e, portanto, iremos continuar a trabalhar neste processo. Tenho dito.=====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir aos trabalhos o Senhor António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário. =====

===== O Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu o uso da palavra à senhora deputada Ana Pinho, do PS.=====

===== Boa noite a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente em exercício. Aquilo que vós trago aqui hoje já foi falado por todos e não tem a ver com o facto de ter havido as intempéries: a rede viária já era má, é um facto. Já quase todos os presidentes de junta deram o exemplo daquilo que se tem passado ao longo deste tempo, ao longo destes anos nas nossas redes viárias. Mas para o Senhor Presidente da Câmara não estar sempre a dizer que nós não trazemos aqui alternativas ou nunca equacionamos possíveis soluções, aqui deixo esta intenção: A degradação da rede viária no nosso concelho foi sempre

um problema grave, talvez, também, e isso é facto, o número elevado de processos judiciais contra esta Autarquia com pedidos de indemnização pelos vários acidentes de viação ou danos nos veículos. Se em vez das intervenções reativas e avulsas também tivéssemos falado em plano de intervenção acordados com as juntas de freguesia que permitisse de uma forma planeada, preventiva e uma intervenção sistematizada não teríamos uma rede viária tão degradada e mal sinalizada. Muitas pessoas dos concelhos vizinhos trabalham também nas empresas do nosso concelho assim como muitas pessoas que também nos visitam. Com uma autarquia e um concelho sempre preocupado com a arte de bem receber não será que o estado da rede viária também faz parte dessa arte de bem receber? A colaboração entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia para a conservação da rede viária, quase que se pode resumir às transferências de umas toneladas de alcatrão (e todos os termos técnicos que usaram os presidentes de junta) e que se manifestam insuficientes para a conservação da rede viária como se comprova pelo mau estado da mesma não obstante a boa vontade das Juntas de Freguesia. A minha intervenção, como já disse, prende-se precisamente com a necessidade de clarificação sobre de quem é verdadeiramente a competência da conservação desta nossa rede viária. Já que, não rara vezes, os municípios acusam os executivos das Juntas de Freguesia por essa falta de conservação. Por isso e pelo que julgo saber, nos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados com as Juntas de Freguesia, essas competências não lhes foram cometidas. Peço-lhe, Senhor Presidente, que esclareça de forma clara e objetiva a esta Assembleia: afinal de quem é a responsabilidade da manutenção da rede viária do nosso Concelho – Câmara Municipal ou Juntas de Freguesia? Não será esta também uma possibilidade para podermos colmatar e tentar erradicar a degradação destas vias?=====

===== O Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu o uso da palavra ao senhor deputado António Rosa, do PSD.=====

===== Muto boa tarde, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas, senhoras e senhores. Muito rapidamente: Começo, antes de mais, por partilhar convosco que comungo do sentimento manifestado pela dr. Helena Santos, quanto à necessidade da melhoria das condições do Cineteatro Caracas, genuinamente comungo desta necessidade. Aliás, creio que não haverá alguém nesta sala que não o faça, que não partilhe este sentimento. Eu acrescentaria até que tenho outros desejos, enquanto oliveirense, para além desse, embora lhe reconheça de facto um carater prioritário: Requalificação da Casa Sequeira Monterroso, por exemplo; Requalificação da Antiga Biblioteca Municipal, por exemplo; espaços propriedade da Câmara Municipal, naturalmente; Requalificação do Salão Nobre, por exemplo; E poderia dizer outras aspirações que tenho enquanto oliveirense. E, seguramente, estou certo que todos me acompanharão neste sentimento. Onde eu não consigo estar em sintonia é na oportunidade de colocar este tema, hoje, na agenda política. E digo isto porque recordo-me e

creio que todos estivemos presentes, ou pelo menos a maioria de nós esteve presente, na Assembleia Municipal, de há uns dias, já foi no ano passado é verdade mas de há uns dias, em que a Câmara Municipal nos colocou à aprovação um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para a nossa cidade e onde referia precisamente este conjunto de equipamentos e muitos outros também como sendo estratégicos para o desenvolvimento urbano da nossa cidade. Portanto, quanto à sintonia do sentimento, eu creio que estamos todos de acordo. E portanto trazer hoje este tema, honestamente, sendo de toda a validade sem dúvida nenhuma e sendo efetivamente uma aspiração, - creio eu, para todos os oliveirenses como foi aliás e disse-o e muito bem em 2003, a aquisição deste espaço. Ou seja: a salvaguarda deste espaço que foi feito pela Câmara Municipal. Recordam-se, seguramente, todos, o risco que havia na altura que este espaço fosse para a mãos que não eram propriamente dignificantes para a nossa cidade. E a Câmara Municipal, a seu tempo, de facto, assumiu a responsabilidade e executou o investimento de salvaguarda do Cineteatro Caracas como património coletivo de Oliveira de Azeméis. Agora, o que eu creio que é importante de facto aqui chamar à atenção e aquilo que eu procuro trazer também para esta discussão, é que: Ser Autarca e ser responsável por um Município, não é apenas desejar; É preciso de facto encontrar o enquadramento, fazer o trabalho de integração nas prioridades municipais e obviamente encontrar soluções para a sua concretização. Eu creio que esse caminho está a ser feito. Portanto também hoje pedir ao Senhor Presidente, – e eu não me atrevo a fazê-lo, que me diga uma data para fazer o Cineteatro Caracas: Honestamente, não o faço. Agora sei, seguramente, que foi dado um passo extremamente importante, aliás, indispensável, para que a Câmara Municipal possa estar posicionada para, quando tiver condições de candidatura a quadros comunitários (Portugal 2020), que tenha de facto condições para requalificar este espaço e que ele fique com a dignidade que todos nós (oliveirenses) desejamos. Outro tema que eu gostava de cá trazer, hoje, no período de Antes da Ordem do Dia e de forma muito rápida: Recordar que há poucos dias o Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis completou três anos de vigência. A sua preparação resultou de uma preparação profunda, e longa, e assentou em bases e ferramentas que pela primeira vez estiveram disponíveis para o desenvolvimento de um trabalho tecnicamente melhor instruído e politicamente mais fundamentado. Volvidos três anos queria perguntar à Câmara Municipal, qual a avaliação, se tem uma avaliação, deste curto período de tempo, do Plano Diretor Municipal? Quais os resultados alcançados? E, obviamente, qual o sentimento hoje, se há ajustamentos necessários, se aquilo que foi prospetivado foi feito da forma adequada à realidade de Oliveira de Azeméis? Obrigado. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

=====
Senhor Presidente, eu venho aqui só responder às afirmações feitas aqui pelo professor Costa Gomes. Eu não tenho este hábito de fazer casos políticos mas, quem não se sente não é filho de boa gente. Três reuniões, senhor professor Costa Gomes? Como é que elas foram convocadas? Era para eu estar presente? Eu não recebi nenhuma convocatória. A que eu estive presente, senhor professor Costa Gomes, como sabe, fui eu que solicitei essa reunião. E solicitei essa reunião após um ano de aguardarmos o relatório técnico, que o Senhor Presidente tinha falado. Um ano a aguardarmos o relatório técnico e essa reunião que eu solicitei foi precisamente para nos debruçarmos sobre este documento. Portanto, a verdade tem que vir ao de cima. Portanto, das três reuniões eu estive presente em uma por minha solicitação e convocatória. E das outras reuniões, e mesmo desta, existem atas? Desconheço. Curiosamente, na única em que eu estive presente é que há documentação escrita que foi o texto que elaborei do resumo das opiniões dos três elementos. A minha intenção é fazermos um trabalho sério porque estamos a falar de coisas sérias. É só isso que eu gostaria. Eu gosto de falar com seriedade quando falamos na segurança dos cidadãos de Oliveira de Azeméis porque é esta a minha missão desde pequenino. Aprendi a crescer no meio gente que zela pela segurança. Eu poderia dizer aqui mais alguma coisa, mas tenho aqui outro tópico: Reunião com o senhor Presidente da Câmara. É verdade, eu não pude estar presente. Dei três datas alternativas. Alguma serviu? Nenhuma. Também trabalho. Assim como, também, não obtive resposta a um email que lhe enviei a perguntar o ponto de situação. Tenho dito.
=====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.
=====

=====
Não vamos fazer disto nenhuma batalha política, como é logico, mas também dar aqui algumas notas. Eu não fui, dentro da Comissão, nomeado secretário. Eramos uma Comissão a três. Portanto, não fui nomeado eu secretário, não foi nomeado eu presidente da comissão. Portanto, era um trabalho de grupo e entre os três teríamos que ter eventualmente a mesma intenção. Houve três encontros. Quando eu falo em três, houve dois encontros com o senhor presidente de junta que reunimos aqui em Oliveira de Azeméis para tratar isso. O senhor presidente de junta fez chegar, eu também passei essa informação, ao deputado Jorge Melo sobre o trabalho que ele desenvolveu nessa área e recolheu essa informação dos acidentes ocorridos durante um período largo desde 2011/2012/2013. E portanto, esse trabalho foi feito. Agora, é aquilo que eu estou a dizer: Não houve depois de a Comissão estar constituída ninguém eleito para secretário ou presidente da Comissão. É um trabalho de conjunto, ele foi feito. As propostas que o senhor deputado diz que propôs naquela reunião, chegaram ao senhor Presidente. O senhor Presidente disponibilizou-se para essa reunião. Estávamos em inícios de dezembro, finais de novembro início de dezembro, e houve duas datas que foram incompatíveis, pelo menos comigo foram incompatíveis, e não houve oportunidade de reunião. Agora o que é verdade, houve disponibilidade da Câmara para se reunir; houve incompatibilidade de datas

para com os membros - é verdade, e houve esse mail que tem aí de outubro de 2015 - a intenção das Infraestruturas de Portugal em resolver o problema. Portanto, é trabalho feito. E não vamos fazer disso agora os membros da comissão entrarem em discussão por causa disso. Quando chegou aqui e disse que de facto não queria assumir nenhuma responsabilidade politica; também não queremos. Agora, queremos trabalhar e devemos continuar a trabalhar nesse sentido para promover, isso sim, a segurança de todos os oliveirenses que eu também estou interessado e seguramente todos nós e a Câmara Municipal também. Portanto não vamos fazer disso um caso politico. Não foi intenção nenhuma, mas foi também para falarmos aqui sobre o trabalho que eventualmente tem feito ainda de forma, enfim, não tão ordenada quanto deveria ser mas também aquilo que foi possível fazer até este momento. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Pegando neste assunto do IC2, eu queria dizer à Assembleia Municipal, a todos os senhores deputados, ao Senhor Presidente da Assembleia, - eu disponibilizo-me para secretariar o grupo de trabalho. E, na próxima reunião, na segunda-feira, vou pedir à Senhora Diretora de Estradas uma reunião que me farei acompanhar dos três membros da Assembleia Municipal para que possam de viva voz perceber que, ninguém aqui está a facilitar rigorosamente nada, a preocupação é comum é de todos. As Estradas de Portugal têm dado as explicações e algumas questões a que se comprometeram já cumpriram e outras, a inspeção ao pavimento ficaram de apresentar o relatório até fevereiro, vamos aguardar, o mês de fevereiro ainda está decorrer. Logicamente que isto nem sempre corre à velocidade que nós queremos. Mas eu, na segunda-feira, não o faço hoje por razões óbvias e de horários, mas na segunda-feira enviarei um mail à Diretora de Estradas do Porto a dizer que se realizou a Assembleia Municipal e que os senhores deputados insistem uma resposta das Estradas de Portugal. É um reforça da Câmara Municipal nets a matéria – acho muito bem, suprapartidária, melhor ainda, porque não há aqui nada que nos divida, porque às vezes parece que estamos aqui a procurar estarmos dividido por isto ou por aquilo. A questão do IC 2 é uma coisa que nos preocupa a todos, não há ninguém que se preocupe mais do que outros, é a segurança e a vida das pessoas que está em causa. E, portanto, eu comprometo-me com a Assembleia Municipal a fazer esse pedido à Diretora de Estradas. Logo que ela diga a data, vamos tentar conciliar as agendas. Já agora também dizer, para que fique registado, que eu tinha agendado essa reunião na minha agenda. Depois, ela foi cancelada por dificuldade de agendamento de três elementos da Assembleia Municipal. Mas isso comigo não há problema nenhum. As pessoas trabalham. Quem tem que ter a agenda mais disponível sou, e portanto os senhores entenda-se, marquem a data e eu cá estou para trabalhar. Agora, vamos aguardar que a engenheira Ângela Sá marque a data para lá irmos. E se houver necessidade de reunir antes reuniremos logicamente, acho que faz todo o sentido. Senhora

deputada Helena Santos, naquela sua réplica: Eu não estava nada zangado, era o que mais faltava e ainda por cima consigo que eu tenho estima e consideração por si. As vezes nós dizemos aquela coisa: “O Caracas não tem atividade”. Ouça: - Tem. Não é do seu agrado, ou não gosta de tudo que se lá faz? Também era melhor que gostasse de tudo. Todos nós temos gostos diferentes. Não sei se gosta do Nilton se não gosta do Nilton, se gosta do Eduardo Madeira ou do Manuel Marques. Cada um gosta daquilo que gosta. Não sei se foi ver o Nilton? Mas estava a casa cheia. E quem entrasse com a coisa (espetáculo) funcionamento levava uma “cacetada”. E, então, há um cidadão que entrou. Sabe de onde é que ele era? Era de Guimarães. Tinha comprado bilhete e veio de Guimarães a Oliveira de Azeméis. Porque é que ele terá vindo aqui? Não sei, não lhe perguntei. O que é certo é que ele veio de Guimarães, não sei porquê; Não sei se a namorada era de cá. Isto só para lhe explicar que a nossa programação cultural, não se circunscreve aqui ao nosso círculo, é muito abrangente. Eu não sei se gosta do David Fonseca? Eu repito: Ele esgotou o CCB e esgotou a Casa da Musica no Porto. E ele fez questão, no último concerto que teve em Oliveira de Azeméis, de dizer: “no meu próximo álbum eu quero vir aqui”. Você diz que aquilo não tem condições nenhuma. Queremos ter melhor? Com certeza, estamos de acordo. Estamos completamente de acordo. E já agora dizer-lhe o seguinte: O Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, que a doutora pode dizer assim: O que é que isso (PDCT) tem a ver comigo? O PDCT (Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial) foi assinado no dia 11 de fevereiro de 2016. O PDCT (Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial) vai dar azo a que as câmaras municipais possam apresentar os PEDUS (Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano Sustentável) na Comissão de Coordenação. O nosso de Oliveira de Azeméis já foi avaliado. Teve avaliação positiva, está em fase de audiência prévia e está lá as nossas prioridades. Estão lá. Uma das prioridades é o Cineteatro Caracas. Agora, sem dinheiro a gente não pode fazer a obra. Temos de ter a garantia de financiamento e logo que haja a garantia de financiamento: Mãos à obra e vamos ter ali uma sala que seguramente nos vai orgulhar a todos nós. É esse o nosso objetivo. Não sei a senhora doutra sabe, mas é assim: Fala-se muito do Portugal 2020. Às câmaras municipais ainda não chegou um tostão do Portugal 2020. Fala-se em milhões para trás, milhões para a frente; Até eu me baralho com os milhões. Mas o que é certo é que: eurozinhos? – zero (0); Às camaras municipais? – zero (0). E já chegou a hora de ver se eles chegam. E com toda a frontalidade, para que não restem dívidas, a culpa não é do atual governo, a culpa é do anterior governo. A culpa é do anterior governo, não é do atual. O atual está a tentar rapidamente agilizar os procedimentos. Porque a culpa é do governo que passou. Ganhou as eleições mas, nesta matéria, não fez nada de jeito ou não fez aquilo que devia ter feito, na minha modesta opinião e eu não deixo aqui de a manifestar). O senhor deputado José Lourenço na réplica não voltou a falar, mas já agora eu digo (informar a Assembleia Municipal porque foi uma deliberação da Assembleia Municipal): Aos novos órgãos do Centro de Línguas foi transmitida a decisão da Assembleia Municipal da auditoria. A nova direção do Centro de Línguas da qual a Câmara Municipal está fora – repito: - da qual a Câmara Municipal está fora. A nova direção do Centro

de Línguas questionou, logicamente, a dizer: “ Senhora Câmara, se a Assembleia Municipal e Câmara querem uma auditoria: se isso custar dinheiro, os senhores têm que a pagar. E eu disse: Pois, claro, como é evidente. Portanto eu espero, senhor deputado José Lourenço, que se eu tiver que vir à Assembleia Municipal trazer um protocolo ou contrato-programa para uma auditoria, que o senhor vote a favor. Depois não arranje aí nenhum mecanismo qualquer para dizer que não vota a favor por isto ou por aquilo. E pedi também ao Partido Socialista, e o senhor vereador Hélder Simões disponibilizou-se a fazer um conjunto de pontos que gostava de ver abordados na auditoria para quando for feito o concurso ter uma série de pontos que possam satisfazer a vontade da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal. Como sabe sobre essa matéria, estávamos todos de acordo, foi por unanimidade que foi aprovado, Portanto, eu espero o mais rapidamente possível isso possa ser feito para depois ser dado conhecimento aos senhores deputados municipais à câmara municipal e, depois, seguir os mecanismos que essa auditoria externa recomendar. O senhor deputado António Cruz falou na questão das obras do Hospital S. Miguel. Deixe-me dizer-lhe o seguinte sobre o Hospital S. Miguel: Não depende só de nós; Como sabe, o Hospital S. Miguel está no Centro Hospital de Entre Douro e Vouga e o governo anterior tinha decidido entregar o Hospital de S. João da Madeira, que faz parte do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, à Misericórdia. Este governo já reverteu essa decisão. Entretanto, houve eleições em S. João da Madeira, a Câmara Municipal na primeira reunião voltou a pedir ao governo para que o governo torne a reverter a situação. Não sei qual é que vai ser a decisão do governo. O que é certo é que o Hospital de S. João da Madeira pertencer à Misericórdia, ou pertencer ao Centro Hospitalar tem algum envolvimento nas decisões tomadas para futuro: Quer na Feira; Quer em S. João da Madeira; Quer em Oliveira de Azeméis. E, portanto, as obras estão em curso. O senhor diretor logo elas estejam concluídas vai convidar o executivo Municipal, no seu todo, para visitar as obras e depois, se for caso disso, nós falaremos ao senhor diretor a dizer que a Assembleia Municipal terá vontade em visitar essas obras de requalificação do Hospital de S. Miguel em Oliveira de Azeméis. Posso-lhe dizer relativamente à saúde que, ainda esta semana, o Município de Oliveira de Azeméis foi contactado, por um investidor privado da área da saúde, para a construção de um novo hospital do dia, com cirurgia de ambulatório e pequeno recobro, para fazer face a uma série de necessidades, que, fruto de uma série de situações que são tratadas pelas companhias de seguro naquilo que são as apólices de acidente de trabalho e um conjunto de coisas que são feitas fora de Oliveira de Azeméis, e até em algumas situações no Porto, desde exames auxiliares de diagnóstico e outros. A mostrar que, no Município de Oliveira de Azeméis, num estudo que fizeram, sentiram que era um local a investir. Andam à procura de sítio, andam à procura porque têm já uma série de, - eu não sei se o termo é este – o Dr. Jorge e a Dr^a Helena é que são médicos – “convenções”), convenções e não têm depois onde as aplicar, e estão com vontade de investir fortemente em Oliveira de Azeméis. Quanto à questão do antigo centro de Saúde: Senhor deputado António Cruz, queria dizer-lhe o seguinte: O presidente da ARS, mudou-se. Foi mudado recentemente. O professor Álvaro Almeida era o antigo presidente da ARS, apresentou

a demissão, estava nomeado há pouco tempo mas demitiu-se, disse que não concordava com as políticas de saúde, foi coerente e, não pôs o lugar à disposição, foi-se embora. E temos um novo presidente da ARS que é o doutor Pimenta Marinho, que já foi vice-presidente se a memória não me atraiçoa do atual Secretário de Estado Fernando Araújo que era presidente da ARS, e é uma pessoa que tem um profundo conhecimento naquilo que são as questões da saúde, nomeadamente na nossa zona, na nossa área geográfica. Eu tive a oportunidade de, em meu nome e em nome do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o saudar e de o cumprimentar, desejar naturalmente um bom mandato e de lhe pedir uma reunião de trabalho. Logicamente que umas das coisas que estão em cima da mesa, para além da rede saúde de cuidados primários, é a questão do Centro de Saúde para que definitivamente se consiga resolver a situação. Eu acho que que ela está muito próxima de ser resolvida. Mas, é como lhe digo, o professor Castanheira, tinha o processo em mãos, não decidiu. O professor Álvaro Almeida esteve muito pouco tempo, eu acho que nem meio ano esteve a presidente de ARS. Este tomou posse agora e não podemos pedir a este que, em duas ou três semanas, resolva o problema. O que é certo é que nós já em nome do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e em meu nome apresentei os cumprimentos e pedi uma reunião de trabalho. Vamos aguardar pela reunião. E eu estou certo que este assunto ficará resolvido o mais rapidamente possível. Quanto à questão das sedes das associações, senhor deputado António Cruz, queria-lhe dar esta garantia: Qualquer escola ou qualquer espaço público que esteja disponível, a nossa preocupação é coloca-la imediatamente ao serviço da comunidade. Por isso é que nós hoje não temos nada abandonado. Felizmente. Felizmente porque também temos um tecido associativo pujante, que também quer ter sedes e que quer ter o seu espaço para poder trabalhar e poder levar os seus projetos por diante. O senhor deputado deu o exemplo de Vilarinho de S. Luís, deu o exemplo da Banda de Música de Santiago de Riba-Ul – que foi a antiga sede da Junta de Freguesia de Santiago, falou dos Rotários que estão em negociações com Macinhata da Seixa, as Padeirinhas de Ul. E, como lhe digo, podíamos estar aqui horas a falar de associações que estão nas antigas escolas que serviram a educação e que agora servem a comunidade. E associa-me, naturalmente, ao trabalho das Bandas de Música. Estamos a falar de seis Bandas de Musica do nosso Concelho. Mas para além das Bandas de Música deixe-me dizer-lhe uma coisa que é fundamental: tem a ver com Escolas Música que as Bandas têm, - eu acho que esse é o segredo: o trabalhar a formação musical. A nossa Academia faz também um trabalho muito grande sobre essa matéria, mas as Escolas das Bandas de Música é que são o verdadeiro alfobre das nossas Bandas de Música. E, como é evidente, é com imenso orgulho que nós temos as nossas Bandas e que procuramos apoiar-las e temos neste momento em curso questões do fardamento e questões das instalações. E portanto vamos durante o ano de 2016 continuar a apoiar as Bandas de Música do nosso concelho. Isto é valido para os Ranchos Folclóricos na questão da disponibilização dos transportes, dos palcos: - Vamos continuar a dar esse apoio. O senhor engenheiro Pinto Moreira já obrigou aqui a uma pequena revolução na sala. Não sei se os senhores deputados se aperceberam? Porque eu consultei, a Senhora Vereadora Gracinda

Leal ainda estava na sala, os meus quatro Vereadores do Executivo e nenhum deles tinha dado qualquer instrução ou sabia que as atas não estavam públicas. Portanto, eu fiquei surpreso com a intervenção do senhor deputado Pinto Moreira. E queria-lhe dizer que tão surpreso fiquei que desenvolvi aqui, online, mecanismos para perceber o que é que se estava a passar. E agora vou-lhe dizer. E agora percebo porque é que esse tal índice que você falou nós estamos tão abaixo. Porque, se calhar, o índice quando lá foi consultar aconteceu a mesma coisa que ao senhor deputado Pinto Moreira não estava disponível. Se for agora já estão disponíveis, estão-me a dizer. Mas eu não ponho as mãos no fogo – repito: Eu neste momento tenho aqui uma informação eu está tudo online. Portanto, se calhar estava alguma coisa em “off” e era preciso pôr em “on”. Agora, há uma coisa que eu lhe queria dizer, senhor deputado Pinto Moreira: Se estava em “off”, e estava, e estava; Era uma situação que ultrapassa claramente todo o Executivo; Era uma situação técnica. Eu aqui perguntei o que é que se estava a passar. Fiz meia dúzia de mensagens; Não sou mágico, não saí daqui, não tenho aqui a fórmula de pôr tudo online. Mas o que é certo, é que, as informações que eu tenho, de três pessoas diferentes, é que já está online. Portanto valeu a pena a sua intervenção. E agora a tal coisa do índice de transparência que vá lá ver e se calhar coloca-nos lá nos 50 primeiros. Não? Acha que não? Vamos lá ver. Senhor deputado, eu dou muita atenção a todos esses trabalhos do índice, da má despesa pública e que vai sempre para os portais das contratações e que põe a câmara que faz má despesa pública, e não sei quê e tal.... Essa nós temos passado ao lado. E Ainda bem. Mas nós queremos estar bem em todas. Senhor deputado sabe que às vezes e eu não estou a dizer que é o caso até porque isto envolve a DGAL. Estou-lhe a ser o mais sincero possível. Mas nós as vezes somos contactados por empresas que aparecem associadas, eu acho que isto acontece a qualquer pessoa até na vida privada, a estas coisas dos rankings e das análises e não sei quê: aparece a associação XPTO e ranking das cidades onde se vive melhor. Agora das Smart Cities é moda. Eu recebo todas os dias coisas das Smart Cities – Candidata-se. Aquilo custa tudo dinheiro. Essa coisa das cidades para “Viver Melhor”, sabe quanto é que custa? Vinte mil euros (20.000,00€). Se a gente quiser ser uma das cidades para “Viver Melhor” pagamos vinte mil euros. E de certeza que o ranking daquelas cidades para Viver Melhor, garanto-lhe que todas pagaram vinte mil euros. Porquê? Porque aquilo é um negócio. Há bancos ligados a isso, há empresas de serviços, há empresas de auditoria ligadas a essas coisas. Portanto os rankings: mas este da transparência não estou a dizer que é assim. Este da transparência são vários indicadores que tem também acesso a coisas da DGAL. Quase com toda a certeza que nós fomos prejudicados por não termos as atas online. Lá está: não estamos a ser transparentes, certo? Agora elas já estão. Você há-de ver e depois telefonar-me a dizer se elas estão ou se não estão. E não tenho aqui acesso. Mas já me disseram que estão, o que significa que não estavam. Portanto, está a ver como às vezes vale a pena falar nos assuntos. Você falou e entretanto já conseguimos resolver. Portanto, tem toda a razão, não faz nenhum sentido que as atas não sejam públicas até porque elas são aprovadas e depois é para serem vistas: quer as da Câmara; quer as da Assembleia Municipal. Quanto ao senhor deputado Rui Luzes Cabral, sabe que, às

vezes, esta questões dos rios: Isto é válido para Ossela, é válido para Carregosa, é válido para o Pinheiro. A ARH, eu também percebo que eles não tenham meios. Foi o Jorge Paiva que falou nos Guarda-rios: Venham eles. Venham eles porque efetivamente ajudavam a resolver o problema. A situação que já aqui falamos, preocupante, quer o senhor Armindo e o Rui Luzes Cabral testemunharam ao vivo: Estamos a falar de madeira. A madeira não nasceu do rio. A madeira estava mal colocada, foi cortada, não foi metida nos camiões, estava ali, a água galgou as margens, o desgraçado do dono do pinhal ficou sem a madeira. E eram toros bastante grandes. Depois nós pagamos a um madeireiro para ir lá levantar a madeira e que ficou com ela. Se houvesse outro tipo de trabalho, dos Guarda-rios, por exemplo. Mesmo assim os nossos fiscais muitas vezes são chamados e vão atuar. Mas eu percebo que não têm a agilidade nem têm a perceção do terreno que tinham os Guarda-rios que a vida deles era aquela. Também tenho saudades dos Guarda-rios. Mas dizer-vos que efetivamente nós temos que trabalhar relativamente a essa matéria. (Já me estão a mostrar as atas). Quanto ao senhor presidente da Junta de Loureiro: Nós estamos a trabalhar na questão do muro da ARCL e ainda bem que falou nisso. Portanto, o muro caiu, por pressão das terras. Quando chove muito aquilo fica um pequeno mar e depois lá vai esvaziando. Nós estamos a trabalhar na requalificação do muro, (Junta de Freguesia, a Associação e a Câmara Municipal), como temos colaborada em todos os projetos da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, como manifestamente com todas as associações. O senhor presidente da Junta falou na questão da requalificação do campo de jogos. Isto serve de informação pública, porque às vezes as pessoas dizem coisas e não têm conhecimento: O campo de jogos do parque da ARCL não tem as medidas oficiais. E portanto, eu acho que me acompanham neste raciocínio, não faz muito sentido que, não tendo as medidas oficiais, se esteja a fazer um campo de relva sintética que depois não se possa jogar oficialmente. Quando muito, podemos fazer um campo de sete. Mas o objetivo é fazer um campo de onze. Há ali um impasse de um terreno. O desafio que foi lançado à Associação, o senhor presidente também mostrou disponibilidade para isso, é convencer o privado a ceder terreno. Ouça: Se a Associação achar que não se consegue comprar o terreno, se a Junta estiver de acordo, se a Câmara estiver de acordo: Se calhar temos de ir por um processo de expropriação. É uma chatice; Custa dinheiro; Demora tempo. Mas às vezes é uma solução. (Senhor deputado Rui Luzes Cabral dizer-lhe: - Como diz o senhor vice-presidente: “Em Loureiro nós estamos peritos. Expropriações é mesmo em Loureiro”). Dizer-lhe que o espaço é um espaço em terra batida e, fruto das águas, muitas vezes está cheio de água e impede os miúdos e os graúdos de praticar atividade física. Portanto, dar nota disso ao senhor presidente da Junta. Estrada Nacional 224, da Ponte Cavalari até Loureiro tem de ser requalificada. Também não vale a pena requalificá-la agora, tem que se esperar que venha sol. Não é vir uma semana de sol. Hoje já foi um dia de pressão completa porque hoje não choveu e toda a gente já ligava a pedir para se resolver. Não é possível resolver tudo no mesmo dia. Mas não há dúvida nenhuma que da Ponte do Cavalari para cima o piso está muito degradado e se não for tratado a degradação vai aumentar e depois a requalificação vai custar mais dinheiro. Portanto já está a empreitada feita, falta só lançar o

procedimento concursal. Zona da Moldit e Novarroz: É uma situação complicada para quem conhece e para quem lá passa já foi várias vezes feita a retificação. Há ali uma zona complicada que é uma zona de tração das viaturas pesadas; Há ali uma manobra de marcha atrás dos camiões da Novarroz carregados e descarregados que vão sempre rebentar aquilo piso por muito que ali se faça. Mas, temos é que procurar resolver o problema das águas. Porque normalmente aquilo está sempre com água mesmo no verão. E portanto vamos tentar resolver a situação. Tivemos uma primeira intervenção em frente à Moldit, que resolveu; Mas depois a água parece que nasce ali. Estamos a falar ali perto das Fontes da Moura e há ali sempre esse problema. Mas temos vontade em resolver definitivamente essa situação e temos a disponibilidade da Junta e dos empresários. Que também é um bom sinal os empresários também estarem disponíveis. Ao senhor deputado Jorge Paiva - presidente da Junta de Fajões, dizer que não tem que agradecer nada do trabalho que foi feito nas intempéries. Eu já disse que, se não fossem os presidentes de Junta os primeiros a darem os alertas seguramente nós não eramos tão eficientes e tão eficazes. Mas deixem-me dar-vos uma nota que é importante: Eu sei que depois de estar feito ou de ser feito com muita frequência as pessoas já não se lembram de como é que era há cinco anos. Nós agora com os acordos de execução há aquelas verbas para limpeza, e estão a ser feitos espetacularmente na minha opinião, e imaginem o que é que seria este fim-de-semana passado sem aquele trabalho que vocês fizeram em ter tudo limpinho. O caos ia ser muito pior. Lá está: É os acordos de execução; Está feito. Mas é uma rotina que se está a criar mas que, na minha opinião, tem sido muito positiva para a limpeza bermas, das linhas de água, das caixas não estarem entupidas e da água não criar tantos problemas e tantas dificuldades. E portanto eu queria, aqui, uma vez mais salientar o papel dos senhores presidentes de Junta. Ao professor Costa Gomes dizer-lhe que as referências do senhor Secretário de Estado ao Presidente da Câmara, são só simpatia, não são mais nada, são só simpatia. E portanto nós cá estamos a cumprir o nosso papel. E também registar com agrado o registo de proximidade do governo para acompanhar estas situações porque ficaram naturalmente satisfeitos com o que viram e perceberam que o concelho de Oliveira de Azeméis era um concelho pujante e um concelho com dinâmica do ponto de vista empresarial. Senhora deputada Ana Sofia Pinho, a senhora diz: “De quem é que é a responsabilidade?” Ouça: Tomara eu que fosse da Junta; Tomara eu; Não é que eu quisesse aligeirar responsabilidades, porque depois também tinha que lhes dar meios para resolverem; Mas, não, a responsabilidade é da Câmara. E os presidentes de Junta sabem disso. Nós com a nova legislação que temos agora de enquadramento, a responsabilidade é nossa. Aquilo que pode ser delegado nas Juntas de Freguesia nós delegamos. Agora, há o compromisso do atual governo de reformular a atual legislação de enquadramento entre as Câmaras e as Juntas. E essa é uma das matérias que eu sei que está em cima da mesa. O senhor Ministro Eduardo Cabrita já anunciou isso em sede de Associação Nacional de Municípios e na reunião com a ANAFRE. E se isso acontecer? Não tenha dúvidas nenhuma que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis uma vez mais vai andar à frente. Vai andar á frente para dar meios; tem dar recursos financeiros, tem dar meios

técnicos para que as Juntas possam fazer. Sabe porquê? Eles fazem melhor. Fazem melhor, fazem mais barato, estão mais próximos. Portanto, não há sequer discussão ideológica que nos divida, relativamente a essa matéria. Mas, mesmo assim, senhora deputada, a senhora falou na rede viária: É verdade; São 700 quilómetros – como lhe disse - de estradas, são muitos problemas. Mas, vou-lhe dar meia dúzia de exemplos, não vou cansa-la: Pinhos & Ribeiro até à Elétrica: Foi requalificada, estava um caos, houve obra da média tensão para ligar à Lactogal, era impossível lá circular e está requalificada. Zona industrial de Nogueira do Cravo: (está ali o presidente da Junta que pode confirmar) – absolutamente caótico lá transitar; Hoje, tem um piso novo. Zona envolvente à sede das Padeirinhas de UL: - levou um piso novo; Zona da Pereira, em Santiago de Riba-UL: - estava completamente rebentada e hoje todas as ruas, caminhos mais estreitos, têm piso novo; Acesso ao campo de jogos do Real Clube Nogueirense: Levou uma solução que minimiza os impactos negativos, quer do loteamento, quer de quem tem que praticar desporto no Nogueirense; A repavimentação de Travanca: O senhor deputado Nuno de Jesus não está aqui hoje. Lembram-se que eu tinha dito que era da Rotunda da Igreja até à Rotunda do Intermarché? E ele disse: Ó presidente, que seja da saída do IC2 até à Rotunda do Intermarché - pediu o senhor deputado Nuno de Jesus. Nós aceitamos o pedido. Foi feita a requalificação desde o IC2 até À Rotunda do Intermarche. Agora, nós não podemos fazer tudo ao mesmo tempo e por isso vamos fazendo. Quanto à intervenção do senhor deputado António Rosa. A explicação que eu já dei do PEDUS e PDCT é válido para a Casa Sequeira Monterroso, para a Biblioteca, para o Salão Nobre. E, portanto, dizer que o nosso plano teve avaliação positiva na CCDRN e portanto agora estamos na fase de fazer os pequenos acertos, de audiências prévias para depois podermos finalmente lançar obra. Isso é válido para as escolas, no mapeamento da educação. Quanto à questão do PDM, senhor deputado, eu não tenho, porque não vinha preparado, aqui números ao “cêntimo”. Foi aprovado aqui na Assembleia Municipal, sob profunda discussão, a questão das legalizações mesmo do ponto de vista de particulares para resolver casos de partilhas, de doações, coisas que estavam pendentes; para as empresas se poderem candidatarem a fundos comunitários, para poderem ter empréstimos dos bancos, para poderem ir PEM Excelência, que não tinham licença de utilização. Nós estamos a falar de, entre privados e empresas, perto de três mil processos. Três mil processos que foram objeto de análise dos serviços técnicos da Câmara Municipal e foram objeto de licenciamento. Uma média de cerca de sessenta licenciamentos mês. E, portanto, significa isto que foi uma oportunidade que o PDM proporcionou e que veio, de alguma forma, resolver um conjunto de situações que não estavam em conformidade há muitos anos e que finalmente estão resolvidas. Senhor Presidente peço-lhe desculpa se abusei da sua paciência mas acho que dei todas as informações que me foram solicitadas. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== *Eu peço desculpa de ser chato. Mas relacionado com aquele assunto de água e saneamento, gostaria que o Senhor Presidente se pronunciasse sobre isso.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Jorge Paiva, o comentário não foi para o seu estado físico “não é tão magro”, o senhor Grifo estava a dizer para “gravar, não era para ficar magro”. A questão que o senhor Jorge Paiva colocou – eu já anunciei isto em reunião de Câmara: está para muito breve o início de obra física de água e saneamento. O compromisso que temos, é março, fevereiro / março. Há ainda meia dúzia de coisas nos notários que estão a complicar, nomeadamente na ETAR por causa das servidões administrativas. Mas, nas questões da água e saneamento, o compromisso que temos da Indagua é termos obra em março já deste ano. Portanto, há uma série de projetos que estão neste momento já entregues aos serviços técnicos da Câmara Municipal, o levantamento que está a ser feito em Fajões enquadra-se na estratégia de resolver um problema que temos e que vamos resolver. Isso é válido para Cesar, Fajões, Nogueira do Cravo e S. Roque. É válido para a questão de Loureiro, Pinheiro da Bemposta. Está neste momento em estudo nos nossos serviços técnicos uma solução para S. Martinho da Gândara. Há um compromisso do senhor Ministro do Ambiente – Já anunciou que ia lançar 100 milhões de euros de fundos comunitários em regime aberto até ao mês 6 de 2016. Portanto, não há dúvidas nenhuma que nesta parte que nos resta iremo-nos candidatar. Mas para nos candidatar temos de ter os projetos. Por isso, é bom que os projetos acelerem para depois podermos ter êxito nas candidaturas.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Só para informação: No período de “Antes da Ordem do Dia” gastou-se duas horas e trinta e três minutos. Os tempos gastos por cada uma das bancadas: O PS tinha direito a 27 minutos e 30 segundos e gastou 31 minutos e 29 segundos; O PSD tinha direito a 26 minutos e 30 segundos e gastou 13 minutos e dezoito segundos; O CDS/PP tinha direito a 4 minutos e 30 segundos e gastou 13 minutos e 55 segundos; O Independente tinha direito a 1 minuto e 30 segundos e gastou 2 minutos e 40 segundos. O restante foi gasto pelo senhor Presidente da Câmara.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o seguinte voto de louvor:* =====

===== *Temos agora um voto de louvor, na sequência da intervenção do presidente da Junta de Carregosa. Um voto de louvor ao Comendador Pedro Araújo. – “A Junta de Freguesia*

de Carregosa apresenta para votação na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis um voto de louvor ao empresário Pedro Araújo pelo título honorífico de Grau de Comendador da Ordem de Mérito Empresarial. Tal distinção honorífica foi atribuída pelo digníssimo Presidente da Republica, Dr. Aníbal Cavaco Silva, no passado dia 17 de dezembro de 2015. O Comendador Pedro Araújo é proprietário do Grupo Polisport, S.A., com sede na Avenida Ferreira de Castro da vila de Carregosa. Consideramos que tal distinção, além de justa e meritória, enaltece todos os empresários carregosenses e oliveirenses fortalecendo a vocação empresarial desta nossa vila como uma indústria cada vez mais forte e crescente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o seguinte voto de pesar: =====

===== Voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista e associado pelo PSD e CDS/PP. “O dia de hoje, 19/02/2016, acordou com a triste notícia do falecimento do oliveirense Bartolomeu da Fonseca Rego. Natural da freguesia de Canelas, concelho de Estarreja, residia desde 1949 no concelho de Oliveira de Azeméis, primeiro na freguesia de Ul e mais recentemente na cidade de Oliveira de Azeméis. Para além da sua atividade profissional como funcionário judicial e mais tarde como funcionário da Molaflex, Bartolomeu da Fonseca Rego deixou um marco de dedicação á vida autarca e social neste concelho. Foi presidente da Junta de Freguesia de Ul de 1968 até 07/12/1974, e vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis de 1986 até 1994. Bartolomeu da Fonseca Rego exerceu também cargos em diversas instituições deste concelho, como o de vice-presidente da direção da Casa do Povo de Oliveira de Azeméis, vogal, vice-presidente da direção e secretário da mesa da assembleia geral na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, segundo secretário da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, exercia atualmente as de vice-presidente da assembleia geral desta instituição, para além das diversas funções na Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis. A nível distrital, Bartolomeu da Fonseca Rego exerceu funções na Comissão Executiva da Rota da Luz, Federação de Cicloturismo de Portugal e na Associação de Cicloturismo do Centro. Para além disso, Bartolomeu da Fonseca Rego foi colaborador do jornal “A Voz de Azeméis” tendo sido o correspondente da freguesia de Ul, bem como do Boletim da Santa Casa da Misericórdia. Entre outros escritos publicou acórdãos do Concelho da Bemposta e a biografia do seu tio Padre António Maria Domingos da Fonseca, pároco de Ul. Referindo-se a Oliveira de Azeméis Bartolomeu da Fonseca Rego afirmou que: “Considero que esta terra é bem bondosa para quem aqui fixa residência ou aqui exerce qualquer atividade.” A comunidade oliveirense fica mais pobre com a partida deste ilustre cidadão e é com muito pesar que esta Assembleia se associa à

dor dos seus familiares enviando-lhe os seus mais sentidos pêsames. Assim, propomos um voto de pesar pelo falecimento do oliveirense, solicitando um minuto de silêncio em sua memória.” =

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente, só para dar nota do seguinte relativamente à triste notícia do desaparecimento do senhor Bartolomeu da Fonseca Rego: A Câmara Municipal, hoje, logo de manhã, às 9 horas, decidiu colocar a bandeira a meia haste em sinal de luto pelo desaparecimento de alguém que foi tão importante e que exerceu funções na Câmara Municipal. Mas permitia-me também, Senhor Presidente, aproveitando o momento dos votos, antes de iniciarmos o período da Ordem do Dia, na sequência daquilo que também foi aprovado em sede de executivo por unanimidade, nós queríamos propor à Assembleia Municipal um voto de congratulação e louvor a um distinto oliveirense que foi chamado a desempenhar funções de enorme relevância num contexto nacional. E, portanto, isso tem sido frequente em sede de Assembleia Municipal, é motivo de satisfação e de orgulho para todos nós que o oliveirense António Freitas Oliveira e Silva, médico de profissão, foi desafiado a uma missão importantíssima de ser diretor do Hospital de S. João no Porto uma das mais importantes unidades hospitalares do nosso país. E portanto, sendo um cargo de enorme relevância, sendo um oliveirense de gema, acho que era simpático também a Assembleia Municipal, se o Senhor Presidente estivesse de acordo, poder aprovar um voto de louvor e fazer chegar ao senhor doutor (António Freitas Oliveira e Silva) e desejara as maiores felicidades na difícil função que será seguramente de dirigir um hospital com a dimensão como é o Hospital de S. João na cidade do Porto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

*===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====*

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.
=====

=====
Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de, Carlos Afonso do PS.
=====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS.
=====

=====
Relativamente à informação sobre os assuntos jurídicos e contencioso do Município, continua a verificar-se um aumento significativo dos processos pendentes de contraordenação, de execução fiscal, de responsabilidade civil e de denúncias. Há uma disparidade enorme entre os processos entrados/ instruídos e os processos concluídos, tendo como consequência o aumento das pendências. Que pretende fazer o Município para diminuir as pendências nos diversos processos geridos pelo Município? Olhando para os processos findos, relativamente às expropriações da Área Empresarial Ul/ Loureiro, venho chamar à atenção do município que a informação fornecida não é suficientemente esclarecedora dos custos com os processos de expropriação. Assim, dos processos concluídos mencionados na informação junta, conclui-se que o Município já pagou dois milhões de euros aos proprietários dos terrenos só referentes a esses processos referenciados. Porém, não resulta da informação entregue qual o valor que o Município ofereceu por cada uma das parcelas expropriadas aos seus legítimos proprietários mas apenas resultados do relatório arbitral e do valor pago após decisão judicial. Assim, pergunta-se ao Senhor Presidente o seguinte: Estes processos concluídos da listagem são apenas da primeira fase, ou já incluiu os da segunda? Para além desta listagem, de processos de expropriação, concluídos, ainda estão pendentes mais processos de expropriação? Qual a diferença entre os valores propostos pelo Município aos proprietários dos terrenos e o valor fixado pelo Tribunal? Qual o valor dos custos associados aos processos de expropriação a título de taxas de justiça, perícia e custas judiciais? Poderá o Senhor Presidente informar esta Assembleia e os oliveirenses do valor já despendido pelo Município nesta primeira fase das expropriações da Área Empresarial Ul/ Loureiro? Para além disto, chamou-me também a atenção a quantidade de processos de contraordenação ambientais instaurados contra o Município por descargas de águas residuais na via pública. Isto leva a concluir que temos um Município contra o ambiente. Estranha-se, contudo, que não haja processos de contraordenação instaurados contra o Município já concluídos. Para se saber qual o valor das coimas fixadas e se o mesmo foi absolvido ou condenado em processo de contraordenação, pergunta-se ao Senhor Presidente o seguinte: Qual o valor anual de coimas em que o Município é condenado em infrações ambientais? Que tipo de medidas têm sido tomadas para evitar ou eliminar este tipo de processos de contraordenação? Muito obrigado.
=====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor deputado, vou-lhe dar nota do seguinte: A pendência dos processos em serem muitos, - o Senhor é que é advogado, - eu não sou especialista, infelizmente a justiça em Portugal demora empo a resolver uma série de problemas. Se a justiça fosse mais célere isto era menor, não é? Agora, para a próxima Assembleia Municipal ou até antes, logo que tenha concluído, vou-lhe dar um relatório exaustivo processo a processo do ponto de vista da Área de Acolhimento Empresarial. – Não. - É importante, tenho essa noção. E dizer-lhe que: Estamos a falar da primeira fase, portanto, não é da segunda fase; O que está aqui é só da primeira fase de expropriação da Área de Acolhimento Empresarial. Sendo certo que, este processo demorou imenso tempo, mas, nós já estamos a fazer escrituras com os proprietários dos terrenos e com as empresas que lá estão instaladas. E que estamos a iniciar o processo da segunda fase. E, o senhor presidente da Junta de Loureiro irá ser contactado, durante a próxima semana, para definirmos a melhor metodologia para falar; Porque estamos a falar de menos proprietários. E a nossa experiencia na anterior “encarnação”, quando procuramos juntar toda a gente na mesma sala, (eram 140), não é uma coisa a repetir - não é senhor presidente Rui Luzes Cabral? Agora são menos de 20, acho que mais fácil resolver o problema. Dizer também ao senhor deputado Carlos Afonso que, vou preparar a resposta sobre a questão das contraordenações ambientais, para lhe fazer chegar uma listagem; Não são muito relevantes, deixe-me dizer-lhe, mas vou-lhe fazer chegar em pormenor. Vou dar um exemplo, - (está ali o presidente sw Cucujães – Simão), para lhe dizer o seguinte: O investimento que foi feito em Casal Novo - Cucujães na área do saneamento, se não fosse feito nós íamos levar “uma porrada grande” e portanto tivemos que resolver rapidamente essa situação. Portanto, nós vamos procurando minimizar esses impactos. Mas eu vou-lhe fazer chegar pormenorizadamente, quer uma situação, quer outra, porque acho que é importante também, o senhor deputado ter conhecimento e os senhores deputados terem conhecimento dessa matéria. Mas que não fiquem dúvidas relativamente á Área de Acolhimento Empresarial: Só primeira fase; Não há segunda fase, porque vamos ainda conversar com os proprietários, tentar negociar diretamente. Deixe-me dizer-lhe, senhor deputado Carlos Afonso: (Se calhar para si não e novidade mas para mim foi). Este processo é um processo traumatizante. Isto demora imenso tempo. E, portanto, se eu puder fugir às expropriações, conte comigo para fugir o mais possível às expropriações. Agora, há aqui momentos em que não há outra decisão. E, neste caso, mesmo com a ajuda do senhor presidente Rui Luzes Cabral, não foi possível fazer outra coisa senão expropriar. Agora, é um processo, não estou a dizer que é doloroso, mas demora imenso tempo, dá imenso trabalho, dá um desgaste tremendo, e o senhor sabe bem disso na sua profissão. E portanto vamos tentar, agora, na segunda fase minimizar essa parte burocrática, defendendo sempre o interesse do Município, como é evidente, que nunca é coincidente com o interesse do dono do terreno, não é? O particular quer sempre vender mais, nós queremos comprar por menos. Estamos a falar de

investimentos públicos que vão melhorar a economia do concelho mas, pronto, não é uma tarefa fácil, nem é uma missão nada fácil. Mas, como lhe disse, quanto às questões, eu vou-lhe fazer chegar em pormenor essa situação. =====

===== A Assembleia tomou conhecimento da referida informação. =====

*===== **Ponto dois:** Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 1.º semestre de 2015 – Apreciação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, atendendo à extensão da ordem de trabalhos, à extensão do período de Antes da Ordem do Dia e à hora em que já estamos, eu se calhar não ia estar a falar sobre o relatório do Revisor Oficial de Contas e respondia às questões que me fossem colocadas. Porque eu vou estar aqui a dizer uma série de coisas que os senhores deputados já viram, já leram e se calhar será maçador. Eu preferia responder às questões se houver dúvidas, e se concordarem? Obrigado. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

*===== **Ponto três:** Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31 de dezembro de 2015 – Apreciação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

*===== **Ponto quatro:** Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31 de dezembro de 2015 – Apreciação; =====*

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito rapidamente, procurando naturalmente focar-me na questão dos grandes números e não cansando os senhores deputados municipais com questões de pormenor e estando naturalmente disponível para responder aquilo que é possível responder nesta Assembleia Municipal. Portanto, dizer que a nossa execução gerou um superavit estrutural de 4.609.334€, ou seja, o superavit que foi gerado é de 13.2%, representado um superavit que está de acordo com aquela que é a nossa execução. Estamos a falar de uma superação de 11.7%, relativamente ao superavit previsto para 2015. Ou seja, o que estava previsto era um superavit de 4.127.573€ e o superavit foi de 4.609.334€. O que é um número muito interessante relativamente às contas de 2015. Quanto à dívida total do município, Senhor Presidente e senhores deputados: Nós fechamos as contas a 31 de dezembro de 2015 com uma dívida do nosso Município de 26.073.671€. Dizer, também, que esta dívida de 26 milhões - dívida total - está abaixo do Plano de Saneamento Financeiro tinha prevista para 2015, (26.790.943€), portanto há aqui uma diferença relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro de menos 717.272€, portanto está 2,7% abaixo daquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro para o final de 2015. Portanto a redução, relativamente ao ano passado, foi de perto 5 milhões de euros. Nós (Município), baixamos a dívida em 4.684.729€. Significa isto que, se somarmos todos os anos: ou seja, desde dezembro de 2007 até dezembro de 2015, a redução acumulada da dívida é de 29.111.498€. Portanto isto é mérito de todos nós, como é evidente, não é do executivo, não é do presidente; é naturalmente de todos sem exceção. Repito uma vez mais: Também com a colaboração, com a aceitação e compreensão das Juntas de Freguesia, do movimento associativo, das forças vivas do Município de Oliveira de Azeméis. Relativamente á dívida de empréstimos de médio e longo prazo: Nós estamos a falar de 20 milhões de euros (20.329.536€) e, isto, está também 9% abaixo daquilo que estava previsto no Plano, significa que no Plano estavam previstos 22.352 milhões e como disse a dívida de empréstimos de médio e longo prazo ficou em 20.329 milhões. Portanto, a redução anual, aquilo que baixou durante o ano de 2015, foram 4.221.062€. Portanto supera largamente aquela que era a obrigatoriedade legal (redução de 10%) e situa-se, - e é bom fazer também essa referência porque quando não se situa ela é feita -, situa-se pela primeira vez abaixo do limite conforme está no inicialmente estimado Plano de Saneamento Financeiro: Portanto é um dado também relevante. Relativamente ao endividamento líquido municipal: Nós estamos a 31 de dezembro com 17.822.822€. Estamos, também, aqui, neste caso, abaixo 3% daquilo que estava previsto em Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, abaixo do previsto 556.765€. Estamos a falar de uma redução no último ano de 4.821.700€ e, portanto, é também, aqui, interessante registar esta questão. Quanto à*

dívida a fornecedores: A dívida a fornecedores estamos a falar de 1.337.922€. E portanto, tivemos aqui uma redução anual de 1.581.491€, apesar das dificuldades do ano tivemos uma redução na ordem de um milhão e meio euros; Neste caso concreto, ela (dívida a fornecedores) está abaixo daquilo que era estimado no Plano de Saneamento Financeiro, portanto, estamos a falar abaixo de 203.348€ que era o que estava previsto para o Plano de Saneamento Financeiro. Respeitando também tudo o que é de acordo com a legislação em vigor. Uma matéria que também nós costumamos abordar na Assembleia Municipal porque é relevante, naturalmente, é o prazo médio de pagamento a fornecedores. Prazo médio de pagamento a fornecedores, a 31 de dezembro de 2015, é de 32 dias. É verdade, 32 dias. E portanto, estamos a falar de menos 47 dias, relativamente ao verificado em 2014. Já agora, dizer-vos que o Plano fixava 48 dias. E o Plano fixava 48, o limite - como sabem- é de 180 dias; A variação de 2014 para 2015 foram menos 47 dias. Portanto nós fechamos o ano de 2015 com um prazo médio de pagamento a fornecedores de 32 dias. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, julgo que são as questões mais relevantes, não querendo aqui agora entrar na questão de pormenor mas naturalmente que estaremos disponíveis para responder ou satisfazer a curiosidade e as dúvidas do papel fiscalizador que é feito pela Assembleia Municipal. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Campos, Nuno Pires e António Rosa, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia na sua pessoa cumprimento todos os restantes membros da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, restantes vereadores, caros deputados: Boa noite a todos os presentes. 2007, ano que antecedeu a entrada do Plano de Saneamento Financeiro. Em dezembro desse ano, a dívida do Município era ligeiramente superior a 55 milhões de euros. Dezembro de 2015, dívida total do Município pouco mais de 26 milhões de euros. Passaram oito anos e, em oito anos, também muito graças à eficácia e adequação do Plano de Saneamento Financeiro o nosso Município reduziu mais de 29 milhões de euros a sua dívida total municipal. É um facto. Para alguns, isto parece ser coisa pouca; Para a bancada do PSD, é motivo de satisfação. E, então, relativamente á dívida municipal qual era a previsão inscrita no Plano de Saneamento Financeiro para dezembro de 2015? Cerca de 26.8 milhões de euros. Pois é, relativamente à previsão, a dívida total real é ainda menor em cerca de 700 mil euros. Para nós, este é também um facto positivo. Se calhar, e porque já ouvimos tanta coisa ao longo dos anos da parte do Partido Socialista, ainda vamos ouvir o PS dizer que em Oliveira de Azeméis o executivo levou a cabo uma austeridade municipal maior do que a necessária. Afinal de contas nem era preciso reduzir tanto a dívida para ficar em linha com o previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Mas, continuemos: Agora, na análise da

execução económica de 2015. Correu bem? Correu dentro do previsto? Os números demonstram que correu bem e que, superou, inclusive, o que estava previsto. A execução económica gerou um superavit estrutural de 13.2%, um valor na ordem dos 4.6 milhões de euros, 11.7% acima do superavit previsto no Plano para o ano de transato. Boas notícias. Dívida de empréstimos de médio e longo prazo: O que previa em 2008 o Plano de Saneamento Financeiro para esta dívida no final do ano de 2015? Previa que a dívida rondasse os 22.3 milhões de euros e estimava que esta dívida pudesse estar abaixo do limite máximo legal. E o que nos diz a execução real? Diz que a dívida dos empréstimos de médio e longo prazo ronda os 20.3 milhões de euros, ou seja, menos 2 milhões do que o previsto. E diz-nos também que esta dívida se situa abaixo do limite máximo legal. Só ainda fiz referência a três pontos importantes na análise que deve ser feita ao Plano. Mas parece que os números mostram claramente que, afinal de contas, o Plano de Saneamento Financeiro é exequível, permite uma consolidação financeira importante e consequentemente isto traduz-se numa inegável melhoria na saúde financeira do Município com impacto futuro positivo na capacidade da nossa Autarquia em proporcionar aos oliveirenses cada vez melhores condições. E isto é, desde logo, importante porquê? Porque vem mostrar aqueles, e eram muitos no Partido Socialista que diziam que o Plano não era exequível e que não era bom, que afinal era exequível, é bom e foi uma boa e louvável decisão do executivo em 2008 é um plano financeiro muito bem estruturado e teve a felicidade de ter executivos, nos últimos anos, que, com responsabilidade e capacidade conseguiram tornar o Município num Município financeiramente estável. De vez em quando importa lembrar o que apontava o Partido Socialista nos anos 2005 e 2006, ou seja, nos anos que antecederam o Plano. A bandeira Socialista apregoava que o Município tinha desequilíbrio estrutural; Logo, não seria capaz de resolver sozinho qualquer desequilíbrio financeiro. Afinal, parece o contrário: O executivo agiu, elaborou um plano que quis ver implementado de forma a atingir um objetivo, e, o Município, por si só, responsabilmente conseguiu corrigir os desequilíbrios. Mas, há mais se por ventura não forem suficientes, - e sabemos que para alguns nunca serão, os números atrás falados, podemos também falar do endividamento líquido municipal. Qual é o seu valor em dezembro de 2015? Cerca de 17.8 milhões de euros. Qual era o valor previsto? Cerca de 18.3 milhões de euros. Mas tão significativo ou mais, do que o endividamento estar abaixo do previsto, é o facto de ter tido uma redução anual superior a 4.8 milhões de euros. E o que há para dizer sobre o prazo médio de pagamentos? Certamente a maioria dos que estamos aqui hoje recorda-se das discussões, dúvidas e críticas feitas em anos anteriores acusando o executivo de, neste ponto, ser um grande fracasso. Prazo médio de pagamentos, e não assim há tanto tempo quanto isso, ultrapassava de facto o número de dias além do razoável. Mas, e hoje qual é a realidade? 32 dias. Já agora, menos 47 dias do que o verificado em dezembro de 2014. O Plano de saneamento Financeiro foi bom para permitir esta boa realidade? Sim. O Plano previa que o objetivo em 2015 fosse 48 dias. Mas, afinal, graças a uma boa gestão do executivo, o prazo é ainda bem menor. E se olharmos para o limite máximo legal 180 dias, percebemos ainda melhor o mérito deste número. Repito: 32 dias é o prazo

médio de pagamentos. É de facto muito difícil encontrar, nos dias que correm, um ponto em que o Plano de Saneamento Financeiro não esteja a ser cumprido. Tem sido rigoroso o executivo e por isso a realidade dos números é positiva. Mas o rigor não é de maneira nenhuma para este executivo sinonimo de falta de ambição de investimento e obra feita. O caminho que tem sido seguido é o que achamos ser o correto. Felizmente, a maioria dos oliveirenses, também têm achado que as políticas e escolhas do município têm sido na globalidade as mais corretas e têm demonstrado isso nas urnas. Está tudo bem, em Oliveira de Azeméis? Naturalmente que não. Mas, ao contrario do que apregoa a oposição, há muitos mais, mas mesmo muitos mais, aspetos positivos do que negativos. Estão criadas as condições para que a melhoria seja uma constante. Dado o quadro financeiro, era possível fazer diferente? Reconhecemos que podiam ter sido feitas escolhas diferentes na seleção de investimentos. Mas acreditamos, profundamente, que os investimentos e as prioridades que o executivo definiu nestes últimos anos foram os corretos e os melhores para Oliveira de Azeméis e que nos permitem hoje estar do ponto de vista social, empresarial, e educacional na vanguarda. Falei de obra feita e de investimento, falei de coisas como: Área de Acolhimento Empresaria; Parque do Cercal; Biblioteca; Arquivo Municipal; Centro Escolar de S. Roque; Parque La-Salete; Parque Temático Molinológico; Centro Escolar de Ul; Centro Escolar de Azagães; Apoio ao Associativismo; Apoio às Freguesias; Apoios sociais; as Piscinas; Requalificação da rede viária; Pavilhão Gimnodesportivo Municipal; E podia certamente continuar. É positivo que queiramos mais. Mas é também muito positivo quando conscientemente e com orgulho podemos louvar o muito que tem sido feito em Oliveira de Azeméis. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD. =====

===== Boa noite a todos. Sintam-se todos saudados na pessoa do Senhor Presidente. Apenas uma referência: Não menosprezando o trabalho do executivo, ao longo destes seis anos de trabalho, no cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Nesta Assembleia Municipal, ouvimos muitas vezes falar e acusar um representante e membro desta Assembleia, que é o Dr. António Rosa, de ter sido o pai da dívida. Hoje que estamos sensivelmente a meio do Plano de Saneamento Financeiro, acho que é de todo relevante dizer que o Dr. António Rosa foi um dos responsáveis, ou responsável máximo, na altura, pela elaboração deste Plano. Na altura muito se discutiu se era estrutural ou se era conjuntural. Hoje, que temos mais de metade da dívida de 2008 paga acho que devemos, (pelo menos eu reconheço-lhe esse trabalho), dar-lhe os parabéns porque de facto o Plano tem sido cumprido com muito sacrificio e com trabalho. Mas foi na essência preparado por si. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== *Não é seguramente defesa da honra, pelo menos da minha. Na verdade, não tinha pedido a palavra, foi decisão de última hora da minha parte porque não ficava bem com a minha consciência se, assistindo aquilo que aqui acabou de acontecer, não dissesse algo. Este tem sido um tema profundamente controverso, ao longo dos anos, com intervenções calorosas quando foi encontrada, por ventura, uma vírgula fora do sítio. E não posso deixar de manifestar a minha profunda surpresa e estranheza por não haver uma única palavra, hoje, por parte das bancadas da oposição relativamente a esta informação que aqui estamos a dizer. Honestamente, entendo isto como uma falta de algum respeito, até, por aquilo que os números aqui apresentados representam para Oliveira de Azeméis e para os oliveirenses. Eu admitiria até que, por ventura, a mensagem de hoje fosse: A Câmara Municipal atuou mal porque foi além da Troika, porque está a superar os objetivos que estavam estabelecidos, está a ser austera do que aquilo que era a austeridade requerida. Mas que fosse dito alguma coisa. Porque de facto este silêncio, para mim, foi incomodativo. Obrigado.*=====

===== *A Assembleia apreciou o referido documento.*=====

===== **Ponto cinco:** *Prorrogação de prazo de autorização de abertura dos procedimentos concursais em curso – Aprovação;*=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Por deliberação proferida pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de 27.08.2015 e 07.09.2015 respetivamente, foi aprovada a abertura de procedimento concursal comum por tempo indeterminado, nos termos do artigo 33º do anexo da Lei n.º35/2014, de 20 de junho, Decreto-Lei n.º209/2009, de 3 de setembro (posteriores alterações), conjugado com a Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro na redação dada pela Portaria n.º145-A/2011, de 6 de abril e artigo 47º da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro, com vista ao desempenho das Atribuições/Competências/Atividades prevista no Mapa de Pessoal, para o preenchimento dos seguintes postos de trabalho: **Referência A)** - 17 postos de trabalho de Assistente Operacional, com escolaridade obrigatória; para desempenhar funções no Gabinete de Apoio Socioeducativo da Divisão Municipal de Educação. **Referência B)** - 4 postos trabalho de Assistente Técnico/a, com 12º ano de escolaridade; para desempenhar funções na Atividade Administrativa na Gestão e Animação dos Equipamentos Socioculturais da Unidade Municipal do Desporto, Turismo Cultural, Juventude e Tempos Livres. **Referência C)** - 1 posto de trabalho de Assistente Operacional, com escolaridade obrigatória; para desempenhar funções na Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional nas Equipas Operativas de Asfaltos. **Referência D)** - 2 postos de trabalho de Assistente Operacional, com escolaridade obrigatória; para desempenhar funções na Divisão Municipal de Conservação e Gestão Operacional na Equipa SOS Cidade. **Referência E)** - 1 posto de trabalho de Técnico/a Superior - Licenciatura em Geografia; para desempenhar funções no Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e*

Cadastro da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente. Nestes recrutamentos, tendo em conta a impossibilidade de ocupar os postos de trabalho por trabalhadores/as com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e a urgência de contratação dos mesmos, e os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, serão admitidos/as trabalhadores/as que possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, bem como trabalhadores/as com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável, ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, sem prejuízo de, na graduação dos/as candidatos/as, serem respeitadas as regras consignadas no artigo 48º da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro, sendo o procedimento unitário. A abertura dos referidos procedimentos foi publicitada no Diário da República, 2ª série, n.º203 de 16 de outubro de 2015, no jornal de expansão nacional “Público” em 19.10.2015 e na bolsa de emprego público (BEP), através das ofertas de emprego OE201510/0336, OE201510/0337, OE201510/0338, OE201510/0339 e OE201510/0342, respetivamente. Ao nível de candidaturas, foram rececionadas 711 candidaturas distribuídas da seguinte forma: Referência A): 286 candidaturas Referência B) 324 candidaturas Referência C) 12 candidaturas Referência D) 22 candidaturas Referência E) 67 candidaturas Efetuada a análise das candidaturas, procedeu-se à exclusão dos candidatos e candidatas que não reuniam os requisitos constantes do aviso de abertura e efetuou-se a audiência prévia nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Terminado este prazo foram analisadas as reclamações/exposições apresentadas e procedeu-se à marcação das provas para os candidatos/as admitidos/as: Referência A) 270 candidaturas; Referência B) 298 candidaturas; Referência C) 9 candidaturas; Referência D) 19 candidaturas; Referência E) 56 candidaturas, Considerando: - O número elevado de candidatos e candidatas nas referências A) e B), a convocatória para a realização dos métodos de seleção foi efetuada através de publicação de aviso em Diário da República, nos termos do n.º1 do artigo 32º, conjugado com o disposto na alínea d), n.º3 do artigo 30º da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, marcando-se as provas para os dias 6 de fevereiro e 30 de janeiro respetivamente, na Escola Secundária Soares Basto; - Que relativamente à referência E) e de acordo com o ofício do Bastonário da Ordem dos Engenheiros foi efetuada reanálise às candidaturas apresentadas, tendo a prova sido marcada para o dia 27 de janeiro, no Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis; - A dificuldade em reunir em tempo útil com os membros de júri dos procedimentos identificados com as referências C) e D); - Que após realização das provas será efetuada a correção das mesmas e proceder-se-á à marcação do 2º método de seleção. Posteriormente será efetuada a lista ordenação dos/as candidatos/as e respetiva audiência prévia e análise de reclamações e finalmente homologação da lista de ordenação final; - Que a homologação da lista final deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data de deliberação de autorização, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada, de acordo com o n.º3, do artigo 64º Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), em vigor por força do

artigo 12º-H da Lei de Enquadramento Orçamental; - Por força dos factos e trâmites acima descritos, perspectiva-se e indica que não será possível a homologação das listas de classificação final dos procedimentos concursais em apreço ocorrer naquele prazo (6 meses). Assim, propõe-se: A prorrogação de prazo da deliberação de autorização da abertura dos referidos procedimentos concursais, por mais seis meses, com fundamento nos factos acima mencionados e ao abrigo do disposto no n.º3, do artigo 64º da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), considerando o artigo 12º-H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º41/2014, de 10 de julho, que foi mantido em vigor de acordo com o n.º2 do artigo 7º da Lei n.º151/2015, de 11 de setembro, determina a prorrogação da vigência da lei do Orçamento do Estado do ano anterior, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado. Submeta-se à Assembleia Municipal para devida autorização/aprovação.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Conforme é claro na proposta que foi aprovada em reunião da Câmara Municipal, tendo em conta os procedimentos concursais levados a curso e o volume de candidaturas para assistentes operacionais, para assistentes técnicos, para assistentes de equipamentos socioculturais, para assistentes operacionais no SOS Cidade, e, para um técnico superior licenciado em geografia, pelo número de candidaturas e de exames feitos é humanamente impossível cumprir os prazos que estavam estipulados. E, portanto, é a autorização da Assembleia Municipal para que o prazo possa ser um bocadinho maior para que o júri possa fazer a avaliação e depois possamos tranquilamente fazer o processo de contratação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade prorrogar o prazo de autorização de abertura dos procedimentos concursais em curso por mais seis meses.* =====

===== **Ponto seis:** *Passeio dos Idosos 2015 – Atribuição de apoio financeiro;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As anteriores deliberações do órgão executivo, no âmbito da concessão de apoio financeiro à realização do Passeio dos Idosos; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses*

próprio das populações” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” – al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do n.º 1 art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Os documentos remetidos pelas Juntas de Freguesia de Cesar; Cucujães; Macieira de Sarnes; São Martinho da Gândara, e Uniões de Freguesia de Oliveira de Azeméis e Pinheiro da Bemposta dentro do prazo estabelecido e satisfazendo os critérios, proponho: 1. Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2015, às Freguesias acima mencionadas, no total de € 15.200,00 (quinze mil duzentos euros), conforme discriminado no documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; Que o pagamento dos valores mencionados para cada Freguesia seja disponibilizado durante o mês de dezembro do ano em curso; Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromissos de fundo disponível n.ºs 4493, 4494, 4495, 4496, 4497,4498/2015 conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como sabem, há regulamento que as freguesias sabem e conhecem e que depois de um processo de validação e da apresentação dos documentos por parte das freguesias junto dos nossos serviços é aprovado em reunião de Câmara e tem que ser também aprovado em Assembleia Municipal. O que estamos aqui a propor à aprovação é para a Freguesia de Cucujães de 5.400,00€, Freguesia de S. Martinho da Gândara 1.090,00€, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul/ Ul/ Macinhata da Seixa e Madail 4.720,00€, Freguesia de Macieira de Sarnes 1.170,00€, União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca 1.530,00€, Freguesia de Cesar 1.290,00€: Dá um total de 15.200,00€ no apoio da Câmara Municipal, conforme o regulamento, ao passeio dos idosos que foram feitos pelas nossas freguesias. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António Cruz, do PSD, Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque e Carlos Silva – Presidente de Junta da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul/ Ul/ Macinhata da Seixa e Madail. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Cruz, do PSD. =====

===== O passeio sénior das freguesias, que o Município suporta economicamente, está enraizado em algumas, foi ensaio numa outra e esperamos que tenha a adesão das restantes. Mas a questão que queremos colocar prende-se com a igualdade de oportunidade: Nas

freguesias onde as Juntas não promovem esse convívio os seniores não têm acesso a esse miminho que a Câmara disponibiliza. Eu pergunto, ou perguntamos: Se não seria possível a realização desse convívio ou passeio sénior nas freguesias onde esse passeio não é promovido pelas Juntas ser promovido por uma outra entidade, seja uma associação, seja alguém que o possa fazer, uma vez que, as Juntas de Freguesia, ou não reúnem condições, ou acham que não o devem fazer? É essa a minha questão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas. Não estava inscrito para este momento, mas queria prestar aqui um esclarecimento: Não quer dizer que as freguesias que não vão receber a participação não façam passeios. Nós fazemos. E fazemos dois e correm sempre muito bem. Simplesmente, vou mudar de critério: Até agora achava que quem passeia devia pagar; E a nossa gente sabe disto; E já fazemos isto há oito, nove, ou dez anos e corre sempre bem. E as pessoas pagam e pagam a mais até, eles sabem que o passeio fica-nos por 6€ e eles pagam 10€, o passeio custa 10€ e eles pagam 15€. Tem sido o nosso critério e tem corrido bem. E é com esse dinheiro que a gente reforça a nossa Comissão Social de Freguesia. Não se admirem se daqui a algum tempo também aparecer aqui a pedir para a Junta de Freguesia de S. Roque. Pelo menos, agora, há critérios. Antigamente, não havia critérios, só havia uma freguesia ou duas que concorriam e depois apresentavam as contas à Câmara e a Câmara pagava e outros não sabiam. Agora, felizmente, há critérios. Se não concorro é por um critério nosso e nós achamos que não devíamos concorrer a este subsídio; Agora vamos começar a concorrer. Os passeios, penso que há mais freguesias que o fazem e simplesmente não se candidatam. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Carlos Silva – Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul/ Ul/ Macinhata da Seixa e Madail. =====

===== Boa noite. Só também um pequeno esclarecimento ao senhor Amaro: Isto não significa que as Juntas de Freguesia também não paguem o passeio e que os nossos idosos também não o paguem. Portanto, isto é uma parceria entre as três entidades. E acho que devia seguir o mesmo princípio. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

=====
 ===== *Dar nota do seguinte: Nós temos um Regulamento. E naturalmente quem organiza os passeios, nomeadamente as Juntas de Freguesia cumprem as regras do Regulamento - como disse o senhor Amaro; ou optam por outra metodologia. Agora, em quase todos há pagamento de parte, isto não é pagar as faturas todas dos autocarros, há uma comparticipação do próprio idoso, da Junta de Freguesia e a Câmara acrescenta uma verba. A questão que foi colocada pelo senhor Cruz é uma questão diferente, que eu acho que vale a pena e que merece reflexão, que é: Se bem interpretei a questão do senhor Cruz – Não vamos entrar em concorrência na freguesia da associação (A) com a Junta de Freguesia. Se fosse assim: Era quem é que nos levava mais longe; Quem é que tinha o melhor restaurante; Quem é que tinha a melhor oferta; Quem é que tinha o preço mais baixo. O que eu fiquei com a sensação do que o senhor Cruz disse foi: “ Nas freguesias onde a Junta de Freguesia não organiza este passeio se existia uma associação, uma IPSS, que queira organizar um passeio nestes moldes e se pode ter acesso, ou não, a este Regulamento?” Eu não tenho aqui o Regulamento. A Norma se calhar é restritiva e diz: “Juntas de Freguesia”. Se disser? Teremos de fazer uma adenda ou alteração ao Regulamento a dizer: “Juntas de Freguesia ou outros”. O que não queria aqui era criar nenhum sistema de concorrência dentro da freguesia. Senão, daqui a bocado, é quem é que organiza o melhor passeio do idoso para aquela freguesia. Mas que o Regulamento pudesse ter uma extensão e que não se circunscrevesse só as Juntas de Freguesia. Eu vou dizer a minha opinião: Preferencialmente a associação devia ir ter com a Junta de Freguesia e organizar o passeio em parceria. Mas, imagine que a Junta de Freguesia diz: “Eu não quero.” O senhor Amaro tinha uma metodologia: Fazia o passeio mas não queria os apoios; Agora quer. Pode haver uma Junta de freguesia, está no seu direito, a dizer: “Eu não quero fazer.” E os idosos daquela freguesia ficarem privados dessa situação (passeio). Não é abrir isto, mas é, a uma associação devidamente certificada e com trabalho feito e que possa fazer isso. Repito: Eu, não tenho aqui o Regulamento; Tenho dúvidas que o atual Regulamento permita mas estou aberto a poder alterar e isso terá que vir á Assembleia Municipal e, depois, nessa altura, discutiremos aqui o assunto. =====*

=====
 ===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

=====
 ===== **Ponto sete:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação Manuel Brandão, no âmbito da implementação/ desenvolvimento do projeto “Mais Perto de Si” – Aprovação; =====*

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que foi aprovado pelo Banco BPI, S.A., o Projeto “Mais Perto de Si ” no âmbito da candidatura ao Prémio BPI Seniores 2015, coordenado pela Fundação Manuel Brandão, entidade premiada; - que o Projeto em apreço é destinado a pessoas com 65 ou mais anos de idade, que tem como*

objetivo geral contribuir para a manutenção da autonomia da pessoa idosa no seu domicílio com dignidade e segurança, da freguesia da Vila de Cucujães, mas também do concelho de Oliveira de Azeméis. - O convite de parceria da entidade promotora à Câmara Municipal para colaborar na implementação/desenvolvimento do projeto na linha da divulgação do mesmo. - As atribuições dos Municípios, no domínio da Saúde, Ação Social e Promoção do desenvolvimento, alínea g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23 do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores alterações); - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, art.º 33 n.º 1, alínea u) do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores alterações). Propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo a celebrar com a Fundação Manuel Brandão, Instituição Particular de Solidariedade Social, da Freguesia de Cucujães (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com vista a definir os termos e condições da cooperação, no âmbito da implementação/desenvolvimento do Projeto “Mais Perto de Si”; Submeta-se à aprovação da Assembleia Municipal para os devidos efeitos, e ao abrigo da alínea h) do n.º 1 e k) do n.º 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é um protocolo entre a Fundação Manuel Brandão e a Câmara Municipal e é um projeto que é destinado às pessoas com 65 anos ou mais, e é para contribuir para a manutenção da autonomia das pessoas idosas que estão nos seus domicílios. Portanto há aqui um trabalho em comum que a Fundação Manuel Brandão propôs à Câmara Municipal. E a Câmara Municipal acha que é importante também nós assinarmos este protocolo e termos este protocolo com a Fundação Manuel Brandão de Cucujães. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo com a Fundação Manuel Brandão, no âmbito da implementação/ desenvolvimento do projeto “Mais Perto de Si”. =====

*===== **Ponto oito:** Protocolo celebrado com a RefCast- Associação Portuguesa da Castanha – Ratificação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- A Vespa das galhas do Castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus* Yasumatsu) foi detetada pela*

primeira vez em Portugal, em finais de maio 2014, no Minho. - A implementação de medidas conducentes ao seu controlo, de acordo com o previsto no Plano de ação nacional para controlo do inseto Dryocosmus kuriphilus yasumatsu- Vespa das galhas do castanheiro, que integra uma Comissão Técnica, no momento presente, constituída pela DRAPN, DRAPC, DGAV, INIAV, ICNF, IPB, UTAD e RefCast, têm sido uma prioridade. - A dispersão da praga em Portugal é uma realidade prevendo-se, a todo o momento, o aparecimento de outros focos em novas regiões. - Os Municípios são um elo fundamental na promoção desenvolvimento regional e defesa das suas populações. - Constituem atribuições do Município, nomeadamente na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias bem como nos domínios do ambiente (art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea k) do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro); Assim, submete-se a ratificação o protocolo celebrado e assinado com a RefCast- Associação Portuguesa da Castanha, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com efeitos retroagidos à data de celebração do mesmo, ao abrigo do artigo 164º do CPA. Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal para os efeitos atrás referidos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Na reunião de Câmara também se falou sobre isso e se é que há, ou não, muitos castanheiros no Município de Oliveira de Azeméis? Há algumas freguesias onde há castanheiros. E há potenciais investidores nesta área agrícola do castanheiro. Mas, acima de tudo, é para estarmos preparados porque isto tem a ver com vespa das galhas dos castanheiros, por exemplo: na zona de Vale de Cambra e Arouca houve essa praga e portanto é para estarmos minimamente preparados no caso de haver em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o protocolo celebrado com a RefCast- Associação Portuguesa da Castanha.* =====

===== **Ponto nove:** *Adesão ao protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Fundação Calouste Gulbenkian, para desenvolvimento do “Projeto Desafio Gulbenkian - Não à Diabetes” – Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O empenho do Município de Oliveira de Azeméis na inclusão social, na promoção de atividades e projetos que contribuam para o desenvolvimento social, a nível local e nacional, privilegiando a*

linha da prevenção e promoção da qualidade de vida da população, a melhoria das condições de saúde e a maior opção por estilos de vida saudável, bem como, a dinamização de respostas adequadas às necessidades da comunidade; - Que a 20-11-2014 foi aprovado em Reunião de Câmara Municipal e a 28-11-2014, em Reunião de Assembleia Municipal, o protocolo de constituição da Comissão Municipal para a Promoção da Saúde, com o objetivo de elaborar e implementar o Plano Municipal de Promoção da Saúde 2015/2017; construir uma rede local de respostas integradas e complementares com parceiros públicos e privados e aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Que os Municípios dispõem de atribuições designadamente no domínio da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento [alínea g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; - Que a diabetes é hoje considerada pela Organização Mundial da Saúde como Pandemia do Séc. XXI, com previsões de poder atingir, nos próximos 20 anos, 20% da população mundial; - Que existem em Portugal mais de 1 milhão de pessoas com diabetes e mais de 2 milhões com pré-diabetes; - Que o Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes” tem como principais objetivos o rastreio, prevenção, diagnóstico e identificação de possíveis novos casos de pré-diabéticos e diabéticos, acompanhando e controlando o desenvolvimento da doença, e a educação da população no sentido da criação de hábitos mais saudáveis, com vista ao combate da Diabetes; - Que a ANMP assinou, a 7 de setembro de 2015, um Protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian no sentido de criar as condições para uma adequada divulgação do Projeto Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes” junto dos Municípios e, através deste, junto das populações; - Que a ANMP lançou o convite aos Municípios para aderir ao protocolo assinado com a Fundação Calouste Gulbenkian para o desenvolvimento de programas conjuntos entre os municípios, unidades de saúde, instituições locais e população, enquadrados no Projeto Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes”; - As atribuições dos Municípios no desenvolvimento e consolidação de programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades consignadas pelos art.ºs 13º e 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conjugado com o art.º 64º, n.º 4º, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – Que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa ou outras de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção da doença; - Ao abrigo da alínea g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23º e alínea r) e u) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores alterações), propõe-se a adesão ao Protocolo entre a ANMP e a Fundação Calouste Gulbenkian e o compromisso que daí resulta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, para desenvolvimento do Projeto Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes”, incorporando-se as medidas e ações previstas nos planos de ação da Divisão Municipal de Ação Social. Submeta-se à aprovação da Assembleia Municipal para os devidos efeitos, e ao abrigo da alínea h) do n.º 1, e k) do n.º 2, do art.º 25º, do Anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A Diabetes é um problema que afeta hoje a população portuguesa de forma tremenda e preocupante relativamente ao futuro. A Associação Nacional de Municípios recomendou a todos os municípios que assinassem este protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian para sensibilizarmos e criarmos ações que impeçam o aumento desta tremenda doença que afeta cada vez mais pessoas no nosso país e que tem a ver com os hábitos de vida que nós temos como o stress e muitas outras coisas; mas isso não me compete a mim dizer. Mas, dizer que, a recomendação foi feita pela Associação Nacional de Municípios e nós achamos também importante associarmo-nos a esta luta contra a diabetes.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adesão do município ao protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Fundação Calouste Gulbenkian, para desenvolvimento do “Projeto Desafio Gulbenkian - Não à Diabetes”.* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de parceria a celebrar com o Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE.Porto) – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
- A Educação-Ação para o Desenvolvimento Sustentável continua a ser um desafio essencial no atual contexto global, nacional e regional, sendo um investimento necessário para dotar os indivíduos e instituições com conhecimento, competências e um elevado nível de sensibilidade que permitam operar mudanças conducentes a uma maior sustentabilidade ambiental, social e económica. - A 27 de abril de 2009 foi subscrito, por várias entidades, um Acordo de Parceria cujo objeto era o de constituir o Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (designado por CRE-Porto) que tem por missão e objeto principal contribuir para que a Área Metropolitana do Porto se afirme como uma Região da Educação para o Desenvolvimento Sustentável através da implementação de uma rede de colaboração baseada num modelo de cooperação entre as entidades públicas e privadas que permita desenvolver projetos de educação-ação de escala metropolitana que contribuam para a melhoria da sustentabilidade ambiental, social e económica da região através da valorização do capital humano e natural, da criação de sinergias, da investigação, da inovação social e da promoção da informação, formação e participação dos cidadãos. - O CRE-Porto é uma marca que representa uma parceria de entidades e apresenta uma grande

relevância no contexto da região, do país e do mundo pela sua profícua articulação entre Parceiros e pelo valor das iniciativas e resultados atingidos, destacando-se o “FUTURO – projeto das 100.000 árvores” na Área Metropolitana do Porto e os Roteiros dos Embaixadores, projetos que revelam o potencial natural, institucional e humano da região. - A UCP (Universidade Católica do Porto), como entidade na qual os restantes Parceiros depositaram a responsabilidade de coordenar a rede (e a marca), gerir recursos e executar iniciativas em parceria com os restantes membros, tem desempenhado um relevante papel na promoção da colaboração e cocriação entre as distintas instituições, na criação de sinergias, na valorização dos recursos ativos da região, na promoção de iniciativas de educação-ação para a sustentabilidade e na angariação de novos recursos. - O Acordo de Parceria que instituiu o CRE-Porto em 2009 foi revisto e adaptado à presente realidade da rede de entidades comprometidas com a sustentabilidade no território da Área Metropolitana do Porto. - Os municípios dispõem de atribuições nos domínios da educação, ambiente e saneamento básico art.º 23.º n.º 2 alíneas d) e K) do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Considerando ainda o interesse público em conformidade com os fundamentos acima referidos e nos termos do acordo de parceria, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: Ao abrigo do art.º 33º, nº 1, alíneas u) e ccc, conjugado com o artigo 25º nº 2 al. K), do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro: - A aprovação do referido acordo de parceria; - A autorização de compromissos plurianuais para efeitos da Lei 8/2012 e respetivas alterações, com um valor de contribuição anual de € 2.700, sem prejuízo da sua revisão, nos termos do artigo 16º nºs 3 e 4 do referido acordo, com efeitos retroagidos ao ano de 2015; - Remeta-se à Assembleia Municipal para a devida aprovação e autorização. A presente despesa tem cabimento e compromisso orçamental, correspondendo o CFD nº 661/2016.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

==== É um protocolo metropolitano com as câmaras municipais e tem a ver com a plantação de árvores. Como viram todos os municípios da Área Metropolitana do Porto aceitaram este desafio. E nós também mas, para isso, carece de aprovação na Assembleia Municipal.=====

==== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

==== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de parceria com Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE.Porto). =====

===== **Ponto onze:** *Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com as Freguesias/ União de Freguesias para o desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar e gestão dos refeitórios escolares do 1.º ciclo – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Município, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio da Educação e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias em matéria de ação social escolar, designadamente alimentação e atividades de animação e de apoio à família, conforme estabelecido na alínea e hh) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, bem como no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, do Ministério da Educação e suas posteriores alterações e do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, igualmente do Ministério da Educação; - Que da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa (CFD N.º 4483;4484;4486;4487;4488;4489;4490;4491;4492/2015), bem como relativamente à assunção de compromissos plurianuais, no respeito pelo estabelecido na alínea c) do n.º 1, do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mediante a respetiva prévia autorização pela Assembleia Municipal; - O teor do Parecer Jurídico da Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso de 29/08/2014 - I/65611/2014; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com as Freguesias/União de Freguesias deste município, nos termos e condições ali estabelecidas; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto era uma matéria que preocupava e de que maneira os presidentes de Junta, não é? Porque havia que fazer face a despesas, eles tinham essas despesas, e tardava em saber qual é que eram os montantes. Nós estivemos a trabalhar com o Ministério da Educação (DGEstE) e estamos a falar de uma verba 117.882,00€ nos acordos de cooperação mais 59.028,56€ nas refeições do 1º ciclo do ensino básico. E portanto é isso que nós aprovamos hoje, já aprovamos em reunião de Câmara, em Assembleia Municipal.* =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== É assim: - Eu manifestei vontade e votar contra neste ponto. Não o vou fazer e vou votar favoravelmente, particularmente a tabela anexa tendo em conta a reunião havida no passado dia 22 de dezembro com o senhor vereador Isidro Figueiredo e as Juntas/União de Freguesias interessadas: Pinheiro da Bemposta/ Travanca/Palmaz; Nogueira do Cravo/Pindelo; S. Roque; Cesar; Ossela e Oliveira de Azeméis. Na verdade, este contrato, particularmente a tabela, é inaceitável para as freguesias que desde 2002 vêm subscrevendo e renovando este protocolo. Segundo a Lei 75/2013, continua sendo uma competência própria da Câmara Municipal a ação social escolar e a componente de apoio à família podendo ser delegada nas freguesias mediante correspondente transferência mensal. O protocolo original (2002) que motivou, e bem, as Juntas de Freguesia esclarecia na sua cláusula 3ª “ ... que esta transferência não fica dependente nem condicionada ao recebimento por parte da Câmara Municipal das verbas a pagar pela DREN. Pelo que a primeira outorgante (Câmara Municipal) procederá mensalmente à entrega dos correspondentes valores às segundas outorgantes (Juntas de Freguesia) que, com vista a assegurar o adequado atendimento às crianças em idade pré-escolar e apoio às famílias (cláusula primeira), obviamente contrataram recursos humanos que não podem ser simplesmente descartados com um simples revogar dos protocolos.” Há responsabilidade e compromissos assumidos. Acresce que só no final do primeiro período fomos confrontados com esta tabela. Desconhecíamos a mudança de critérios que deixa de ter em conta o número de salas para ter só em conta o número de alunos. Nem as Juntas de Freguesia, nem os Agrupamentos de Escola que organizam as turmas trabalharam com estes novos critérios. Este serviço prestado pela Junta de Freguesia em três salas, com três funcionárias, tem um custo de 33.600,00€. Sempre recebemos da Câmara Municipal para participação nestes custos 23.304,00€. Para este ano, contudo, fomos surpreendidos e propõem-nos, simplesmente, 14.314,00€. – Não pode ser. Nos anos transatos era à volta de 10.000,00€ que a gente ia suportando; Agora perto de 20.000,00€ não suportamos. Se investimos naquilo que não é da nossa competência vai nos faltar para as nossas competências. Isto é uma forma também de ajudar a pagar a dívida. Mas acho também que não é isso que a Câmara quer. Assim, estando a Câmara Municipal e o Gabinete da Educação empenhados em resolver este desajustamento, venho propor que (depois de feitas as continhas): - A Câmara Municipal conforme é da sua responsabilidade e competência assegure o pagamento integral das despesas com a componente de apoio à família e o prolongamento de horário; - Ou, no mínimo, que assegure pelos valores protocolados em anos anteriores considerando que não deu conta das alterações em tempo útil para que as Juntas de Freguesia e os Agrupamentos ajustassem o serviço - Nós não tínhamos

necessariamente três salas a funcionar se tivéssemos sido avisados; - Este pagamento que as Juntas de Freguesia já estão a suportar desde setembro de 2015 seja repostado até ao final do ano letivo de 2015/2016; - Entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia encontremos, desde já, uma solução justa para os próximos anos. Doutra modo, qualquer cooperação com a Câmara Municipal está posta em risco pois, à primeira dificuldade, o elo mais fraco que são Juntas de Freguesia saem sempre a perder. Aproximar a Educação, Senhor Presidente, senhor vereador, é também resolver estes problemas. Obrigada. =====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== É verdade. Senhor Amaro é verdade que o Aproximar a Educação é resolver problemas. E é a Câmara Municipal a resolver os problemas. Como sabe, nós sempre aqui assumimos, nós agora não nos íamos aqui desculpar com o Ministério da Educação e com a Rua 5 de Outubro. A responsabilidade agora é em primeiro lugar do professor Isidro Figueiredo e em segundo lugar minha. E nós cá estamos para assumir as nossas responsabilidades. Agora, o que nós não queríamos é que as Juntas de Freguesia ficassem, ainda, a sofrer mais tempo sem fazer os ajustamentos. Então, a opção foi a seguinte: - Pegar nos critérios da DGEstE e aplicar os critérios da DGEstE. Quem mudou os critérios não fomos nós. O senhor Amaro disse a DREN; Agora já não é DREN; Era o que estava, DREN, mas agora é DGEstE. Hoje é, amanhã não sei. Agora é uma Direção Geral, acabou as Direções Regionais. Isto foi já aprovado em reunião de Câmara e vem à Assembleia Municipal que é para, – como diz o senhor Amaro -, os adiantamentos não se manterem. Para já, está isto assegurado. E fica o senhor Amaro a saber que, em princípio, na próxima reunião de Câmara, que será agendada segunda-feira, se na segunda-feira o senhor vereador Isidro Figueiredo conseguir o comprovativo financeiro (como sabe agora a lei dos compromissos) o CFD disponível e nós tivermos o dinheiro: O Aproximar a Educação vai, uma vez mais, resolver um problema que é a Câmara Municipal vai protocolar com a Junta de Freguesia aquilo que falta para poder fazer cumprir quer a componente de apoio à família, quer o apoio que a Junta de Freguesia presta nesta questão da educação. Senhor Amaro esteja tranquilo, pode votar a favor neste. E, seguramente, numa próxima Assembleia Municipal, votará outro, irá ali ao palco dizer: Sim senhor - Aproximar a Educação, tinha tantas dúvidas e estou cada vez mais a perder as dúvidas mas ainda tenho algumas (você tem sempre algumas); Mas, depois, há-de chegar ao fim e dizer: - Sim senhor - Valeu a pena. Está bem? Portanto esteja à vontade que isso vai ser acertado na próxima reunião de Câmara. =

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências com as Freguesias/ União de Freguesias

para o desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar e gestão dos refeitórios escolares do 1.º ciclo. =====

*===== **Ponto doze:** Contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito da candidatura, ao abrigo da ADRITEM, “Refuncionalização da Escola de Vilarinho de S. Luiz – Palmaz” – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Uniãos de Freguesias dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da União Freguesias Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, de 05 de dezembro de 2015, com o assunto “Pedido de Participação para Refuncionalização da Escola de Vilarinho de S. Luis - Palmaz”; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - O estatuído e ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro: “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”; Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 902/2016, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Em face do exposto, propõe-se: A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, nos termos e condições ali estabelecidas, - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu quase que me atrevia, se o Senhor Presidente aceitasse, mesmo que se possa fazer a votação separada, fazermos a discussão conjunta do ponto doze e treze, porque estamos a falar da mesma infraestrutura que é a Escola de Vilarinho. Se calhar até devia ser primeiro o ponto treze que era a parceria e depois o apoio. Basicamente, como sabem, a Escola de Vilarinho era uma escola que estava abandonada, completamente desativada. E a Associação de Tradições de Vilarinho e a Junta de Freguesia de Palmaz, num a primeira fase, e agora a Junta de Freguesia da União de Freguesias, tem um protocolo de funcionamento com esta Associação

com a Câmara Municipal onde esta escola, que foi totalmente requalificada, deixou de estar na área da educação e passou para a área do associativismo. E, portanto, também, como todos os projetos ADRITEM tiveram a comparticipação de 20% da Câmara Municipal, neste, já está concluído, já foi inaugurado, ainda falta ser aprovado os 20% de comparticipação. Estamos a falar de um investimento de: Camara Municipal – 7.463. 18€ - corresponde a 20% do investimento aprovado na requalificação e na refuncionalização pela ADRITEM que foi de 37.315,91€. O outro ponto é articulação entre a Associação, a Junta de Freguesia, e a Câmara Municipal para boa ocupação do espaço. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Armindo Nunes – Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Armindo Nunes – Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca. =====

===== Não vou ocupar muito tempo nesta Assembleia porque o tempo já vai longo, mas apenas dizer aquilo que eu penso que é devido quando as situações o justificam. E eram apenas duas notas: A primeira é para evidenciar o resultado que se consegue para benefício das populações quando se articulam as boas vontades, quando se articula o trabalho, quando se articula objetivos. Nós temos na minha Freguesia várias situações em que houve um casamento feliz entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, as Associações e, na maioria dos casos, da ADRITEM, são exemplos disso: Requalificação do edifício da Banda de Música; esta requalificação da Escola de Vilarinho de S. Luís; Comissão de Melhoramentos de Palmaz na Escola Soares de Basto; Centro Social Paroquial do Pinheiro da Bemposta; Percursos pedestres que temos e foram promovidos por uma Associação – Figueiredo de Rey. Portanto, dizer que, é bom para as populações que a Câmara apoie estas iniciativas, reconheço que tem de ser as Freguesias também a promove-las. Mas confiem em nós, confiem nas associações porque quando nos unimos, quando nós temos esse objetivo comum nós fazemos obra e a obra está à vista nestes exemplos que referi. E queria também, por elementar justiça, dizer que encontrei da parte da Câmara Municipal neste caso particular da recuperação da Escola de Vilarinho de S. Luís, (que está entregue – como foi referido – à Associação Tradições de S. Luís, a disponibilidade que encontrei no dialogo, naquele dialogo que dá gosto trabalhar: Em que somos ouvidos; Em que encontramos respostas para as questões que colocamos. Eu tenho de dizer que neste caso, como em vários outros, eu encontrei uma total disponibilidade, uma total parceria e colaboração da parte da Câmara, no seu todo, mas, em particular do senhor vereador Isidro Figueiredo a quem aproveito para agradecer publicamente essa colaboração esse trabalho, esse apoio. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito da candidatura, ao abrigo da ADRITEM, “Refuncionalização da Escola de Vilarinho de S. Luiz – Palmaz”. =====

===== **Ponto treze:** Protocolo de parceria celebrado com a Junta de Freguesia de Palmaz e a Associação “Tradições de S. Luís” – Ratificação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que os responsáveis da Associação “Tradições de S. Luís”, sita em Vilarinho de S. Luís, freguesia de Palmaz, solicitaram a cedência do edifício da Escola de Vilarinho de S. Luís, para aí desenvolverem atividades, contribuindo para o melhoramento dos tempos livres dos associados promovendo iniciativas nas áreas educativa, recreativa, social e económica; - Que um dos objetivos principais da Associação é de minimizar os efeitos da desertificação, contribuindo para a animação cultural e social dos seus associados e outros, facilitando-lhes o acesso a eventos de cariz popular; - Que posteriormente a Junta de Freguesia de Palmaz apresentou uma candidatura ao Proder/ Adritem ação 3.2.1/2013 - “Refuncionalização da Escola de Vilarinho de S. Luís- Palmaz”, para intervenção no edifício e respetivo logradouro, tendo sido celebrado protocolo de parceria entre o Município a Junta de Freguesia e a Associação “Tradições de S. Luís”, através do qual o Município assegurava o financiamento de € 22.389,55, ou seja, 60% do custo não elegível; Assim ao abrigo dos artigos 156º e 164º do Código do Procedimento Administrativo, propõe-se: - A ratificação do protocolo (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), celebrado entre o Município, Junta de Freguesia de Palmaz e a “Associação - Tradições de S. Luís”, com efeitos reportados à data da sua assinatura;- Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal para os efeitos atrás indicados.” =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o protocolo de parceria celebrado com a Junta de Freguesia de Palmaz e a Associação “Tradições de S. Luís”. =====

===== **Ponto catorze:** Adenda ao acordo de execução celebrado com a freguesia de Carregosa – Aprovação e autorização de assunção de compromissos plurianuais; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 22 de dezembro de 2014, foram celebrados Acordos de Execução, com vista à concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis na Junta de Freguesia de Carregosa, respeitando os princípios da Igualdade, Não

discriminação, bem como da Estabilidade, da Prossecução do interesse público, da Continuidade da prestação do serviço público e da Necessidade e suficiência dos recursos; - O teor do e-mail enviado pela: Junta de Freguesia de Carregosa, a solicitar a alteração do Acordo de Execução, nos termos e fundamentos neles constantes (E/34692/2015); - O disposto na cláusula 28ª do referido Acordo de Execução, conjugado com o disposto no art.º 120º, n.º2, 121º e 133º, n.º2 do Anexo I, à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; - Os procedimentos pré contratuais de negociação individual de 30 de novembro de 2015, com a referida Junta de Freguesia; - Que os encargos resultantes da adenda ao Acordo de Execução estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 890 e 891/2016, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (e posteriores alterações), e art.º12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mediante a prévia autorização pela Assembleia Municipal; Propõe-se: - A aprovação da minuta de Adenda ao Acordo de Execução (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e condições ali estabelecidas; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º1 do art.º 25º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e ainda para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos do regime legal atrás referido.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como sabem a opção da relação entre a Câmara e as Juntas De Freguesia nos acordos de execução na contribuição em espécie de 250€ por funcionário, portanto: se tiver funcionário não tem 250€, se não tiver funcionário recebe 250€. Em Carregosa aconteceu uma situação: o funcionário da Câmara que estava na Junta de Freguesia entrou de baixa, estava impossibilitado; nós (Câmara) não tivemos oportunidade de repor esse funcionário e portanto estamos a contratualizar os 250€, que são válidos para todas as Juntas de Freguesia que é o nosso contributo para a questão do valor – funcionário, portanto, para repor a ausência doo funcionário na Junta de Freguesia.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração da adenda referida em epígrafe, bem como a autorizar a assunção de compromissos plurianuais.* =====

===== **Ponto quinze:** *Contrato interadministrativo de cooperação financeira a celebrar com a com freguesia de Cesar, no âmbito das atividades desenvolvidas na Casa de Leitura – Aprovação;* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - O teor dos Emails da Freguesia de Cesar, de 28 de janeiro de 2016, e 05 de fevereiro de 2016, com o assunto “Projeto Casa de Leitura, sita na Praça da Liberdade em Cesar”; - A competência atribuída à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Os princípios instituídos como base de atuação da administração autárquica no âmbito da promoção e desenvolvimento social; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho; Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas; Em face do exposto, propõe-se: A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Freguesia de Cesar, nos termos e condições ali estabelecidas, - A autorizar os compromissos plurianuais para efeitos da Lei n.º 8/2012 - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1058/2016, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Nós estamos a falar de uma comparticipação financeira de 8.000,00€ à Junta de Freguesia de Cesar na sequência de uma solicitação que nos foi feita tendo em conta a atividade que é desenvolvida na Casa de Leitura de Cesar e os encargos que a Junta de Freguesia tem com esta infraestrutura. Naturalmente, que, e como tem sido habitual, nós estamos sempre na Câmara Municipal disponíveis para equacionar estas situações, desde que devidamente justificadas e devidamente enquadradas como é o caso desta da Junta de Freguesia de Cesar. A Casa de Leitura foi uma obra também financiada pela ADRITEM, está no centro da Vila de Cesar, está ao serviço da comunidade, está aberta todo dia, tem naturalmente custos de funcionamento que a Junta de Freguesia não consegue, tendo em conta os poucos recursos,*

cumprir. E, para isso, apresentou um projeto e um pedido À Câmara Municipal e a Câmara Municipal decidiu atribuir estes 8.000,00€ para fazer face, (não é para pagar na totalidade), às despesas da Casa de Leitura. Mas é o contributo da Câmara Municipal indo ao encontro das expectativas da Junta de Freguesia de Cesar. Naturalmente, queria desde já dizer, que casos semelhantes a este que possam existir em outras freguesias nós estamos disponíveis para os equacionar e procurar encontrar uma solução semelhante a esta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato interadministrativo de cooperação financeira referido em epígrafe. =====

*===== **Ponto dezasseis:** Retificação do valor a transferir para a Junta de Freguesia de Ossela (Acordo de cooperação – Prolongamento) – Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- De acordo com os dados recolhidos, a partir de janeiro de 2015, foram 34 crianças a usufruir do serviço de prolongamento, o que correspondente a duas salas; - De acordo com o deliberado em 22/09/2014, constava apenas 1 sala de prolongamento, a que corresponde o valor de € 706,21 a transferir mensalmente; - Esta alteração foi enviada à DGEstE-DSRN, que procedeu à aprovação da 2ª sala e transferência das verbas, de acordo com a atualização dos dados com o número de alunos; Assim, existe um valor diferencial de 706,21€ mensais pelo que se torna necessário proceder à respetiva retificação. Assim, propõe-se: A retificação e o respetivo pagamento das verbas em atraso à junta de freguesia de Ossela, num total de 4.943,47€, desde janeiro a Julho de 2015, a que corresponde o CFD nº 4590/2015.” =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de uma retificação tendo em conta as salas que estavam destinadas de prolongamento na freguesia de Ossela. Portanto, inicialmente estava previsto uma sala, estando previsto uma sala foi feito um protocolo com a Junta de Freguesia, depois decidiu-se pela abertura da segunda sala e estamos a fazer face a essa abertura da segunda sala. Para cumprir com aquilo que está devidamente protocolado acontece que, a segunda sala está em funcionamento mas não tem a respetiva contrapartida financeira. Basicamente, é isso que estamos a fazer neste momento neste ponto, é acrescentar mais uma sala ao protocolo que temos com a Junta de Freguesia e pagar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** Minuta de transação para término do litígio que corre nos termos da 2.ª Secção Cível-J2 da Instância Central de Santa Maria da Feira do Tribunal da Comarca de Aveiro, sob o proc. N.º 2340/12.7 TBOAZ, em que são partes, como AA Manuel António Alegria Garcia Aguiar e Outros e R. o Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação;

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O teor da informação do Consultor Jurídico da Câmara Municipal Oliveira de Azeméis, de 14/12/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, referente ao assunto em epígrafe; - A minuta de transação anexa à referida informação jurídica; - Que se nos afigura razoável e equitativo o valor acordado, que até é inferior ao valor inicialmente proposto pela Câmara Municipal em 09/10/2009, - Que a presente despesa tem cabimento e compromisso orçamental, correspondendo ainda o CFD n.º 719 /2016. Propõe-se: - A aprovação da minuta de transação, documento este que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos dela constantes, e, Em consequência, - O pagamento pelo MOA da quantia de 518.937.70€ (quinhentos e dezoito mil, novecentos e trinta e sete euros e setenta cêntimos) a título de compensação devida pela ocupação e aquisição da área de 3226 m2, necessária para a abertura e construção da Av. D. Maria, na cidade de Oliveira de Azeméis, a retirar dos prédios de que são proprietários Manuel António Alegria Garcia de Aguiar e Outros, melhor identificados na minuta de transação que se junta e dá por integralmente reproduzida; - Que a referida quantia seja paga em 48 prestações mensais e sucessivas de 10,810.00€ (dez mil oitocentos e dez euros), a vencer-se no dia 10 de cada mês, a 1ª no mês seguinte ao mês da obtenção do visto do Tribunal de Contas, se este for obtido depois desse dia; - Que se autorize os compromissos plurianuais resultantes da aprovação antecedente para efeitos da Lei n.º 8/2012; - A submissão da referida proposta/aprovação à Assembleia Municipal para as respetivas autorizações/aprovações; - Em caso de aprovação, a remessa da proposta ao Tribunal de Contas para obtenção do respetivo visto.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Dizer que, depois de aprovado em sede de Assembleia Municipal, teremos que efetuar dois atos, já na próxima segunda-feira: Um deles - é comunicar ao senhor Juiz a aprovação em sede de Assembleia Municipal; O segundo - é enviar o processo para o Tribunal de Contas. Portanto, nós assumimos um compromisso com o senhor Juiz de resolvermos esta

situação em sede de Assembleia Municipal; O senhor doutor Juiz tinha dito que queria isto resolvido até ao final do mês de janeiro. Nós dissemos-lhe que: - se podia ter um bocadinho condescendência de poder deixar que isto fosse aprovado e discutido na Assembleia Municipal Ordinária de fevereiro, – ao qual o senhor doutor Juiz aceitou. Portanto, nós estamos a falar de parte do terreno onde passa a Avenida D. Maria I. Ela já está feita há muitos anos, já tem muitos milhares de quilómetros em cima mas parte do terreno ainda não está pago. Que fique claro que na construção da via não houve nenhuma ocupação abusiva, foi sempre feita de acordo com os proprietários que, no início, tinham uma opção que era de poderem ter autorização de construir à face da Avenida D. Maria I. Portanto, o preço nunca foi acordado entre a Câmara Municipal e os proprietários. Os proprietários deixaram construir a estrada. Desenvolveram um projeto para construção em volta da estrada mas, mais tarde, decidiram que não estavam vocacionados para investimentos imobiliários e contactaram a Câmara no sentido de se fazer o negócio. O assunto não foi resolvido entre a Câmara Municipal e os proprietários por falta de entendimento nas verbas a pagar. Ou seja, isto é sempre a mesma questão: Quem tem um terreno: acha sempre que o terreno vale muito; Quem está a comprar: quer sempre comprar por um preço mais baixo. O que se passou nesta situação foi: Há um pedido dos proprietários do terreno com um valor que chegou aos 957.500, 00€; Depois, de negociação, de peritagens, há uma peritagem feita pelo Tribunal, há uma peritagem feita pela Câmara Municipal, há também o pedido dos proprietários – como disse – de 957.500,00€ e, depois, há uma proposta do senhor doutor Juiz que propõe o valor que está hoje em cima da mesa – 518.937,00€. Portanto, com base nas peritagens que foram feitas o Juiz determina este valor. Nós já aprovamos este valor em reunião de Câmara. Portanto, não duvida nenhuma que a estrada está lá e que os terrenos não foram pagos. Eu fiz este esclarecimento porque, às vezes, pode haver a ideia que houve uma entrada abusiva nos terrenos e dizer: - Vamos fazer. Isso não aconteceu. Houve a cooperação, na altura, dos proprietários dos terrenos, como há agora. E naturalmente que precisa de ser aprovado em sede de Assembleia Municipal. Nós já mostramos que temos capacidade financeira para o fazer. Teremos de mostrar ao Tribunal de Contas também que assim é, para recolhermos o visto do Tribunal de Contas. E só assim é que tem efeito esta questão. Isto é mais um passo burocrático: Depois da reunião de Câmara é a Assembleia Municipal; Vai a Tribunal de Contas e só depois então é que.... Como sabem, está tipificado as prestações e os anos a pagar - está na posse dos senhores deputados esses elementos. Portanto, basicamente, era esta explicação e para que todos percebam do que é que estamos a falar. Muito obrigado.=====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Carlos Afonso, do PS e António Rosa, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS. =====

=====
 ===== Ao olhar para este ponto da ordem de trabalhos fiquei estupefacto porque, analisando a informação jurídica, contata-se que estamos perante uma ocupação pelo Município de Terrenos privados desde 1998 e que só em 2016 se vai iniciar a sua resolução. Passado 18 anos, é apresentada uma solução que colocará fim a mais uma trapalhada, criada por um executivo PSD, que infelizmente é apenas mais uma que se junta a um extenso rol. Mais vale tarde do que nunca. E, por isso, o Partido Socialista não está contra a solução do problema. O que o Partido Socialista e os oliveirenses não entendem é: como é que é possível que este problema tenha passado por 4 mandatos camarários sem que tenha sido pago aos proprietários os bens de que a Autarquia se apropriou? Este comportamento é uma demonstração clara de má gestão e irresponsabilidade e não são estes tipos de práticas que devem nortear a conduta de um Município e nem é assim que os oliveirenses querem que o seu Município se comporte perante as suas responsabilidades. É lamentável que sistematicamente os oliveirenses e esta Assembleia sejam confrontados com atitudes que desprestigiam o bom nome do nosso Município. A confirmar esta afirmação basta rever a informação constante do ponto um da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, para se ver a quantidade de processos instaurados contra o Município por ocupação ilegal dos terrenos, em particular, para a construção da Via do Nordeste e de outros. Para além disso, estas sistemáticas más notícias com que vamos sendo confrontados revelam que, afinal, a dívida criada pela má gestão PSD e que ainda hoje andamos a pagar com elevados custos para a nossa capacidade de endividamento e desenvolvimento não estava rigorosamente apurada. Resolva-se o problema nos termos propostos e assumamos, de uma vez por todas, um comportamento correto e digno no relacionamento com terceiros que nos devem merecer, sempre, todo o respeito e consideração. O Partido Socialista lamenta o laxismo deste processo e uma conduta impropria de um município de bem. =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

=====
 ===== Senhor Presidente: Eu creio que entendi bem. E por isso, gostava, na minha intervenção curta, de algum modo fazer eco daquilo que foi a explicação do Senhor Presidente para entender, se entendi. Porque, na verdade, foi aqui apelidado de uma trapalhada, o processo. E, honestamente, eu creio que a verdade que nós é transmitida revela um processo que não é normal. Aliás, se fosse normal não viria aqui neste contexto. Mas, no entanto, tem um enquadramento: Houve efetivamente um acordo entre o Município e os proprietários; Esse acordo, entre outros, permitiu a construção da Avenida D. Maria, que é tão só uma das primeiras grandes vias instaladas em Oliveira de Azeméis, que rasgou e alterou radicalmente toda aquela face a sul da cidade. E portanto este é um processo que se enquadra nesse processo. E dizia eu: Houve um acordo, inicial, consentido por parte dos proprietários e acordado entre proprietários e Município; E, efetivamente, ao longo do processo e para sua concretização

houve alteração das premissas. E, aqui, eu interrogo-me: – Se por ventura este processo, que é de 1998, tivesse tido a aceitação do Município em 2000, ou em 2001, ou em 2002, quando foi colocada a questão por parte dos proprietários, provavelmente, ter-se-ia dito na altura que era negócio ruinoso aceite pelo Município. Como o Município contrapôs e não aceitou esta proposta e ela seguiu o processo normal em Tribunal; A questão: É que se trata de uma trapalhada. Cremos, sinceramente, pela explicação que é dada e pela informação que nos é facultada, que esta solução, aliás, que todo este processo obviamente revela que em Oliveira de Azeméis também há proprietários que também estão disponíveis para permitir e facilitar o desenvolvimento do Município, neste caso da cidade. Mas revela também que há uma solução equilibrada e que permitirá que o processo não tenha que continuar em tribunal e, obviamente, que fique resolvida esta questão. O facto de o Município encaixar isto na sua capacidade financeira e poder assegurar a concretização desta operação, neste momento é um detalhe.===

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente é factual, nós temos uma informação jurídica e temos que a ler toda, naturalmente. Não podemos ser seletivos na leitura, não é? Os proprietários concordaram e autorizaram a Câmara a ocupar aquela parcela e, desde então ocorreram negociações entre os proprietários e a Câmara, com vista ao pagamento pela Câmara de uma compensação pela área ocupada. No momento inicial os proprietários aventaram a hipótese de a compensação pela ocupação da parcela ser efetuada no âmbito de um processo de licenciamento que iam apresentar e que aguardavam que fosse deferido. Hipótese essa que não se verificou. Faltou dizer que a Câmara Municipal, em 2009, apresentou aos proprietários dos terrenos uma proposta para pagar os terrenos por 585.000,00€. E que os proprietários, legitimamente, não aceitaram. Portanto, não se anda há 18 anos. Em 2009, a Câmara Municipal escreveu e disse: - Nós estamos disponíveis a pagar 585.000,00€, com base nas avaliações que foram feitas. E o proprietário manteve a questão de querer 957.500,00€. Era legítimo da parte dele, era o que ele achava que era o valor justo. Perante esta situação, foi feita uma peritagem pelo Município, foi feita uma peritagem pelo Tribunal; E o Juiz disse – paga-se X. O X é o que estamos aqui a falar. Ouça: Senhor deputado Carlos Afonso, o que o Juiz manda pagar ainda é menos do que o que a Câmara Municipal em 2009 aceitava pagar ao proprietário. Ouça: Aqui não há trapalhada nenhuma. Aqui há esta situação que estamos a resolver. E nós ainda há bocadinho tivemos conhecimento que a Dívida do Município em 2015 ficou pelos 26 milhões de euros, abaixo do Plano de Saneamento Financeiro. Significa isso que, nós agora vamos ter de mostrar ao Tribunal de Contas que temos capacidade financeira para fazer face a esta decisão que vamos ter de aprovar hoje aqui. O Tribunal de Contas vai ter que apreciar para dar visto. E mais, senhor deputado Carlos Afonso o senhor acha que, se isto fosse a trapalhada que o senhor está a dizer, o proprietário ainda aceitava que o pagamento ainda fosse feito em 4 anos? O

proprietário aceita que, depois do visto do Tribunal de Contas, o pagamento seja feito em 4 anos. Ainda há gente boa, também, que deixa fazer a estrada. Uma estrada estruturante para o Município de Oliveira de Azeméis. Aguenta este tempo todo e aceita agora que se pague, depois do visto do Tribunal de Contas, durante 4 anos em pequenas prestações. Sendo certo que para a nossa dívida vai contar tudo no dia em que for aprovado o visto do Tribunal de Contas. Mas o pagamento vai ser feito de forma suave. Como sabe, com regras claras, se houver algum atraso há logo uma ação contra a Câmara Municipal. A Câmara Municipal sabe muito bem. Mas, para isso vai ter que provar – como disse – ao Tribunal de Contas; E se isso acontecer não teremos que discutir isso aqui outra vez. Se o Tribunal de Contas não visar; Seguramente vamos voltar ao assunto. Era só para esclarecer estas questões, Senhor Presidente., que são factuais.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS.=====

===== Senhor Presidente o que está aqui em questão é o princípio, não é o resultado. Porque se achássemos que esta era uma situação pontual, - e há oliveirenses que de facto até têm essa disponibilidade para deixar que o Município avance com as obras e receba “à lá longue” -, é uma coisa: O município podia ter utilizado o sistema da expropriação e aí certamente tinha resolvido o problema mais rapidamente. Portanto vir agora dizer que, para a Área Empresarial de Ul/ Loureiro, as expropriações é uma dor de cabeça e não sei quê? Aqui o que fizeram foi: Aproveitaram a boa vontade do oliveirense, ou dos oliveirenses, e ao fim de 18 anos é que estão a resolver a situação. Mais, esta situação não é inédita, Senhor Presidente. Estão vários processos que foram instaurados contra o Município da Via do Nordeste. Pelos visto, é um sistema, o “modus operandi” do Município parece que é esse: Aproveita-se da generosidade dos oliveirense para poder efetivamente fazer as obras para depois: pagar ..., porque efetivamente tem que pagar, não é? - Senhor Presidente é assim. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração da minuta de transação para término do litígio que corre nos termos da 2.ª Secção Cível-J2 da Instância Central de Santa Maria da Feira do Tribunal da Comarca de Aveiro, sob o proc. N.º 2340/12.7 TBOAZ, em que são partes, como AA Manuel António Alegria Garcia Aguiar e Outros e R. o Município de Oliveira de Azeméis, bem como autorizar a assunção de compromissos plurianuais. =====

*===== **Ponto dezoito:** Ratificação dos consumos em excesso atribuídos através do Protocolo celebrado com os Bombeiros Voluntários e Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães e aprovação das respetivas adendas aos protocolos celebrados; =====*

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito dos Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e a Cruz Vermelha Portuguesa, em que foram definidos limites anuais de consumos de combustíveis de 60.000Lt e 1.200Lt, respetivamente. Considerando: -Que durante os exercícios de anteriores poderão eventualmente ter sido excedidos, os limites de consumo de combustível nos termos dos respetivos protocolos; -Que os consumos de 2011, já foram ratificados em Reunião de Câmara de 03/04/2012 e em Assembleia de 30/04/2012; -Que os consumos de 2014, foram ratificados em reunião de Câmara de 05/03/2015; -A Informação Interna nº I/395/2016, que durante 2015, os consumos foram excedidos em mais 29.929,35Lt e 346,14Lt, para os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães, respetivamente. Assim, Propõe-se: 1- Ratificação e convalidação dos consumos excedidos respeitantes aos anos de 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014 e 2015, à data dos consumos dos mesmos, ao abrigo do art.º 156 e art.º 164. do CPA, para as entidades acima mencionadas; 2- Aprovação da terceira adenda ao Protocolo celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 3- Aprovação da segunda adenda ao Protocolo celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães, documento este que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 4- Submeta-se para os devidos efeitos à aprovação da Assembleia Municipal.” =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Eu aproveito este ponto para dar nota que – conforme também já foi anunciado em reunião de Câmara - nós vamos alterar os protocolos que temos com as nossas corporações de Bombeiros de Oliveira de Azeméis e de Fajões. Os protocolos estão assinados, estão em vigor, mas estão desajustados da legislação que entretanto foi produzida e naquilo que é o protocolo com Oliveira de Azeméis na questão dos litros que estão adstritos à corporação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. O protocolo com Fajões não incluiu o gasóleo, porque foi uma opção, o financiamento era diferente para os Bombeiros Voluntários de Fajões e o de Oliveira de Azeméis optou por esta solução. O que temos aqui a tratar é de ratificar o que ultrapassou o protocolo, estava devidamente aprovado em reunião de Câmara e em reunião de Assembleia Municipal e que, portanto os Bombeiros continuaram a abastecer, para prestar o serviço à nossa comunidade mas não estava coincidente com aquele que eram os litros disponíveis no protocolo. E, portanto, para além do ajustamento que vamos ter que fazer na questão dos litros, isto é válido também para a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães que também tem um protocolo de abastecimento de combustíveis, nós vamos reajustar os nossos protocolos de acordo com a legislação em vigor naquilo que tem a ver na relação com Bombeiros de Oliveira de Azeméis e também com os Bombeiros Voluntários de Fajões. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de, António Pinto Moreira, do CSD/PP e António Rosa, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Senhor Presidente, neste ponto, vou retomar o tema da transparência do período de Antes da Ordem do Dia e aí vi que: houve muita diligência em resolver a árvore, em por a árvore no sítio, não era essa propriamente a questão, agora, falta a floresta. E a floresta é que temos 147 municípios que demonstram práticas de maior transparência em relação a nós. Portanto, o que está em causa é a transparência e não propriamente a questão das atas, que é um detalhe. A Lei 73/2013 estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais: Vem no seu ponto sétimo mencionado - “A atividade financeira das autarquias locais está sujeita ao princípio de transparência...”. Em primeiro lugar, relativamente a este ponto ter de convalidar consumos de combustível, de tempos idos, só porque sim, sem outra fundamentação: Não é um ato de gestão é, porém, um sofisma. Em segundo lugar, e com a aplicação a anos longínquos, torna-se a nu a existência de procedimentos “ad hoc” nos serviços da Câmara em gerir este assunto de contas municipais que se arrasta desde 2008. Não se percebe a que se deve uma falha de procedimento standardizado ano a ano. Para situações iguais, procedimentos iguais. Sempre que ao longo destes 8 anos, houve um ano em que o excesso de consumo foi ratificado pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, outro foi ratificado apenas pela Câmara Municipal. Afinal, isto é, no mínimo, cinzento. Seremos sempre a favor da observância de princípios fundamentais de contabilidade pública, como sejam a legalidade e a transparência na aplicação de recursos públicos e financeiros, visando as prioridades de política económica social. E aqui estamos perante um ponto de convalidação de um “status quo” que é tortuoso, que dificilmente se percebe. Continuando, o controlo contabilístico das autarquias, em termos burocráticos e administrativos, obedece ao disposto no Decreto-lei nº 26/2002 de 14 de fevereiro, onde se apresenta e passo a citar: “ O novo classificador da receita e despesas das autarquias locais”, - no seu preambulo diz assim: “... o que está em causa é uma correta atribuição dos códigos das receitas e das despesas públicas” uma questão técnica, muito simples, não é preciso ser técnico de contas. Aqui as aquisições de serviços da Câmara, como sejam combustíveis, são classificados no agrupamento de contas nº 2 e os subsídios são classificados no agrupamento nº 5. Com a convalidação de consumos consentidos em anos anteriores e tornar isso a regra, o que se pretende é atribuir subvenções regulares e portanto é atribuir subsídios de exploração mas ficarão inscritos na conta da Câmara como rubrica de combustíveis. É técnico. É puramente contabilístico. Portanto, é um desenrasque. É uma confusão. E portanto nas contas que o Município presta, atualmente, está errada a rubrica de despesas com gásóleo e está errada a conta de subsídios atribuídos. Resulta numa ilegalidade porque viola gravemente o princípio da contabilidade pública que obriga à

transparência das contas. Mais uma vez em nome da transparência, os apoios a instituições devem ser escrupulosamente ponderados. Sabemos que o financiamento das Associações Humanitárias dos Bombeiros e dos corpos de Bombeiros devem ser assegurados por parte do Estado nas concretas missões de socorro e proteção civil. A proteção Civil é um sistema em que o Presidente da Câmara, por inerência, é presidente da Proteção Civil e vai até ao voluntário que é um agente da Proteção Civil no terreno. O seu enquadramento é no Ministério da Administração Interna. Além das atribuições em matéria de proteção civil, a missão dos Corpos de Bombeiros incluiu o socorro e transporte acidentes e doentes incluindo a urgência pré-hospitalar no âmbito de um sistema integrado de emergência médica (INEM). Os Corpos de Bombeiros são, ainda, chamados para ocorrências de emergências ou de proteção civil apetrechados com veículos operacionais para essas finalidades. Além desta atividades, que são o COR e a Missão, há ainda corporações que atuam no mercado livre de transportes de doentes não urgentes e regulado pelo Ministério da Saúde. É outro domínio da atividade. Assim, o transporte de doentes, é uma atividade complementar da prestação de cuidados de saúde. Ora, a atividade de transportes de doentes não urgentes, é tutelada pelo Decreto-lei 38/92 de 28 de março do Ministério da Saúde. Para tal efeito, os Bombeiros Voluntários recebem subvenções do Ministério da Saúde para o transporte de doentes não urgentes e recebem subvenção da Câmara para a mesma atividade. Financia-se duplamente através de dois ministérios: Ministério da Administração Interna a financiar atividades do Ministério da Saúde. Tanto quanto eu sei: Isto não é legal. Ora, há que distinguir atividades que são financiadas pelo Estado através do Ministério da Administração Interna e outras atividades que são reguladas pelo Ministério da Saúde e financiadas através de subvenções deste ministério. Há que distinguir ainda, e é distinguível, entre veículos de proteção e socorro isentos de IA (Imposto Automóvel) e veículos de transporte de doentes não isentos de IA (Imposto Automóvel). O que pedimos é maior transparência na relação financeira com as instituições do concelho, tornar mais transparentes as atividades de serviço público, escrutinar a boa utilização das receitas municipais, que são nem mais nem menos os impostos de todos nós. O que propomos: É que a nestas situações, como base, seja doado gasóleo especificamente para as viaturas de assistência de proteção e de socorro. Se as instituições não forem capazes de angariar receitas próprias que as tornem autossustentáveis, então, deverão formular um pedido fundamentado de apoio à Câmara Municipal que, após observar a sua pertinência, atribuirá um subsídio. É simples. Cumpre-se o princípio da transparência da atribuição de apoios do setor público. Portanto, e para resumir, há, no que consideramos, três vícios de forma que adensam a nuvem e torna não transparente e até eivado de ilegalidades: 1) - Convalidação de um "status quo" de procedimentos enviesados; 2) - Procedimentos contabilísticos não adequados; 3) - Financiamentos cruzados entre Ministérios. Conclusão: Gasóleo para carros de emergência e proteção civil; restantes necessidades demonstradas e verificadas e fundamentadas: atribuição de subsídios. É nosso entendimento - quem entender que é mais uma quezilencia de um partido

da oposição; Eu responderei que, o nosso índice de transparência municipal atinge o máximo de 41 pontos em 100. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Eu queria apenas dizer que, da parte da bancada do Partido Social Democrata queremos aqui manifestar, como é evidente, a relevância ou a preponderância que reconhecemos às instituições de Bombeiros do nosso Concelho. E, portanto, todo o apoio que a Câmara Municipal lhes possa conferir será pouco para aquilo que é a sua dimensão na relevância da sociedade, mais não fosse as vezes que já hoje aqui ouvimos de diversas origens referir a importância da sua intervenção, no passado fim-de-semana, por via das intempéries. cremos que minudências do ponto de vista formal, não pode ser, de modo algum, justificação para nos inibirmos de tomarmos decisões que sejam de apoio a estas instituições. Eu gostaria apenas de dizer que, uma prática que foi apontada como enviesada, se calhar então devíamos então refletir um pouco mais: Porque a Câmara Municipal compra alcatrão para dar às Juntas Freguesias, compra autocarros que disponibiliza às associações. Tem um conjunto de situações de caráter absolutamente idêntico a este que não foram questão aqui nesta Assembleia. Portanto, não cremos que, hoje, aja aqui razão de maior para colocar esta questão, é o nosso entendimento - obviamente respeitamos quem pense de forma diferente. E, portanto, obviamente que o nosso suporte a este protocolo é inequívoco. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu sinceramente acho que este protocolo ajuda a melhorarmos e a aumentarmos o nosso índice de transparência. Por isso é que o trazemos cá para o aprovarmos. A questão levantada pelo senhor deputado Pinto Moreira é muito filosófica e eu, sinceramente, não estou preparado para a discutir. Mas aceito discutir com ele essa matéria. Aliás, eu na introdução do ponto anunciei que íamos rever os protocolos com os Bombeiros de Fajões e com os Bombeiros de Oliveira de Azeméis. Agora, há uma coisa senhor deputado Pinto Moreira que eu queria que ficasse claro, enquanto eu tiver responsabilidades neste município, o que eu nunca quero ver é o que infelizmente vou vendo no “Jornal de Notícias” e no “Correio da Manhã” – por este país fora as ambulâncias para prestar socorro paradas e não podem sair porque não têm gasóleo -; São cada vez mais. Não têm combustível. Não têm apoio. Esta aqui o Dr. Carlos Afonso, que é dirigente dos Bombeiros, o José Rodrigues dos Santos e eles sambem bem as dificuldades que passam para gerir uma casa daquelas. E a crise quando existe é para todos. E os Bombeiros merecem todo o respeito – eu sei que o senhor deputado Pinto Moreira também respeito pelos Bombeiros, como temos todos. Agora, nós temos é que, obviamente, ponderar se lhes queremos

dar condições para o exercício da sua nobre missão, voluntária, abnegada, correndo o risco da própria vida – como muitas vezes acontece. E o que está aqui em causa é um protocolo que, – como eu disse - era de fornecimento de combustível que tinha um valor em litros que foi ultrapassado. E aquilo que nós aqui hoje trazemos é a ratificação dessa situação e o compromisso, perante os senhores deputados, de conversar com as corporações de Oliveira de Azeméis e de Fajões porque a legislação de enquadramento alterou-se, desde esta data, e encontrar formas e mecanismos de apoiar. E não tenha dúvidas nenhuma que isto já existe e que isto está de acordo com a lei. Isto não é nenhuma ilegalidade. Até porque, isto já foi feito várias vezes, as nossas contas já foram vistas pelo Tribunal de Contas e foram validadas e nunca foi levantada nenhuma questão relativamente a esta matéria. Agora, logicamente que eu aceito opiniões divergentes, como é evidente. Mas, chamo à atenção que, infelizmente são cada vez mais os exemplos que nós vamos lendo por esse país afora de dificuldades na prestação de um serviço quer é, imprescindível, absolutamente imprescindível e eu acrescento – insubstituível e que nós precisamos enquanto responsáveis públicos precisamos de proporcionar condições a estas instituições para prestarem o serviço, repito: insubstituível e imprescindível para a nossa sociedade. E esta foi a forma que encontramos de protocolo, entre outros com os Bombeiros de Oliveira de Azeméis e com os Bombeiros de Fajões. E como disse, de acordo com a nova legislação, nós vamos nos sentar à mesa, no âmbito das responsabilidades da proteção civil. E há também outros tipos de apoios quando é a compra de viaturas, há as questões do fardamento, questões que estão tipicamente tipificadas. E este foi um protocolo que, na altura, a Câmara Municipal, nem era eu que cá estava era o meu antecessor, entendeu ser a forma de cooperar com os Bombeiros de Oliveira de Azeméis. Fajões optou por outra solução na mesma altura. Estamos a cumprir. O que estamos agora aqui a fazer é a convalidar a parte que foi superior ao que estava devidamente protocolado. Portanto acho que aqui também estamos a contribuir para aumentar o nosso índice de transparência. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP.=====

===== Senhor Presidente, agradeço as suas explicações. Mas, mais uma vez estamos a por a árvore e não a floresta. No ponto que está ali estamos a fazer a aprovação às respetivas adendas aos protocolos. Isto é uma situação para o qual o Senhor Presidente reconhece que temos de fazer novos protocolos de colaboração, que estão em estudo, mas, então, vamos aguardar por esses protocolos e depois, então, vamos trabalhar sobre eles. O que está ali escrito é a aprovação das adendas, ou seja, tornar o processo que não é virtuoso para a virtuoso e torna-lo num processo de facto. E portanto a questão aqui é que A Cruz Vermelha de Cucujães e os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis são insubstituíveis na sua missão. E para a sua missão estamos de acordo e que nunca lhes falte nada. E aquilo que eu disse, nos três pontos o que eu disse, a nossa situação é clara: Financiamos bens, o gasóleo para as viaturas

de emergência e proteção civil, não tem discussão nenhuma. Mas há outra atividade que não é de proteção civil e não é de emergência, é uma atividade normal, é mais uma atividade, se a Associação Humanitária no seu orçamento, como qualquer outra instituição devidamente fundamentada, precisar de um subsídio ou de um apoio, como apoios que já hoje aqui atribuímos, nomeadamente para Cesar, a Câmara avalia e atualiza. Não vejo mal nenhum neste modelo que é simples, é direto, é fácil. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por maioria ratificar e convalidar os consumos excedidos respeitantes aos anos de 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014 e 2015, à data dos consumos dos mesmos, bem como autorizar a celebração das adendas aos protocolos celebrados com os Bombeiros Voluntários e Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães, com a seguinte votação: - a favor: 15 votos do PSD, 13 votos do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar e Presidente da Junta de Freguesia de Fajões; - votos contra: 2 votos do CDS/PP. =====

*===== **Ponto dezanove:** Aquisição de serviços, na modalidade de avença, para execução de peças em vidro – Autorização de assunção de compromissos plurianuais; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, nos termos da alínea m), do n.º 2, do artigo 23º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento; - A necessidade de manter o Centro Vidreiro ativo, dado o carácter histórico e o interesse público local nessa atividade, dado que o mesmo é um meio de promoção do turismo local; - Que no município apenas existe uma pessoa no ativo com conhecimento na execução de peças de vidro; - Que, tendo por base a RQI n.º 2028, se torna necessário assegurar a aquisição de serviços, na modalidade de avença, para execução de peças em vidro, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com informação do Serviço Requisitante e nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e posteriores alterações, e demais legislação aplicável; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82- B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de EUR 5.000,00, nem se encontra abrangida pela Proposta referente ao Pedido de Parecer Prévio Vinculativo – autorização genérica para celebração de contratos de aquisição de serviços, aprovada em sede de reunião do Órgão Executivo, de 23 de julho de 2015 (I/55888/2015), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de

trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, conforme parecer da Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos apenso ao processo; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. N.º 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota N.º 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 29.880,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta euros), isentos de IVA; - Que, apesar de ser um procedimento com o mesmo objeto e contraparte, o preço contratual não está sujeito à aplicação de redução remuneratória, de acordo com o estatuído no n.º 4, a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), uma vez que o montante mensal previsto não atinge o valor estipulado a partir do qual se procede a essa aplicação; - Assim, o valor global do procedimento é de EUR 29.880,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta euros), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 9.130,00 (nove mil, cento e trinta euros), para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 9.960,00 (nove mil, novecentos e sessenta euros), para o ano de 2018 prevê-se uma verba de EUR 9.960,00 (nove mil, novecentos e sessenta euros) e para o ano de 2019 prevê-se uma verba de EUR 830,00 (oitocentos e trinta euros). Os valores mencionados são isentos de IVA; - O valor referente ao ano 2015 encontra-se cabimentado na rubrica 010107, pela Proposta de Cabimento n.º 1682 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 8/2016; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do artigo 20.º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, e por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que: 1. nos termos do artigo 75.º, da LOE 2015, o mesmo obtenha deliberação/parecer favorável para abertura de procedimento de “aquisição de serviços, na modalidade de avença, para execução de peças em vidro”; 2. nos termos do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e posteriores alterações, o mesmo obtenha deliberação/parecer favorável, dado que se encontram preenchidos os requisitos previstos na alínea a), n.º 2, do artigo 32, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e posteriores alterações, conforme fundamentado nos considerandos acima mencionados. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo: - nos termos da alínea c), do n.º

1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar da modalidade de avença, que é uma forma que nós temos para manter viva a indústria do vidro. Estamos a falar do Berço Vidreiro e de uma das pessoas que ainda consegue “fazer vidro”, o senhor Morgado. E esta é a forma que juridicamente que se enquadra para manter o senhor Morgado que continua sem ninguém ao lado dele para aprender esta arte nobre do vidro. É um problema que ocorre na Marinha Grande. Aliás, nós tivemos recentemente uma visita ao Berço Vidreiro da Câmara Municipal da Marinha Grande que está com o mesmo problema também na Marinha Grande porque tem a ver com o fabrico de sopro, um fabrico artesanal. E há pouca disponibilidade de pessoas a quererem aprender esta arte. E nós ainda vamos tendo. E portanto, basicamente, temos de ter este parecer prévio, esta autorização dos compromissos plurianuais tem de vir à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por aprovar a proposta apresentada, bem como autorizar a assunção de compromissos plurianuais. =====

*===== **Ponto vinte:** Prestação de serviços, na modalidade de avença, para desenvolvimento de atividades de treino funcional dirigido à população com mais de sessenta anos – Autorização de assunção de compromissos plurianuais; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - O pedido de rescisão de contrato de avença por parte do Prof. Narciso Batista Silva, o qual terminaria a 30 de setembro de 2016 (Proc. n.º 58/13); - Que, nos termos da Informação Interna n.º I/94453/2015 do Serviço Requisitante, se mantém a necessidade de assegurar um programa de complemento à atividade desenvolvida no âmbito do Programa Desportivo “Viver Melhor”, dirigido à população com mais de 60 anos, das várias freguesias do município de Oliveira de Azeméis, dinamizando atividades específicas, nomeadamente Treino Funcional, que promova não só a boa manutenção física mas também o bem-estar psicológico que estimule as capacidades da população com mais de 60 anos, através

da utilização de um conjunto de exercícios físicos e mentais, cujos contributos vão além da saúde das estruturas musculares e articulares, tendo como objetivo promover melhores níveis de autoestima, bem-estar e qualidade de vida. Pretende-se, assim, proporcionar uma atividade física ímpar nos seus métodos de trabalho, diversificando, reforçando e valorizando a prática da atividade física em idosos, com ênfase na saúde, potenciando uma maior proprioceptividade e fomentando vivências e experiências de encontro, cooperação e superação. - Que, tendo por base a RQI n.º 2266, se torna necessário assegurar a aquisição de serviços, na modalidade de avença, para efeitos de treino funcional dirigido à população com mais de 60 anos, pelo período de 22 (vinte e dois) meses, de acordo com informação do Serviço Requisitante, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e posteriores alterações, e demais legislação aplicável; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de EUR 5.000,00, nem se encontra abrangida pela Proposta referente ao Pedido de Parecer Prévio Vinculativo – autorização genérica para celebração de contratos de aquisição de serviços, aprovada em sede de reunião do Órgão Executivo, de 23 de julho de 2015 (I/55888/2015), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que, no mapa de pessoal do Município existem diversos trabalhadores/as com formação na área de desporto e educação física, não constando, no entanto, no perfil de competências anexo ao referido mapa, qualquer trabalhador/a com competências específicas para o desenvolvimento de atividades dirigidas a seniores, nomeadamente em treino funcional, conforme parecer da Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos apenso ao processo; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. N.º 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota N.º 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 15.730,00 (quinze mil, setecentos e trinta euros), isentos de IVA; - Que, apesar de ser um procedimento com o mesmo objeto, o preço contratual não está sujeito à aplicação de redução remuneratória, de acordo com o estatuído no n.º 4, a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), uma vez que o montante mensal previsto não atinge o valor estipulado a partir do qual se procede a essa

aplicação; - Assim, o valor global do procedimento é de EUR 15.730,00 (quinze mil, setecentos e trinta euros), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 7.865,00 (sete mil, oitocentos e sessenta e cinco euros) e para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 7.865,00 (sete mil, oitocentos e sessenta e cinco euros). Os valores mencionados são isentos de IVA; - O valor referente ao ano 2015 encontra-se cabimentado na rubrica 010107, pela Proposta de Cabimento n.º 1795 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 26/2016; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do artigo 20.º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, e por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que: 1. nos termos do artigo 75º, da LOE 2015, o mesmo obtenha deliberação/parecer favorável para abertura de procedimento de “aquisição de serviços, na modalidade de avença, para desenvolvimento de atividades de treino funcional dirigido à população com mais de 60 anos”; 2. nos termos do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e posteriores alterações, o mesmo obtenha deliberação/parecer favorável, dado que se encontram preenchidos os requisitos previstos na alínea a), n.º 2, do artigo 32, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e posteriores alterações, conforme fundamentado nos considerandos acima mencionados. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo: - nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados.” =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma população que tem uma especificidade muito própria e, portanto, é a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, para a assunção dos compromissos plurianuais, para o desempenho do “Viver Melhor” que é onde a população com mais de 65 anos pratica atividade física que é o que nós queremos que pratique cada vez mais. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, bem como autorizar a assunção de compromissos plurianuais. =====

===== **Ponto vinte e um:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal das Explorações Pecuárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. os requisitos previstos no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/14, de 05/11, relativo à oportunidade extraordinária de regularização de atividades económicas; 2. que o artigo 6º do referido diploma admite que a regularização extraordinária se possa processar por conjuntos de explorações, enquanto setor de atividade específico; 3. a deliberação camarária de 19/11/2015 e a consequente deliberação da Assembleia Municipal de 26/11/2015, I/86888/2015; 4. o exposto no I/1353/2016. Propõe-se que seja aceite o envio para Assembleia Municipal do pedido de reconhecimento de interesse público municipal das 15 explorações pecuárias identificadas na listagem anexa ao I/1353/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, para efeitos de candidatura das mesmas à regularização extraordinária ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é ao abrigo da legislação vigor para regularização e licenciamento destas atividades, neste caso o reconhecimento de interesse público municipal das explorações pecuárias. Estamos a falar ed 15 explorações pecuárias. Nós já aqui discutimos isto numa Assembleia Municipal e, aliás, tínhamos dito que isto iria voltar à Assembleia Municipal porque haviam outras explorações a necessitar deste reconhecimento de interesse público. Portanto, são os processos que estão prontos e trazemos à Assembleia Municipal para que haja uma normal regulação e licenciamento destas explorações pecuárias. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: =====

===== Agora se estivessem de acordo eu ia propor à Assembleia, a não ser que haja oposição, que, do ponto vinte e dois até ao ponto vinte, o reconhecimento de interesse público municipal das várias empresas fossem todos discutidos em conjunto. =====

===== **Ponto vinte e dois:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa JDD – Moldes para Indústria de Plásticos, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa JDD - Moldes para Indústria de Plásticos, Lda., nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*A argumentação que eu dei no ponto anterior para explorações pecuárias, agora estamos a falar para explorações industriais. Portanto, se repararem é ao abrigo da mesma legislação do Decreto-Lei 165/14 de 05/11 e, portanto, neste caso concreto, estamos a falar regularizar situações reconhecendo este interesse público municipal na JDD – Moldes para Indústria de Plásticos, Ld.ª, Almeida & Dias, Ld.ª, Altino Almeida Bastos, Ld.ª, Kirchhoff – Automotive Portugal, S.A., EXATIN – Indústria Nacional de Embalagens, Ld.ª e BTL - Indústrias Metalúrgicas, S.A.. Portanto, basicamente, Senhor Presidente, é ao abrigo da mesma legislação e é uma prerrogativa que terá que ser aprovada em sede de Assembleia Municipal.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*=====

=====***Ponto vinte e três:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Almeida & Dias, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;*=====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11, - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete*

à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa Almeida e Dias, Lda., nos termos identificados na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Altino de Almeida Bastos, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11, - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa Altino de Almeida Bastos, Lda., nos termos identificados na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Kirchhoff – Automotive Portugal, SA., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas,*

instituído pelo DL 165/2014 de 05/11, - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa Kirchhoff - Automotive Portugal, SA, nos termos identificados na alínea a) do n.º 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa EXATIN – Indústria Nacional de Embalagens, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11, - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa EXATIN - Indústria Nacional de Embalagens, Lda, nos termos identificados na alínea a) do n.º 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e sete:** Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa BTL - Indústrias Metalúrgicas, SA., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11, - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa BTL - Indústrias Metalúrgicas, SA , nos termos identificados na alínea a) do n.º 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e oito:** Desafetação de caminho público municipal n.º 212, freguesia de Loureiro, para o domínio privado do município – Aprovação;=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o exposto na informação interna I/91233/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se que nos termos das alíneas qq) e ccc) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12/12, na sua atual redação, se envie para Assembleia Municipal o presente pedido de desafetação de caminho público municipal n.º 212 de Loureiro nos termos da sua competência prevista na alínea q) do artigo 25º do mesmo regime jurídico.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é um processo, que foi instruído pela Junta de Freguesia de Loureiro, que tema ver com permutas e desanexações de terrenos na zona do Penedo. Isto foi tudo articulado com a Junta de Freguesia mas, carece de aprovação em sede de Assembleia Municipal, porque há uma desafetação de um caminho público e por isso a razão de ter de vir à Assembleia Municipal.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e nove:** Desafetação de várias parcelas do domínio público (Quarteirão do Cemitério – Oliveira de Azeméis) – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando a informação do assistente técnico Humberto Graça, que tem por objetivo o reordenamento do território, nos termos do artigo 23.º, n.º 2 alínea n) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, proponho a aprovação da desafetação do domínio público, das parcelas identificadas na informação anexa, devendo a mesma ser remetida para a Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25.º n.º 1 alínea h) do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou no Senhor Vice-presidente – Dr. Ricardo Tavares o uso da palavra, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, colegas, minhas senhoras e meus senhores. Eu vou procurar ser o mais explícito possível, porque as situações apesar de serem fáceis aqui na proposta tem uma descrição jurídico-urbanística que não é de fácil interpretação. Basicamente trata-se três situações que carecem de uma deliberação de aprovação aqui da Assembleia Municipal e são as seguintes: A primeira decorre de um processo de loteamento que surgiu na sequência da abertura do troço II da Cidade - é o troço que vem da Zona Industrial até a aquela rotunda que fica junto ao pavilhão do Cipriano Martins -, e decorre desse loteamento que existe um lote que está no domínio privado da Câmara Municipal e entre essa rotunda e o cemitério existe um quelho que é a chamada Azinhaga da Serração, que não tem neste momento qualquer utilidade, porque ninguém lá passa. E, sendo um quelho público, nós queremos anexar este quelho ao lote que está no domínio privado da Câmara Municipal. Esta é a primeira proposta. A segunda proposta tem a ver com a Rua Soares de Basto. A Rua Soares de Basto é a rua que vem do Patronato até ao “Restaurante Dom Pipas”. Está previsto para aí a passagem do troço III. Portanto o troço III é o que surge na sequência dessa rotunda que eu falei do troço II e irá, depois, até junto ao Rainha. Mas não estava perfeitamente definida onde é que era o término desta Rua Soares ed Basto. Então, há praticamente um ano atrás, os proprietários dos terrenos

privados anexos ao pavilhão chamado Cipriano Martins tentaram vedar a Rua Soares de Basto. O que causou algum transtorno porque os munícipes de Oliveira de Azeméis estão habituado a ir fazer a volta para tornar a subir pela Rua Soares de Basto. Derivado dessa incerteza de até onde é que vai e onde termina a Rua Soares de Basto; Nós, em cooperação com os proprietários daquelas parcelas, desenvolvemos um estudo para aquela zona (que no fundo é um estudo de loteamento de vivendas unifamiliares) e que nos permite definir com alguma clareza qual é o término da Rua Soares de Basto. O término da Rua Soares de Basto após a conclusão do loteamento vai terminar num “cul de saque”. E em negociação com estes proprietários a Rua Soares de Basto vai ter um acréscimo de 500 metros relativamente à rua atualmente existente porque vai decorrer do próprio ordenamento do loteamento. A terceira situação tem a ver com um troço da Rua do Castilhão. A Rua do Castilhão é a rua que, passa atrás do cemitério junto a um depósito de gás que lá existia no término da Rua do Castilhão, coincide com a rua que vai entre o pavilhão da Escola Livre e o cemitério e passava por de trás desse depósito de gás. O que nós estamos aqui a fazer é eliminar esse troço da Rua do Castilhão que está junto ao depósito de gás para anexar essa parte, que é a Rua do Castilhão, à propriedade que, no fundo, vai servir para fazermos a ampliação do cemitério. Basicamente, são estas três situações. Apesar da descrição que está aqui na proposta ser um bocadinho complexa, mas, no fundo, são estas três propostas. Não sei se têm alguma dúvida? Se tiverem alguma dúvida procurarei esclarecer de outra forma. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresenta, com a seguinte votação: - a favor: 15 votos do PSD, 3 votos do CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: 14 votos do PS. =====

*===== **Ponto trinta:** Proposta de alteração da postura municipal de trânsito Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); A necessidade de melhorar e disciplinar a circulação de veículos motorizados no sentido de contribuir para encontrar soluções de mobilidade, regulamentar com critérios uniformes, a circulação, o estacionamento e as operações de cargas e descargas de mercadorias, atendendo aos objetivos de eficiência económica do comércio e dos serviços, mas também, tendo em consideração a circulação pedonal e a fluidez do trânsito. Que a presente proposta de alteração de postura, obteve

aprovação na reunião da comissão municipal de trânsito, realizada no dia 15 de Dezembro de 2014. Propõe-se: A aprovação da alteração da Postura Municipal de Trânsito de Oliveira de Azeméis, com os seguintes documentos: - Peças escritas: Proposta de regulamento da Postura Municipal de Trânsito de Oliveira de Azeméis. - Peças desenhadas: P01 – Hierarquia de Prioridades; P02 – Identificação de Zonas Pedonais; P03 – Sentidos de Circulação; P04 – Vias em que é permitida a circulação de automóveis de mercadorias de peso total superior a 3,5 toneladas, documentos estes que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. A presente postura é elaborada ao abrigo do disposto no artigo 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 64º e no artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e retificada com a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e do Código da Estradas, aprovado pelo Decreto-lei nº 114/94, de 3 de Maio e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 72/2013 de 3 de Setembro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É uma competência da Assembleia Municipal a aprovação da postura de trânsito. E já algum tempo que tem vindo a serem feitos estudos, pela Comissão Municipal de Trânsito, para dar mais fluidez e mais segurança aos peões mas também, aos automobilistas, procurando que o trânsito possa circular com mais eficiência, com mais eficácia. E dizer que, à partida, não há soluções milagrosa, nem soluções perfeitas, naquelas que são as propostas relativamente ao trânsito. Cada um de nós tem a sua opinião - permitam-me que use o termo, eu não sei se ele existe no dicionário -, “mais por achismo”: eu acho isto; eu acho aquilo. Objetivamente esta postura foi trabalhada, estudada, por Bombeiros, GNR, técnicos de trânsito do Município; estudos de frequência de trânsito, representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal. E, como digo, nós não temos a pretensão de um momento para o outro com uma nova postura resolver tudo. É evidente que há coisas que queremos e achamos que elas vão funcionar melhor com as alterações propostas. Há uma fase importante que é a fase de adaptação, que tem que haver aqui uma postura preventiva e não punitiva no início porque, quando se mudam sentidos proibidos, como sabem, acho que todas as pessoas aqui têm carta de condução, às vezes já conduzimos por habituação e já sabemos que vamos por ali, o nosso piloto automático vai a funcionar e de repente muda um sentido e é um problema: Já nos aconteceu a todos, não é? Já aconteceu passar sentidos proibidos porque mudou o sentido de trânsito – e agora? Macha atrás, desde que não haja nenhum acidente. Portanto, nós também já falamos com as forças de segurança; Já trabalhamos com eles esta perspectiva preventiva; Vamos ter os nossos funcionários municipais, também, a esclarecer; Vamos, depois de aprovada na Assembleia Municipal, fazer uma campanha de informação junto da população; Já tivemos oportunidade de fazer uma conferência de imprensa, porque, também, a comunicação social tem aqui um papel pedagógico/ informativo importante, nesta matéria. E, basicamente, dizer-vos que*

há três locais onde se vai proceder a alterações: Na zona do Cineteatro Caracas e da Associação Comercial: Quem anda durante o dia na cidade percebe e verifica os constrangimentos que ali existem fruto da rua estar no sentido para sair de Oliveira de Azeméis, não haver muito escoamento e ser uma das únicas saídas para apanhar o IC2 ou outras vias de saída de Oliveira de Azeméis, e que obriga a muitas paragens em muitos cruzamentos e, isto condiciona imediatamente o trânsito automóvel, para além dos cruzamentos tem as passadeiras dos peões. Portanto, para se chegar a uma via de saída de Oliveira de Azeméis vamos ter de parar imensas vezes. Portanto, vamos criar soluções de maior fluidez do trânsito invertendo alguns sentidos. Há depois uma outra alteração nesta Caracas/ Associação Comercial: Dizer-vos que hoje quem desce a Rua António José de Almeida e para em frente à Farmácia Falcão, arranca no semáforo só pode virar à esquerda depois do Cineteatro Caracas e, portanto, agora, vai ser possível virar à esquerda onde já foi no passado na Caixa Geral de Depósitos. Para isso, também dizer-vos que os técnicos sugerem/ propõem um limite de redução de velocidade na zona que antecede o cruzamento da chamada Rua dos Jeitos, como sabem, é ali o entroncamento com alguma perigosidade. Os Bombeiros e a GNR sugerem que a colocação de uma lomba ou, numa outra circunstância, até semáforos para impedir o excesso de velocidade a quem vai sair da cidade. Isso já vai retirar trânsito mais a frente na zona do Caracas. E vai permitir ainda uma outra saída, também, como digo, á esquerda numa via que hoje tem sentido ascendente e passar a ter sentido descendente. Portanto, esta zona da Central ed Camionagem e da Avenida António José de Almeida tem estes dois pontos. Há também a zona do Caracas. E um constrangimento que é reconhecido por todos, mas que tem uma solução difícil tendo em conta as pré existências, é a zona de Santo António. A zona de Santo António, hoje, é uma zona complexa. A nossa ideia é retirar viaturas onde hoje podem chegar à rampa do Mercado, obriga-las a sair à direita, quem vem no sentido norte-sul obriga-las a cortar à direita. Para isso é preciso também fazer a supressão de alguns lugares de estacionamento e proibição de outros na Rua 25 de Abril, que é para ela poder ter maior fluidez e não ficar engarrafada. Aquela zona é uma zona muito complexa. Todos nós já lá paramos imensas vezes. E temos ali problemas de fluidez de trânsito. Mas achamos que com esta situação estamos a resolver ali um grande constrangimento. Eu acho que todas as pessoas dentro desta sala já presenciaram, onde era antigamente a Farmácia Moderna, quantos carros, está ali o sentido proibido, seguem em frente. Alguns vão até aos mecos do Pina e entram pelo Mina. Porquê? Porque há ali uma indução que se pode ir sempre em frente. E se essa proibição for feita cá em cima, onde é hoje a Farmácia Moderna, a situação já não vai acontecer porque as pessoas ali são obrigadas a cortar à direita. Dizer-vos também que, há uma outra situação que vai decorrer em simultâneo e que é importante perceber: Como sabem, o Regulamento do estacionamento à superfície, a responsabilidade de gestão, por opção política, vai passar a ser da Câmara Municipal e há ajustamentos a fazer nomeadamente, nos lugares a pagar. A ideia – que fique claro; - que fique claro –, a ideia não é criar mais lugares pagos; A ideia é reduzir o número de lugares pagos. Mas essa redução que coincida também com a alteração da postura de trânsito. Portanto, não

estamos aqui a dizer: agora vamos fazer a gestão do estacionamento à superfície mas vamos aumentar os lugares a pagara. Não. Não é isso. Esse ajustamento nós queremos que ele possa ser feito também em articulação com esta postura de trânsito. Esta postura já circulou por muita gente, ela foi numa primeira fase, – deixem-me dizer-vos, mais ambiciosa. Mais ambiciosa numa perspectiva de zonas pedonais. E por isso apostamos também numa melhor mobilidade com a construção da primeira ciclovía que está em fase final de implementação da zona escolar á zona desportiva. Vamos também fazer alteração em simultâneo nos transportes públicos para que possa haver uma maior oferta do TUAZ, mais horários, mais carreiras, mais frequência. Para que as pessoas possam usar transportes públicos há aqui um conjunto de medidas nas mobilidades. E uma última nota que queria dar, porque também é uma necessidade reconhecida por todos, e julgo que ela até foi falada aqui na Assembleia Municipal se a memória não me atraiçoa, tem a ver com a sinalética: Sinalética de trânsito e sinalética informativa. Se repararem, há hoje placas que ainda induzem em erro, na nossa cidade: Escola Superior Aveiro/ Norte – se seguirem as placas Escola Superior Aveiro/ Norte vamos ter ao Rainha. Aveiro/ Norte é no Parque do Cercal e tem placas que dizem Parque do Cercal. Mas ainda há algumas, que tem a ver com aquela que questão do mobiliário urbano, que ainda dizem e as pessoas seguem para Escola Superior Aveiro/ Norte e param em frente ao Rainha e já não há lá a Escola Superior Aveiro/ Norte. Portanto, também vamos aproveitar esta fase do trânsito para mudar a sinalética. Como disse, o objetivo é uma maior e melhor fluidez do trânsito, não só pensar no trânsito automóvel, mas também pensar nas pessoas, nos modos suaves de mobilidade, nas ciclovias, em quem anda a pé. E por isso, acima de tudo, Senhor Presidente eram estas as informações mais genéricas. Não sei se depois em pormenor algum dos senhores deputado quererá discutir. Mas, como disse, já há muito tempo que isto está em cima da mesa mas também quisemos aproveitar o momento agora de alteração, quer do estacionamento, quer das questões da mobilidade, para implementar esta postura. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Ana Sofia, do PS, Jorge Pereira, do CDS/PP e António Rosa, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Ana Sofia, do PS. =====

===== Passados cerca de 10 anos voltamos a ver alterada a postura do trânsito no centro da nossa cidade, nomeadamente em três zonas, como o Senhor Presidente já falou: Zona de santo António; Gare da Transdev; Zona do Caracas e Associação Comercial. Pretende a Autarquia com estas alterações promover maior fluidez de trânsito. Não sabemos se vai ser assim. E só o futuro o dirá. Mas, o que não temos dúvidas é que: O anel de circulação da zona do Carcas e da Gare da Transdev, com essa criação a Rua Artur Correia Barbosa (Rua dos Jeitos) passará a ser intercetada por trânsito em sentido descendente proveniente das ruas

Carlos Osório e Manuel Alves Soares, que voltará a provocar os acidentes que tínhamos eliminados com a anterior postura de trânsito. Mesmo com a criação de lombas para abrandamento da velocidade, temos dúvidas que isto acabe por funcionar. Neste caso em concreto consideramos que o que se poupa em percurso percorrido do acesso à IC2 e com estas novas alterações, não compensa o que iremos perder em segurança com o regresso de um problema que estava resolvido. E, por isso, na nossa opinião, isto é um retrocesso. A solução encontrada para a zona de Santo António, poderá minimizar o problema, pois, poderá melhorar a circulação de trânsito, que, como sabemos, é caótica, mas no essencial não o erradica. Por isso, entendemos que a Autarquia deve continuar a fazer o trabalho de casa procurando as soluções técnicas ideais que resolvam o problema definitivamente. Pode e devem ser ouvidos os técnicos do Concelho e, se necessário, promover um concurso de ideias para este local (zona de Santo António) ou adjudicar um estudo técnico a uma entidade externa. Certo, é que nenhum de nós é especialista nesta matéria. Mas temos a importante experiência de viver diariamente os problemas de trânsito desta cidade, quer como condutores, quer como peões. Sublinho: Só o tempo dirá se o que estamos hoje a decidir produzirá os efeitos que todos desejamos: Uma circulação de trânsito mais eficaz com melhores condições de segurança quer para automobilistas, quer para os peões. Diz o Senhor Presidente que a nova postura de trânsito se insere nas políticas de mobilidade da autarquia: Ora, para quem não sabe a mobilidade urbana sustentável deve resultar da articulação das políticas de transporte, acessibilidade e circulação juntamente com as políticas de território e desenvolvimento urbano. Como todos sabemos, a gestão que temos tido no nosso município não tem sido um bom exemplo na promoção desta articulação. E por isso é que, hoje, a mobilidade urbana da nossa cidade fica um tanto aquém de uma mobilidade urbana de qualidade. Importa encontrar formas de articulação destas políticas de transporte, acessibilidade e circulação, políticas de desenvolvimento do território e desenvolvimento urbano para conseguirmos assegurar uma mobilidade sustentável dos automobilistas e dos peões, acima de tudo, em segurança. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== Este é um tema em que voltamos a falar de segurança e como já foi aqui referido, a mim é-me particularmente sensível. Esta postura do trânsito na cidade de Oliveira de Azeméis reflete a última alteração, com data de 19 de abril de 2012, em reunião de Câmara, levada a cabo por este executivo camarário. Eu diria: Aquilo que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. Na verdade, a cidade de Oliveira de Azeméis, tem vivido, ao longo dos seus 200 anos de história, enquanto município uma inércia no seu desenvolvimento e visão estratégica que hipotecam o futuro da mesma e das suas gerações vindouras. Muitos são aqueles que, preferem não vir a Oliveira de Azeméis, pelo facto de não se entenderem com a circulação das suas ruas. Acham-nas muito confusas. Honras sejam feitas ao antigo presidente da câmara, Comandante

Ramiro Alegria, pessoa que tinha uma visão mais ampla e futurista, o qual fez com que nessa época nascessem novas ruas na cidade com duas faixas de rodagem para cada lado (as poucas ruas que ainda hoje marcam a diferença nesta cidade). De resto, aquilo que observamos na atualidade é de uma cidade totalmente atrofiada com pouca explanação, que se dá ao luxo de ter ruas conhecidas, – como já aqui referida: Rua dos Jeitos, e, por muita pescadinha de rabo na boca, só encontramos cuidados paliativos. Só temos soluções de cuidados paliativos. Portanto, não nenhuma solução no presente e no futuro que se possa considerar como a melhor opção, porque na verdade todas as opções terão os seus inconvenientes estruturais. Vejamos: Em 2012, ainda decorreram 4 anos e a opção da Câmara Municipal foi eliminar a postura de trânsito que hoje nos vem aqui propor para aprovar. Afinal de contas, fica aqui a interrogação, o que é que terá corrido mal? Nessa altura, a preocupação seria a redução e eliminação da sinistralidade no centro da cidade. Eu recorro, nessa época, com funções aqui de proteção civil e de bombeiros, que, muitos acidentes tive de socorrer nessas zonas. Objetivo conseguido: Eliminação da sinistralidade, ou grande redução dessa sinistralidade precisamente nos cruzamentos das ruas da Central de Camionagem (Rua Manuel Alves Soares) que descia cruzando precisamente com a Rua Dr. Artur Correia Barbosa. A mesma situação acontece com a Rua Carlos Osória cruzando com o “Doce Convívio” na Rua Dr. Artur Correia Barbosa. Já foi aqui referido pelo Senhor presidente que, e eu estava a estranhar na leitura que fiz do documento (e abro aqui um parêntese para o meu desagrado no documento referir cores – para mim está tudo a preto e branco, não consegui decifrar o que é que se pretendia no documento; Tive que recorrer ao recurso das redes sociais e aos jornais locais que em boa hora já fizeram essa publicação). Mas, na verdade, quando os Bombeiros e GNR sugeriram a criação de lombas: Eu diria – para mim – nesta situação, e porque sou elemento do Comando dos Bombeiros da cidade de Espinho, em que prevalece a direita com cruzamentos sucessivos, todos os dias temos acidentes, temos atropelamentos. Portanto, não parece que seja só a solução suficiente para o efeito. Penso que aqui passaria, e é nossa (CDS/PP) sugestão, pela colocação de sinais luminosos; Porque não vejo outra alternativa para solucionar o problema. Portanto, hoje propõe-se aqui, então, a aprovação de um modelo que há 4 anos resolveram alterar por razões de segurança. Significa então que, iremos ter de volta a sinistralidade na cidade. E por aí interrogamos: será a opção correta? Fazendo uma reflexão, entendemos que esta proposta vem de facto simplificar a circulação automóvel, no que diz respeito ao escoamento do fluxo para os eixos principais da rodoviária nacional. Medida esta que tem, de facto, um custo elevado. A probabilidade torna-se elevada no que diz respeito ao aumento do número de acidentes: logo mais feridos, logo mais mortos, logo mais custos sociais. Portanto, a sugestão aqui seria, para minimizar e resolver esta situação, colocação de sinais luminosos (semáforos). Outra alteração proposta é na rua que atualmente desce o Caracas (Rua Eça de Queirós) e que passa a ter sentido inverso, ou seja, passa a subir. Estamos perante mais um entroncamento. Sim: Também sinalização controladora. Eu julgo que aqui também é outra situação e, visto que este ponto já atualmente é um dos mais responsáveis pela sinistralidade no centro da cidade, será uma

medida a ter em conta. No entanto, acrescido ainda com o efeito de subir, se olharmos para a Avenida António José de Almeida, verificamos que o estacionamento da Avenida António José de Almeida se encontra todo ele à esquerda; O que vai dificultar a visão ed quem vai subir essa rua (Rua Eça de Queirós). Aqui, das duas uma: Ou repomos o estacionamento da Avenida António José de Almeida à direita; Ou, então, reforçamos aqui a sinalização luminosa neste cruzamento/ entroncamento. Terceiro anel (Santo António): Diz a sabedoria popular que santos à beira da porta não fazem milagres: E também por aqui, por muita ginástica que se faça, as soluções escasseiam. De facto uma das zonas problemáticas. Na verdade, a nossa proposta passa por abertura de um pequeno troço que faz a ligação da Rua 25 de Abril (à frente do Mercado Municipal – ao lado da casa do Dr. Salvador Machado), essa sugestão rompe de facto ali um pequeno troço e que faz ligação direta á rua liga á Zona Industrial. Ou seja: permite aliviar aqui já o congestionamento em Santo António, porque há já a possibilidade de escoar diretamente para a Rua Bento Landureza, com a criação de uma rotunda na Rua 25 de Abril, e portanto permite aqui um escoamento que consideramos que venha aliviar substancialmente a pressão automóvel nesta área. Julgo que o Santo António iria agradecer. É nosso entendimento a necessidade de “rasgar” a cidade com novas ruas, á semelhança daquilo que ainda hoje aqui foi falado, da Avenida D. Maria, a sul, que” rasgou” a cidade e que deu novas aberturas para sul. Portanto, falta agora criar esta janela de oportunidade para norte do concelho. E, assim, com esta criação de estas ruas passaremos, então, a poder sonhar com o futuro com uma cidade viva e com vida. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Os últimos 20 anos foram caraterizados por investimento sem paralelo na história de Oliveira de Azeméis. Vale apenas fazer um pouco de história: O slogan – “Dezanove freguesias um só coração”, perpetuado numa escultura instalada na nossa cidade, dava o mote para um período que viria a transformar virtuosamente a nossa cidade e o nosso concelho. Duas grandes prioridades estratégicas tomavam corpo: Primeira: Aproximar as freguesias do norte do concelho à cidade; Em paralelo, transformar a cidade de Oliveira de Azeméis, conferindo-lhe atributos para que fosse uma centralidade verdadeiramente agregadora de todos oliveirenses, de todas as suas 19 freguesias. A construção das Vias do Nordeste e de S. Roque são realidades com as quais vivemos hoje como se sempre tivessem existido. Estes dois eixos rodoviários existem hoje em resultado dessa opção estratégica então esboçados e permitiram aproximar, importantes centros populacionais do norte do nosso concelho, da nossa cidade. É absolutamente incontornável que a nossa cidade não é mais a cidade de Oliveira de Azeméis de há 20 anos. Como nos recordamos do terreiro do Largo do Gemini que manchava uma zona nobre que carecia e reivindicava por dignidade. A Praça da Cidade é hoje uma nova centralidade que, não só, dignifica a nossa como a preparou para acolher diversas iniciativas

que melhoram e que potenciam a vivência da cidade. A zona Escolar e Desportiva da cidade não foi sempre aquilo que hoje temos por adquirido. Que se recorda da realização em Oliveira de Azeméis do campeonato do Mundo em Hóquei em Patins em 2003, que, para além de deixar a marca na memória coletiva nacional como a última conquista da nossa Seleção, marcou o início de um processo de requalificação de toda aquela zona. Foi a requalificação do pavilhão Dr. Salvador Machado; Construção do Complexo desportivo de formação Ápio Assunção; Construção das Piscinas Municipais; Construção do Pavilhão professor António Costeira; Todo o arranjo urbanístico de toda a zona envolvente a estes equipamentos. Construção da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (este espaço onde estamos) rematou com excelência um quarteirão dedicado prioritariamente aos jovens oliveirenses. Um quarteirão a que se somou a recente requalificação, ou melhor, a construção levada a cabo pela Parque Escolar do complexo sede do Agrupamento de Escolas Soares de Basto ao nível do melhor que se conhece no nosso País. Mas também investimentos no Cineteatro Caracas – já aqui falado, Casa Sequeira Monterroso, construção do Arquivo Municipal, Ludoteca, ou a requalificação profunda do parque de La-Salette, foram ações estratégicas para a consolidação da cidade de Oliveira de Azeméis como referência e polo agregador de todas as freguesias e de todos os oliveirenses. Apostar na requalificação, melhoria e infraestruturização rodoviária, no perímetro da cidade, foi um tremendo desafio abraçado ao longo deste período. A concretização de um conjunto de vias estruturantes da cidade promoveu uma melhor acessibilidade, entre diferentes pontos do perímetro urbano, libertando o centro da cidade para uma circulação mais fluida. Todos nos lembramos do coração da nossa cidade rasgado pela Estrada Nacional N.º 1. É hoje uma zona aprazível, uma zona pedonal requalificada a pensar nas pessoas e na vivência quotidiana do centro da cidade preparada a celebração histórica da nossa cidade e do nosso concelho. A recente aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentado incorpora e reforça este desígnio de uma cidade mais forte, mais agregador e mais moderna, e sobretudo, uma cidade que potencie todo o investimento físico levado a cabo ao longo dos últimos anos no seu perímetro. Dele de corre um projeto de mobilidade, já aqui falado, que a Câmara Municipal tem já em marcha com o reforço do papel do TUAZ, com a construção de uma rede de ciclovias (já visível também), e com a implementação de um sistema de partilha de bicicletas com auxílio elétrico, etc.... Percebemos que é este o fio condutor que enquadra as alterações agora propostas para a circulação automóvel na cidade de Oliveira de Azeméis com esta nova postura de trânsito. Vemos como positivo o objetivo de melhorar e disciplinar a circulação rodoviária. Vemos como muito positivo o propósito de com esta proposta se procurar minimizar os conflitos existentes entre veículos e peões. Vemos igualmente positivo o trabalho técnico que deu origem a esta proposta. É louvável o modelo inclusivo e participado, com diversos agentes da sociedade, que levou à sua afinação. Senhor Presidente, senhores vereadores, após a aprovação, que, hoje, estou convicto, merecerá esta proposta virá a fase, por ventura, mais importante do processo: A sua colocação no terreno. Aliás, o Senhor Presidente já o reconheceu. Gostaria de deixar algumas reflexões e tinha algumas questões que também

antecipadamente deu resposta, no entanto, deixo-as aqui também como as nossas preocupações: Desta nova postura resultam, inevitavelmente, novos pontos de conflito que deverão ser alvo de uma atenção muito especial. Subscrevo aqui lo que o Jorge Pereira aqui disse. Efetivamente, estes são pontos identificados, históricos e que será de extrema importância aquilo que tão pernicioso em termos de segurança rodoviária seja claramente superado com a vantagem que terá em termos de circulação rodoviária. Uma segunda questão: A implementação desta nova postura de trânsito será aproveitada como uma oportunidade para atualização e modernização sinalética direcional da cidade. O senhor Presidente, também, fez o favor de, já, nos dar essa garantia. Creio que todos estamos conscientes de que, uma alteração desta natureza requer sempre um acompanhamento muito atento, na fase da sua implementação, por parte dos serviços da Câmara Municipal e uma intervenção ativa e pedagógica por parte das forças de segurança, por um lado, para apelar à atenção dos automobilistas na fase inicial da implementação e para salvaguardar a segurança de todos os utilizadores, por outro lado, para avaliar o acerto prático das opções agora tomadas e, se justificado, proceder a ajustamentos que possam melhorar o resultado pretendido. Uma cidade onde circular seja mais fácil, mais intuitivo, mais seguro, mais inclusivo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresenta com a seguinte votação: - a favor: 15 votos do PSD, 3 votos do CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: 14 votos do PS. =====

*===== **Ponto trinta e um:** Proposta de postura de trânsito para a Travessa do Outeirinho, freguesia de Carregosa – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que se trata de um caminho estreito e sem grandes condições de atravessamento, apresentando uma inclinação muito acentuada do lado Norte, com alturas superiores a 50 cm em relação à Rua do Carreiro Novo (Norte) e sem proteção, portanto, perigosa e com pavimento antigo, composto por pedras grandes. - O pedido registado no E/37077/2015 para postura de trânsito na Travessa do Outeirinho, aprovado em assembleia de freguesia em 30/09/2014. Proponho: a) Que seja estabelecido um único sentido com orientação Norte - Sul. b) Que seja destinado exclusivamente a moradores. c) Que sejam colocados os seguintes sinais: · Sinal H3 – Sentido único; · Sinal B2 – Stop; · Sinal C1 – Sentido proibido; Sinal C2 – Trânsito proibido com a inscrição “exceto moradores”; Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as

alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é uma sugestão da Junta de Freguesia de Carregosa, que já foi analisada pela Comissão de Trânsito e que mereceu o acolhimento. E para ser implementada tem que ser definitivamente aprovada em sede de Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Proposta de criação de três de lugares de estacionamento, freguesia de Carregosa – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - Que, na alínea b) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para motociclos, ciclomotores e velocípedes. - O pedido registado no E/33908/2015 para três lugares de estacionamento, sendo um deles para pessoas com mobilidade reduzida e os outros dois para o posto de saúde, aprovados em assembleia de freguesia em 29/09/2015. Propõe-se: a) Que sejam criados: 1 lugar de estacionamento para deficientes motores e dois lugares de estacionamento para o posto de saúde, na Rua Augusto Santos, frente ao edifício da Junta de Freguesia / Posto Médico. b) O lugar para deficientes motores deverá ser identificado através de sinal H1A "Estacionamento autorizado" e placa adicional 2.22 "Símbolo universal da Acessibilidade" juntamente com marcação horizontal do referido símbolo. c) Os outros dois lugares deverão ser identificados com um sinal H1A "Estacionamento autorizado" com o texto "Posto Médico – 2 lug." Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A argumentação é a mesma: Foi aprovado em Assembleia de Freguesia de Carregosa, foi depois analisado também pelos técnicos e pela Comissão de Trânsito. E, está em condições de ser aprovada em sede de Assembleia Municipal, se assim for o entendimento da mesma.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e três:** *Proposta de criação de três lugares de estacionamento na Travessa Domingos Pinho, Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); -Que, na alínea b) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para motociclos, ciclomotores e velocípedes. - O pedido registado no E/35759/2015 para três lugares de estacionamento privativos, destinados a viaturas da empresa “Ricardo Reis Alves, Unipessoal, Lda”; na Travessa Domingos Pinho na freguesia de Oliveira de Azeméis. O requerente refere que está em início de actividade e porque estes lugares de estacionamento são imprescindíveis para o funcionamento da atividade a que se propõe, pede, ao abrigo do princípio de colaboração do município com os jovens empresários, para ser isento das taxas a pagar pelo período mínimo de 5 anos ou outro que assim se entenda. Propõe-se: a) Que sejam criados três lugares de estacionamento privativos para viaturas, destinados à empresa “Ricardo Reis Alves, Unipessoal, Lda”. b) Os lugares deverão ser identificados através de sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado) com a mensagem “Ricardo Reis Alves”, com uma placa adicional, modelo M11a com a inscrição “3 Lugares”; estes lugares deverão situar-se na Travessa Domingos Pinho, na faixa de estacionamento junto ao nº 57-A. c) Que se conceda a isenção do pagamento da taxa no primeiro ano. Esta isenção poderá ser renovada a cada ano, desde que seja requerida e demonstrada a sua necessidade. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas*

pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta proposta deu alguma discussão na reunião do Executivo Municipal. Portanto, estamos a falar de um pedido de três lugares de estacionamento na Travessa Domingos Pinho, por uma empresa, neste caso, é uma empresa unipessoal, que nós sabemos que é uma Escola de Condução. Portanto, estamos a falar de estacionamento de três viaturas de Escola de Condução. E o compromisso com que o executivo aprovou esta proposta foi no sentido de a disponibilidade de estes três lugares não interferirem com os moradores ou com a zona circundante. Portanto, aparentemente, e repito: aparentemente, não há nenhum constrangimento na cedência a este pedido. Nós estamos a fazê-lo de forma condicionada, ou seja, não estamos a fazê-lo “ad eterno”. Porque queremos efetivamente testar. Parece-nos, que há espaço suficiente, que isto não vai prejudicar nem condomínio, nem zona envolvente. Mas nós também queremos-lo fazer de forma condicionada. Porque, com toda a franqueza, as escolas de condução podem começar a pedir agora a disponibilidade de lugares junto aos seus estabelecimentos. É uma possibilidade que possa existir. E, depois, temos de analisar caso a caso. Neste caso, como digo, foi feito esse levantamento já depois da reunião de Câmara e parece-me que estamos em condições de poder aprovar. Mas não queria deixar de dar esta nota. Portanto, com esta condição de que estes lugares não venham a criar nenhum problema nem nenhum constrangimento aos moradores naquela zona. Estamos a falar de uma travessa e estamos a falar de muito espaço ali na zona. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto trinta e quatro:** Proposta de colocação de lombas na Rua do Calvário, freguesia de S. Roque – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - O pedido registado no E/30544/2015 do Grupo Desportivo de S. Roque de uma lomba frente ao Complexo Desportivo do Calvário. - O parecer favorável da Junta da mesma Freguesia com o E/31379/2015, com o pedido de extensão do

estudo para a Rua das Sardinheiras. Propõe-se: a. Que seja aprovado o estudo de beneficiação das ruas do Calvário e das sardinheiras. Conforme estudo anexo. b. Que seja aprovada uma passadeira sobreelevada (lomba) frente à entrada para o Complexo Desportivo do Calvário. Conforme estudo anexo. c. Para a implementação do estudo serão necessários os seguintes sinais: - Rua do Calvário: 8 sinais H7 “Passagem de peões” – 2 por cada passadeira; 2 sinais A2a “Lomba” com o Modelo 1a – distância de 50 m. 2 sinais H6 “Velocidade recomendada – 30”. No entroncamento com a Rua das Sardinheiras, um sinal C11b “Proibido virar à esquerda” - Rua das Sardinheiras: 7 sinais H7 “Passagem de peões” – 2 por cada passadeira, exceto junto à escola (via de sentido único). d. Todas as passadeiras terão rebaixamento no passeio exceto na sobreelevada, com a inclinação máxima de 10% e pavimento diferenciado no passeio em todas as passadeiras. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Aqui a Junta de Freguesia (S. Roque) também propõe. Estamos a falar de uma zona onde se circula a velocidade desajustada. É assim senhor Amaro? Estamos a falar de uma zona escolar, estamos a falar de uma zona desportiva. E aquilo que aqui se propõe é, de alguma forma, tentarmos condicionar um pouco a velocidade excessiva que acontece naquela zona. (É sinal que o piso está bom, não é? Não há buracos. E portanto tem que se criar outro sistema de condicionamento.) Isto foi também discutido pela, Junta de Freguesia, Comissão de Trânsito. Já foi aprovado. E acho que está em condições de Assembleia Municipal aprovar, se assim o entender.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *Proposta de alteração de localização de lugar de táxi, freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete*

“Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido registado no E/15900/2015 para a alteração da localização de um lugar de táxi, que existe na Rua da Pedra Branca, Lugar do mesmo nome em Macieira de Sarnes. O local atual não tem espaço para estacionamento de veículos, nem condições de salubridade por existirem contentores do lixo no local. Por conseguinte, o requerente pede para mudar para a Rua de Santa Eulália junto aos edifícios de habitação multifamiliar. Propõe-se: a) Que seja retirada a sinalização vertical do lugar atual e recolocada na baía de estacionamento existente na Rua de Santa Eulália, junto à cabine de telefone público. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, estamos a falar de alteração do lugar de Táxi. Está devidamente justificada, tem a ver com a questão de existirem contentores de lixo junto ao local onde está o estacionamento – lugar do Táxi. Já se falou com a Junta de Freguesia que não vê inconveniente. Portanto estão reunidas todas as condições para se poder aprovar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Proposta de alteração de postura de trânsito e criação de lugares de estacionamento na Rua Casal Novo, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - Que, na alínea b) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para motociclos, ciclomotores e velocípedes. - O pedido registado no E/35877/2015 de Maria da Conceição Jesus Ribeiro para um lugar de estacionamento para portador de deficiência motora. Propõe-se: a) Que sejam criados: 4 lugares de estacionamento, sendo 1 destinado a deficientes motores, na Rua de Casal*

Novo. b) *Que seja alterada a postura de trânsito para possibilitar o estacionamento a criar: a rua Casal Novo propõe-se com sentido único descendente e com os seguintes sinais: · No entroncamento com a Rua Manuel Ferreira da Silva Brandão, portanto, no início da rua, o sinal “sentido único” H3. · Retirar o sentido proibido existente na rua casal novo. Antes da intersecção com a Travessa Casal Novo, um “sentido proibido” C1; e no entroncamento, um sinal “sentido obrigatório à direita” D1a. · Antes da intersecção com o Beco Casal Novo, um “sentido proibido” C1; e no entroncamento, um sinal “sentido obrigatório à direita” D1a. Antes da intersecção com a Rua Dom Frei Luís de Jesus, um “sentido proibido” C1; e no entroncamento, um sinal “sentido obrigatório à direita” D1a. c) O lugar para deficientes motores deverá ser identificado através de sinal H1A "Estacionamento autorizado" e placa adicional 2.22 "Símbolo universal da Acessibilidade" juntamente com marcação horizontal do referido símbolo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Esta proposta também foi objeto de longa discussão na reunião de Câmara. Estamos a falar de zonas muito estreitas onde não é fácil haver cruzamentos (de viaturas) e circulação. Houve trabalho técnico, no terreno, o senhor presidente da Junta, acompanhou este trabalho técnico e é viva testemunha das dificuldades e dos constrangimentos. Tendo em conta a falta de espaço que aqui se coloca, a proposta é, efetivamente, para melhorar a circulação numa zona que é bastante apertada. Reconheço, mas não há outras formas. Há um pedido, também, de uma moradora que pede lá um lugar de estacionamento para uma pessoa que portadora de uma deficiência, desde que não impeça o normal funcionamento do trânsito. Não é uma situação fácil – confesso. Mas, atendendo aos pedidos efetuados, atendendo ao trabalho técnico, atendendo também à presença da Junta no terreno para tentar encontrar uma solução; Parece que esta solução está em condições de a Assembleia Municipal a poder aprovar. Sendo certo que, deixe-me dizer, já agora, aproveitando esta que é a última discussão de trânsito: Nesta matéria, senhoras e senhores deputados, não há soluções definitivas, nós temos de ter a humildade de reconhecer que, mesmo na postura municipal, se ao fim de meia dúzia de meses, ou menos, se nos apercebermos que a opção não é a mais correta: Não é nada do outro mundo se tivermos de alterar. A ideia é que, não seja andar sempre a ser alterado, pelas razões que anunciei no início da discussão do ponto da postura municipal. Agora, há as vezes intuições, como eu disse: “Eu acho que...”, - não é? Mas nas questões de maior dúvida de: – “eu acho que vai haver muitos toques ou muita sinistralidade”; Aquilo que os Bombeiros e a GNR nos dizia é: - “Nesse sitio houve x de acidentes. E em alguns sítios houve zero.” (Nós achamos que há porque há ali uns travanços, há ali não sei quê....) Eu estou a dizer isto e pode neste momento estar a haver um*

acidente, certo? A argumentação relativamente a esta postura de trânsito é sempre complicada. Nesta situação concreta de Cucujães, Senhor Presidente, nós achamos que assim vai resolver o assunto. E vamos ter algum tempo até perceber se é assim ou não. Se não for assim, temos de voltar a mexer nela. Eu queria enaltecer em todos os outros casos o apoio da Junta de Freguesia no encontrar de boas soluções. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto trinta e sete:** PI/4557/2014 – Novarroz, Produtos Alimentares, SA. - Pedido de isenção de pagamento de taxas relativas à compensação pela criação de lugares de estacionamento público – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - os valores para cálculo de estacionamento são gerais e abstratos (1 lugar de estacionamento por cada 500 m2 de construção), e constata-se que para valores superiores a 5000 m2 de área de construção a regra introduz distorções e números de previsão de estacionamento mais desproporcionados face à efetiva necessidade de ocupação; - os lugares previstos em projeto satisfazem as necessidades reais do complexo industrial (oferta de 110 lugares de estacionamento para 14 frações industriais com áreas não superiores a 500 m2 cada); - tem sido postura deste município o apoio às atividades económicas, incentivando o investimento e a criação de postos de trabalho e ainda numa melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade; Proponho a aprovação do pedido de aceitação de não criação excessiva de lugares de estacionamento, e a respetiva solicitação de isenção de taxas relativas à compensação dos lugares de estacionamento não criados.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto também foi aprovado na reunião do Executivo. Também na altura foi preciso dar algumas informações, relativamente a esta situação que tem a ver com uma isenção de pagamento de taxas relativas á compensação pela criação de lugares de estacionamento público. Estamos a falar de uma zona, que já aqui falamos há bocado a fazer a rua com Rui Luzes Cabral – quando vínhamos pela Moldit, cortamos à esquerda na Novarroz, e depois há ali aqueles lugares: Estamos a falar de uma unidade industrial numa zona que não tem muito trânsito mas há regras de edificação eu têm de ser cumpridas. A Novarroz, está-nos a pedir a isenção do pagamento de taxas. Nós já fizemos isso para outras empresas e noutras situações.

Esta até é mais um formalismo. A Novarroz tem muito espaço de estacionamento lá dentro onde os seus funcionários estacionam os carros. À porta da Novarroz, há sempre muitos lugares, normalmente está o carro do administrador e pouco mais. E é para regularizar esta situação porque os funcionários desta empresa têm lugar dentro da fábrica, – julgo que é mais de 100 lugares, para estacionar. Portanto, é mais resolvermos uma situação que tem que passar pela Assembleia Municipal e aí a razão de estarmos a discutir o ponto, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do senhor Abel Correia, e do senhor Leonel Martins. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Abel Correia, residente em rua Núcleo de Atletismo de Cucujães, freguesia de Cucujães.

===== Muito boa noite, a todos. Estou aqui porque sou um apaixonado pelo desporto de formação e procuro informação sobre o que o nosso município anda a fazer nos apoios aos vários clubes. E peço desculpa se, em algum momento, fizer algum juízo de valor. Quero mesmo, só procurar informação e confirmar alguns dados que fui recolhendo e algumas perguntas que gostava de saber que não tive o mérito de encontrar essa informação. Vou começar por lançar alguns dados que consegui recolher: O Município apoia um clube – União Desportiva Oliveirense – na sua formação (depende dos casos) entre 75% a 80% do orçamento total da formação do clube. Isto é uma pergunta clara – Confirmam-se estes dados? – É correto estes dados apresentados em que o Município apoio entre 75% a 80% no valor de todos os gastos da formação da União Desportiva Oliveirense? Recolhendo dados: Outros clubes do nosso Município dizem-me que recebem 30€ por atleta. Fazendo as contas e segundo os dados recolhidos, o valor de participação da União Desportiva Oliveirense varia, dependente de ser Futebol, Basquetebol, ou Hóquei, entre 508€ até 1.000,00€, por atleta. Há aqui uma discrepância brutal de números, ou seja, 30€ para um atleta que pratique desporto em Loureiro ou em Cucujães e uma atleta que pratique desporto em Oliveira de Azeméis. Peço desculpa se estes valores estão errados. Mas gostava de confirmar se estes valores fazem sentido e qual é o critério para haver esta discrepância tão grande de valores? Estes dados foram recolhidos desde 2007/2008 (que é último protocolo que eu encontrei), o que representa, grosseiramente, 2.5 milhões de euros distribuídos para a União Desportiva Oliveirense, para a formação.

Estamos a falar só da formação. O que, fazendo umas contas simplistas, são 8 campos que estão serem construídos em Cucujães. Outro número que não consigo encontrar e gostaria de saber: Qual é o valor total (e estamos sempre a falar em dinheiro) que o Município disponibiliza durante um ano para os seus clubes - sempre para a formação? Gostava de saber se é possível encontrar este número, ou onde é que eu consigo encontrar este número? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Leonel Martins, residente em Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite, a todos os presentes. Desde já peço desculpa, a noite já vai um bocado avançada, de me ouvirem por um bocado. Desculpem. O primeiro ponto da minha intervenção tem a ver com esta alteração relativamente à postura de trânsito. Eu não vou por aqui o trabalho e as conclusões a que chegaram, pelos vistos foi elaborado por um conjunto de várias pessoas com conhecimento nesta área e como diz no jornal "... trabalharam várias horas...". A única coisa que eu não concordo é o facto de não ter sido criado um período de consulta pública para as pessoas terem acesso o projeto, tal e qual como fizeram no PDM e outras iniciativas. Como eu digo: Não ponho em causa o conhecimento dos outros. Mas também tenho alguns conhecimentos e outras pessoas também terão alguns conhecimentos, relativamente à questão do trânsito e segurança dos peões. E se tivesse sido criado um período de consulta pública, talvez o comum dos munícipes pudesse avançar com algumas sugestões e chamar à atenção para determinadas particularidades. Se me permitem, embora o projeto já tenha sido aprovado; Mas, pelos vistos, há uma abertura na eventualidade de se fazerem-se alterações. Eu chamava à atenção para rua, sim, porque ela é uma rua e não estamos a falar de uma avenida, - chamo à atenção para a Rua 25 de Abril: A Rua 25 de Abril vai ser transformada numa espécie de VCI – Via de Cintura Interna. Quando mais 50 metros a norte existe uma chamada via estruturante onde foram gastos centenas de milhares de euros e ficou lá parada, sem saída, sem qualquer utilidade. Assim como temos atrás do cemitério uma rotunda, onde foram também gastos uns milhares, sem qualquer tipo de utilidade. Das duas três: Ou chegaram à conclusão que foi um erro estratégico criar a via estruturante ou, então, não há dinheiro para continuar a via estruturante. Falta só um bocado. Derrubar ali umas casas que até estão lá à venda. Inclusive, eu sei que estão a pagar apartamento a pessoas que saíram da casa para a derrubar. Portanto, é uma questão de prolongar essa via estruturante, que vai dar ao cemitério, que vai dar à tal rotunda, que depois iria dar ao Rainha, e aí sim haveria um desvio de trânsito com maior fluidez. Agora, o que é que vai acontecer na Rua 25 de Abril: como eu estava a dizer a Rua 25 de Abril é onde vão ser criados, inicialmente, até à Rua da Imprensa vão ser criadas duas faixas de rodagem. Até aí, muito bem. A rua é suficientemente larga suprimindo o estacionamento e os passeios são largos. Mas, depois, dessa Rua da Imprensa até ao cruzamento da Rua António Pinto de Carvalho, do lado esquerdo (do lado onde tenho a minha habitação) hão-de reparar que o passeio tem zonas onde não é possível cruzar-se um peão com outro a não ser que um

desça para a estrada. Portanto, é preciso atender a esse pormenor. Porque, um bocadinho mais a frente, embora essa zona tenha apenas uma faixa de rodagem, pelo menos o que está no boneco tem uma setinha não tem duas, o que pressupõe que continua a haver estacionamento do lado direito e mantem-se a situação com está agora. Mas quando chega ao cruzamento com a Rua António Pinto de Carvalho, já aparecem duas setas, uma para a direita e outra para esquerda: O que quer dizer que, ali, naquela zona, forçosamente, vão ser criadas duas faixas de rodagem. Por outro lado, do lado esquerdo é preciso ter em atenção que há 4 saídas de garagem. Quatro saídas de garagem que, devido ao passeio ser extremamente curto, uma pessoa só tem visibilidade depois de colocar as rodas da frente do veículo na estrada. O que quer dizer que, ao ser transformada numa VCI, aquela rua, vai ter muito movimento e não vai haver respeito pela velocidade. Eu estou a ver já muitos acidentes ali. E depois não se esqueçam que, da Rua António Pinto de Carvalho até à Rua Padre Salgueiro, temos um infantário ou Pré-escolar, temos um Lar da Terceira Idade e temos ao fim de semana as atividades ligadas à Catequese. E tudo isto onde? Na VCI. Junto a uma VCI. Portanto, se a preocupação é a fluidez do trânsito? Acredito que, sim, vai fluir. Agora, se a preocupação é também a segurança? Tenham cuidado com o que pode, eventualmente, acontecer na Rua 25 de Abril. É lógico que agora já é irreversível. E acho pena que não tivesse sido aberto a um debate público tal e qual como se fez com outras questões. Porque, como digo, podiam vir aqui pessoas com sugestões validas. Outra questão: Falaram aqui na questão da Soares de Basto (o senhor Rosa falou na Soares de Basto). A Soares de Basto quando foi a municipalização foi uma bronca do caneco, municipalização porque era bom e não sei quantos. Mas depois nunca mais se falou na Escola Soares de Basto. Depois desse debate que houve, inclusivamente até uma Assembleia, alguém mais foi ver o que se passa na Soares de Basto? As pessoas têm noção do sacrifício que é diariamente para os encarregados de educação conseguirem chegar à Escola Soares de Basto por causa do trânsito? Será que não é possível criar uma forma com mais fluidez de trânsito? Eu já vim aqui a esta Assembleia chamar à tenção do que se passa na rotunda, onde antigamente havia a churrasqueira, que tem aquela seta: Eu já assisti a um choque na rotunda precisamente porque um individuo vai do lado direito e avança e vem outro do lado esquerdo que tem prioridade e chocam um contra o outro. Não está lá a seta na mesma? Há pessoas que continuam abusar e vão pelo lado direito e não dão prioridade aos da esquerda que têm prioridade. Fizeram alguma coisa? Não. Quando chove é um suplício para quem frequenta Soares de Basto. É a estrada que não tem escoamento de águas pluviais. Eu não estou a atacar ninguém. Eu estou a constatar uma realidade, não estou a atribuir culpas nem a (a), nem a (b). A rua não tem caixas de saneamento e águas pluviais. O passeio, quer a nível do lado exterior, quer do lado de dentro da escola, está cheio de poças quando chove. Não há uma cobertura na entrada junto aos portões. A escada, segundo dizem os engenheiros ou arquitetos, não está legal, está com demasiada inclinação e a distância dos degraus não está conforme a lei. Não há um corrimão. Se forem lá dentro, na zona desportiva, e quem passa na tal ciclovía, o que é que se passa? Não tem escoamento, não tem saída de águas. A água vem pela ciclovía, traz pedras,

traz terras porque não há ali escoamento de águas. Se calhar merecia uma visita à Soares de Basto. Não é só discutir grandes temas sobre se é benéfico ou não a municipalização. É, depois disso, acompanhar os locais e ver o que se passa por lá. Se me permitem, e para finalizar, na última Assembleia por parte de uma das bancadas foi proposto a questão do orçamento participativo: Até chegou a vir no jornal o caso do CDS que iria convocar umas reuniões para ver se era benéfico, ou não. Reparem: Isto é quere construir uma casa pelo teto em vez de começar pela base. Porque para se fazer um orçamento participativo tem-se primeiro de dar possibilidade e motivar as pessoas a participarem ativamente a nível de município. E o local por excelência é este. Portanto, tem de se criar condições é para as pessoas virem aqui, primeiro, apresentar as suas sugestões, fazerem as suas críticas, fazerem as suas observações. E isso – desculpem lá: Mas esta casa não fez isso. Quando houve possibilidade de alterarem o Regimento e permitirem às pessoas falar no início das reuniões: Negaram essa possibilidade e obrigaram as pessoas a estarem aqui a té esta hora. Eu bem sei que vocês também estão aqui num sacrificio mas a situação é diferente. Vocês vieram para aqui porque estão, digamos, a representar uma camisola que é do vosso partido. Eu não estou a querer a julgar as pessoas. Mas as outras pessoas que vêm cá vem porque gostam até de dar sugestões. E vocês não. Vocês obrigaram as pessoas a estar até ao fim para participar. Isto é afastar as pessoas. Isto é pretender que ninguém participe. Por isso, não se pode, de forma alguma, vir com orçamentos participativos quando uma coisinha tão simples como esta de abrir as portas desta casa à comunidade foi negada. Boa noite. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Bom fim-de-semana e até à próxima oportunidade. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====